



RELATÓRIO E CONTAS **EXERCÍCIO DE 2007**

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6ªA, 1070-313 Lisboa – Portugal
Capital Social Eur 10.000.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa sob o nº único 500 255 342

ÍNDICE

PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES	4
ANÁLISE MACROECONÓMICA	5
ECONOMIA INTERNACIONAL	5
ECONOMIA AMERICANA.....	6
ECONOMIA ZONA EURO	6
ECONOMIA ASIÁTICA	7
ECONOMIA NACIONAL	7
ANGOLA.....	7
BRASIL	8
ESPANHA	8
MERCADOS FINANCEIROS	8
SECTOR PORTUÁRIO.....	9
ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	12
PRINCIPAIS INDICADORES DE 2007	12
ANÁLISE FINANCEIRA	14
VOLUME DE NEGÓCIOS	14
MARGEM BRUTA.....	15
EBITDA	15
DO EBITDA AOS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS	16
PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2007 (INCLUINDO POSTERIORES) .	18
EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO.....	21
NAVEGAÇÃO	21
PORTUGAL	21
INTERNACIONAL	24
REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS	27
ÁREA FINANCEIRA.....	29
ACÇÕES PRÓPRIAS	33
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY	34
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	35
ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	36
LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	38
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS	39
BALANÇO INDIVIDUAL	39
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	40
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	41
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)	42
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS.....	43
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	59
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	63
BALANÇO CONSOLIDADO.....	63
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	64
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	65
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)	66
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	67
CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS	93
EXTRACTO DE ACTA	97
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE.....	100

1. PRINCIPAIS FACTOS E INDICADORES

No ano de 2007, destacam-se os seguintes factos em comparação com o ano anterior:

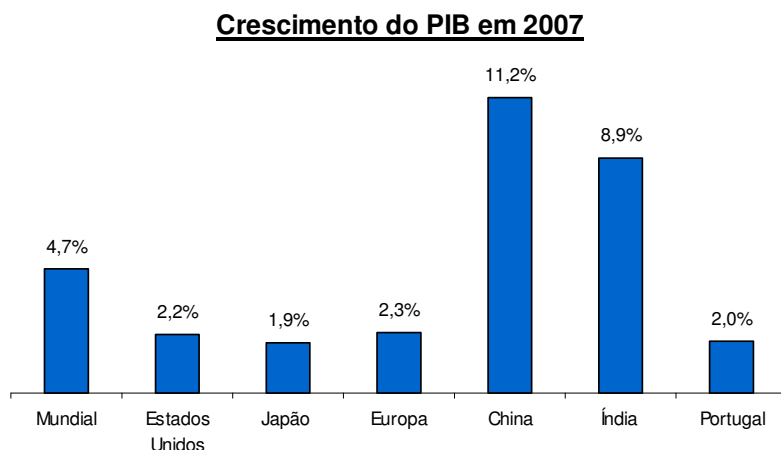
- Os **Resultados líquidos consolidados** cresceram 6,4% face ao ano de 2006, passando de 1.363 milhares de Euros para 1.450 milhares de Euros;
- Os **Resultados das operações em continuidade** cresceram 9,2% face a 2006, passando de 1,6 milhões de Euros para 1,7 milhões de Euros no ano de 2007;
- O **EBITDA** teve um crescimento de 5,3% face ao ano 2006, passando de 4,2 milhões de Euros em 2006 para 4,4 milhões de Euros em 2007;
- A **Margem Bruta** consolidada cresceu 13,9% fixando-se em 22,3 milhões de Euros em 2007, que compara com 19,6 milhões de Euros em 2006. A **Margem Bruta** em percentagem das vendas também cresceu 0,6 pontos percentuais passando de 30,7% das Vendas para 31,3% das Vendas;
- As **Vendas e Prestações de Serviços** consolidadas cresceram 11,6%, correspondendo a 7,4 milhões de Euros, passando de 63,8 milhões de Euros em 2006 para 71,2 milhões de Euros em 2007.

2. ANÁLISE MACROECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano de 2007 ficou marcado pelos seguintes aspectos principais:

1. Decréscimo do crescimento económico da maior economia mundial, suportado pelo decréscimo da actividade económica no mercado imobiliário;
2. Mudança de estratégia do FED no que respeita a política monetária, com início de ciclo de descida de taxas no 2º semestre de 2007;
3. As economias emergentes continuaram a apresentar taxas de crescimento elevadas com as duas maiores economias emergentes na Ásia, a atingiram taxas de crescimento anuais de 11,2% e 8,9%, na China e Índia, respectivamente;
4. Após 2 subidas de taxas de juro no 1º semestre, o BCE passou no 2º semestre para uma situação de *hold* em relação a taxa de referência que se situou nos 4%;
5. Continuação do desequilíbrio das contas externas dos Estados Unidos, condicionando a evolução do dólar norte-americano que atingiu mínimos históricos face ao EUR;
6. Um desempenho negativo do mercado accionista nipónico no ano de 2007, no seguimento do mau desempenho apresentado em 2006;
7. Valorizações das principais *commodities*, energia e ouro.



Em 2007, a actividade económica global esteve condicionada por:

Uma desaceleração económica no ano de 2007, por uma menor correlação entre mercados desenvolvidos e mercados emergentes, por uma aumento do preço da energia e commodities e por um crescente sentimento de incerteza e receios em relação à saúde financeira do sector financeiro

Um reequilíbrio das taxas de crescimento económico, das principais economias mundiais com uma redução do peso da economia americana na economia global. Este reequilíbrio é justificado por um lado pela desaceleração da economia dos Estados Unidos -originada pelo forte abrandamento do sector da habitação e, por outro, pelo maior crescimento nas economias emergentes.

Em 2008 os temas que deverão continuar a marcar as economias serão as incertezas em relação ao abrandamento económico nos Estados Unidos, ao potencial aumento do preço do petróleo, ao comportamento da inflação e políticas monetárias nos Estados Unidos e na Zona Euro e finalmente, ao desenvolvimento dos mercados emergentes, que deverão ter um contributo ainda mais determinante para o crescimento mundial em 2008.

ECONOMIA AMERICANA

A economia norte-americana ficou marcada, no ano de 2007, pelo abrandamento do crescimento económico, atingindo uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto de 2,2%. No seguimento do abrandamento verificado em 2006, a deterioração da actividade económica no mercado imobiliário residencial, foi a principal causa para uma desaceleração do PIB.

O ano ficou também marcado, pela crise do *sub-prime* que originou uma escassez de liquidez no mercado e consequente decréscimo no investimento e no consumo dos EUA.

Por forma a combater a quebra no investimento, verificou-se uma mudança na direcção das taxas de Juro, com o FED a iniciar, no segundo semestre de 2007, um novo ciclo de descidas de taxas de Juro. Desta forma a FED Funds acabou o ano nos 4.25%, representando uma descida de 1% no ano.

Desta forma, o mercado accionista e obrigacionista norte-americanos terminaram o ano com performances modestas, na casa dos 4%.

Para 2008, prevê-se um forte abrandamento do crescimento económico americano originando o mais baixo dos últimos cinco anos.

ECONOMIA ZONA EURO

A economia da Zona Euro cresceu 2,3% em 2007, que embora inferior ao do ano de 2006 saldou-se por um excelente desempenho face aos últimos 6 anos. Este crescimento económico é sustentado pela despesa das famílias com o consumo e pelo investimento empresarial .

O investimento empresarial é um dos motores do crescimento europeu e a prova disso é que a Zona Euro, à excepção da Índia e China, foi uma das zonas mais dinâmicas nos gastos de capital durante o 1º semestre de 2007.

No 2º semestre e apesar dos vários indicadores económicos positivos, tais como os elevados níveis de confiança económica e os excelentes resultados das empresas, começou-se a assistir a um decréscimo dos indicadores de investimento e consumo pelo que se prevê para 2008 uma ligeira desaceleração da economia na Zona Euro, no seguimento das taxas de juro elevadas, políticas orçamentais rígidas e um Euro forte. O PIB deverá manter o seu crescimento ligeiramente abaixo dos 2%.

ECONOMIA ASIÁTICA

O ano de 2007 caracterizou-se por uma conjuntura económica favorável, no qual se tem que destacar as economias da China e da Índia, registando crescimentos anuais de 11,2% e 8,9%, respectivamente. Este facto teve um impacto bastante positivo nos principais mercados accionistas da região, tendo os mercados mais desenvolvidos, como Hong-Kong e Singapura, batido máximos históricos e o mercado chinês e indiano registado valorizações na ordem dos 100% e 50% respectivamente.

Estas economias beneficiaram do aumento dos preços das commodities, do aumento de investimento internacional e do melhoria das condições político-económicas nos seus países.

As perspectivas para a região no ano de 2008 são de manutenção das elevadas taxas de crescimento, 9% e 11% em 2008. Esta projecção é, resultado de uma maior autonomia destas economias face à desaceleração da economia dos Estados Unidos.

ECONOMIA NACIONAL

A economia nacional cresceu 2% durante o ano de 2007, voltando a crescer abaixo do crescimento da Zona Euro. Este crescimento continuou a ser sobretudo motivado pelas exportações, embora o consumo das famílias e o investimento empresarial, tenham aumentado face ao ano de 2006. No entanto, foi o maior crescimento dos últimos 6 anos.

O consumo das famílias, do Estado e o investimento, foram 0.3%, 0.2% e 2.6% superiores em 2007, face ao ano anterior. Este comportamento é justificado, em parte, pelo decréscimo da taxa de desemprego, de 8,2% em 2006 para 7,8% em 2007, aumentando o rendimento disponível das famílias portuguesas. No entanto, a necessidade de contrariar o défice orçamental levou o Estado a reduzir em 0,1% a despesa no seguimento do que havia sido feito em 2006.

As exportações portuguesas aumentaram 7,2% em termos reais versus 9,1% durante o ano de 2006. O aumento da procura externa para a economia portuguesa está bastante acima dos 5% registados para a economia mundial. Para o ano de 2008, o Banco de Portugal projecta uma aceleração do crescimento económico para 2,2%, resultado de um aumento do investimento empresarial e consumo privado.

ANGOLA

A economia Angolana terá crescido 24% (taxa de crescimento real) em 2007, contra os 19% registados em 2006. O crescimento continuou a ser sustentado pelo sector petrolífero salientando-se a performance dos sectores "não-petróleo", que registaram um crescimento de 27,9% no ano de 2007 vs os 17,2% registado no mesmo período do ano anterior. Destaque para o sector diamantífero, a indústria transformadora e energia que registaram elevadas taxas de crescimento e um grande dinamismo.

Para 2008, mantém-se uma visão optimista para a economia angolana, projectando-se um crescimento do PIB na ordem dos 16,2%, com o sector petrolífero a diminuir o crescimento para valores a rondar 14%, sendo que o sector não petrolífero deverá registar também um crescimento, na ordem dos 19,5%.

Por outro lado, o governo decretou a realização de eleições em 2008, as primeiras desde o ano de 1992.

BRASIL

O ano de 2007 foi marcado pelo sucesso na condução da política macroeconómica pelo Banco Central Brasileiro, levando as taxas de juro para mínimos históricos 11,25%. A inflação permaneceu controlada e acabou ao ano abaixo dos 4%. Em contrapartida, o PIB brasileiro cresceu acima dos 5,30%, beneficiando do aumento do investimento estrangeiro e do aumento do consumo interno, ainda que muito abaixo dos restantes BRICs, deixando espaço para novas reduções nas taxas de juro locais. As reservas cambiais provenientes da Balança de Transacções, garantem que dificilmente estará vulnerável a crises externas como no passado.

O grande desafio para 2008 será manter o crescimento acima dos 5,00%. Desta forma, o processo de redução das taxas de juro deverá continuar e, provavelmente, verificar-se-á a conversão das taxas juros mais longas. O País precisa que sejam aprovadas reformas fundamentais como a Tributária, combinando com aumento nos investimentos de infra-estrutura. Em termos externos o cenário é tranquilo com moeda estável e sujeita a novas valorizações, pois as taxas de juro reais elevadas atraem muito capital externo. Acreditamos que o Brasil será elevado para Investment Grade nos próximos ano ou 2 anos, o que gera oportunidades em activos com potencial elevado de valorização, como acções e activos ligados ao crédito privado.

ESPAÑA

No ano de 2007, a economia espanhola cresceu 3,8%, comparando com 3,9% registados no ano de 2006. Este desempenho levou a economia espanhola a manter-se nos 10 primeiros lugares no ranking mundial. No entanto, não obstante a excelente performance da economia espanhola, o índice de desemprego subiu para 8,6%.

Para o indicador referido, muito contribuiu o crescimento das exportações, que tem como destino principal a Zona Euro, estando menos vulnerável à valorização do Euro face ao USD.

Para 2008, prevê-se um abrandamento do crescimento para Espanha para a casa dos 2,2%, em consonância com o Bloco Europeu. Para este facto, não será alheio o decréscimo da actividade no sector imobiliário, decorrente dos elevados índices de endividamento da população.

MERCADOS FINANCIEROS

O ano de 2007 ficou marcado por dois momentos distintos, um 1º semestre onde a liquidez existente no mercado, os *earnings* das empresas, a actividade de fusões e aquisições suportaram o crescimento dos mercados accionistas e um 2º semestre onde a crise do sub prime, a escassez de liquidez no mercado, a crise no sector financeiro e a redução de investimentos tiveram um impacto negativo nos mercados. Desta, forma os países desenvolvidos apresentaram performances modestas no ano enquanto os países emergentes suportados pelo aumento dos preços das *commodities*, do aumento de investimento internacional e do melhoria das condições político-económicas acabaram o ano com excelentes performances.

O principal índice americano, S&P 500, registou uma valorização de 3,53%, tendo a crise de *sub-prime* e o decréscimo no investimento sido os principais factores desta performance. Saliente-se ainda que os outros dois índices americanos, o Nasdaq e o Dow Jones, fecharam o ano com uma valorização de 9,81% e 6,43%, respectivamente.

O Japão, teve um ano desapontante com a generalidade dos fundamentos económicos de consumo, investimento e produção a decaírem em relação ao ano de 2006. Desta forma, o Nikkei terminou o ano de 2007 com uma desvalorização de 11,13%.

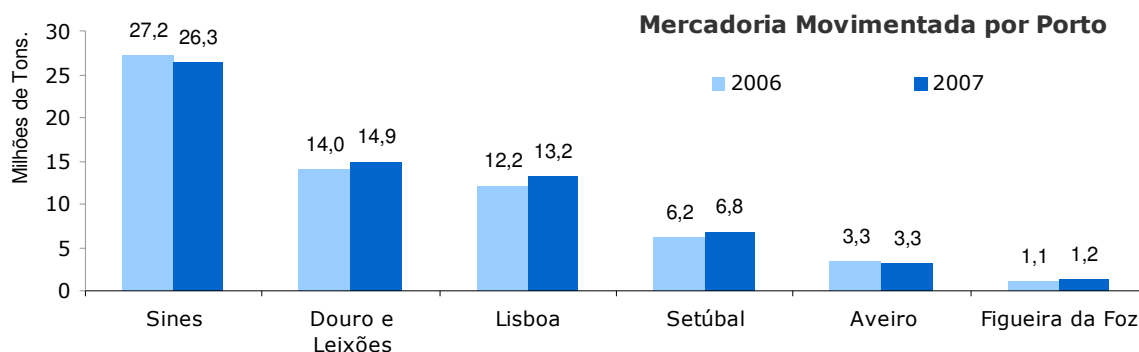
O grande destaque nos mercados financeiros em 2007 foi, sem dúvida, para as economias emergentes, de onde se destacam a China 96,96%, Índia 47,15%, Brasil 43,65% e Hong Kong 39,31%.

No que respeita ao mercado europeu, o Eurostoxx50, atingiu uma valorização de 6,79%, contra os 16,27%, registados pelo índice nacional PSI-20.

SECTOR PORTUÁRIO

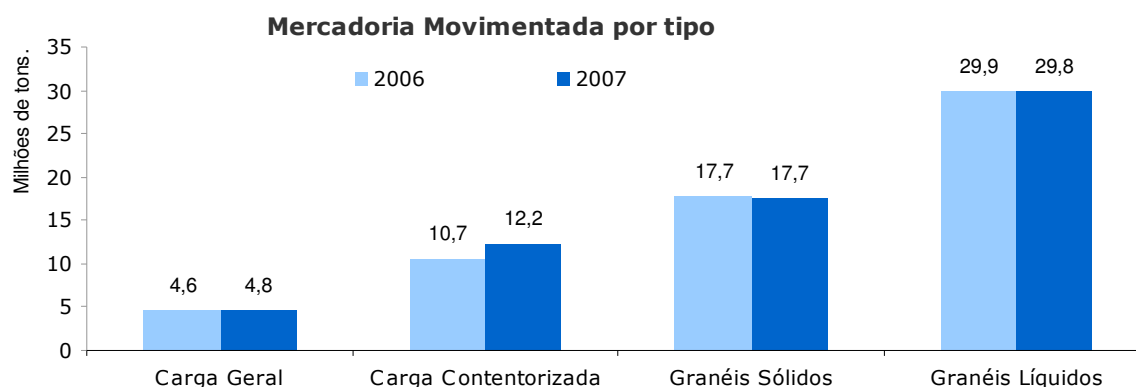
Portugal

O total de mercadorias movimentadas nos principais portos de Portugal Continental em 2007 ascendeu a 65,7 milhões de toneladas o que representou um crescimento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O bom desempenho ao nível do Porto do Douro e Leixões (+6,6%) e do Porto de Lisboa (+8%) mais que compensaram a redução na tonelagem de mercadoria movimentada no Porto de Sines (-3,3%). A repartição por porto foi a seguinte:



Este crescimento foi nitidamente influenciado pelo aumento de 14,8% da movimentação de carga contentorizada novamente no Porto do Douro e Leixões com 4,4 milhões de toneladas (+14,5%) e no Porto de Lisboa com 5,7 milhões de toneladas (+9,9%).

Analisando a carga por segmentos, temos as seguintes distribuições:



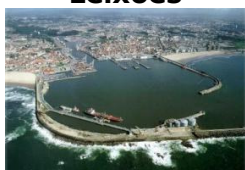
Fazendo uma análise sumária dos principais portos nacionais, podemos dizer que:

Porto de Sines



O porto de Sines movimentou 26,3 milhões de toneladas, o que corresponde a um decréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior. Os granéis sólidos são os grandes responsáveis por este decréscimo com uma redução de 19,7% para 4,7 milhões de toneladas. A carga contentorizada, comparativamente ao ano homólogo, cresceu 34,2% para 2 milhões de toneladas.

Porto de Douro e Leixões



Neste porto verificou-se um bom crescimento em 2007 (+6,6%) fixando-se o total de carga movimentada em 14,9 milhões de toneladas. Para esta performance contribuiu o bom desempenho dos segmentos de carga geral e carga contentorizada, com ganhos de 29,8% e 14,5%, respectivamente.

Porto de Lisboa



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Lisboa ascendeu a 13,2 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 8% em relação a 2006. Esta evolução deveu-se a um acréscimo no tráfego de granéis sólidos (+10,9%) e também na carga contentorizada (+9,9%).

Porto de Setúbal



O total de mercadorias movimentadas no Porto de Setúbal ascendeu a 6,8 milhões de toneladas, o que correspondeu a um crescimento de 10,2% em relação a 2006. Contribuíram para esta evolução favoravelmente a carga geral (+13,5%) e os granéis sólidos (16,5%).

Porto de Aveiro



Porto da Figueira da Foz



Bilbau

Porto de Bilbao



O Porto de Aveiro movimentou 3,3 milhões de toneladas em 2007, o que representa um decréscimo de 2,3% face ao valor recorde de 2006. Para tal contribuiu o menor número de navios que afluíu ao Porto de Aveiro (-87 navios). Apesar do bom desempenho nos granéis sólidos (+12,8%) verificou-se uma menor actividade na carga geral (-15,4%).

O Porto da Figueira da Foz movimentou 1,2 milhões de toneladas em 2007 (+8,3%) face a 2006. O número de navios cresceu 13,4% correspondendo a um total de 363 navios em 2007.

Pode-se dizer que o Porto da Figueira da Foz cresceu de forma generalizada em todas as tipologias de carga apresentando apenas uma ligeira redução na carga contentorizada (-2,2%).

O Porto de Bilbao movimentou 38,4 milhões de toneladas em 2007, o que representa um crescimento de 3,3% comparativamente a 2006. Todos os tipos de carga contribuíram para este crescimento com crescimentos entre 5,2% e os 5,9% com excepção dos granéis líquidos que cresceram 1,8% mas que no entanto representam 59% da carga movimentada no Porto de Bilbao. De referir o decréscimo ocorrido no número de navios (-2,7%) sendo que o total de navios foi de 3.595.

3. ANÁLISE FINANCEIRA E PATRIMONIAL

PRINCIPAIS INDICADORES DE 2007

Demonstração de Resultados consolidada (Unidade Monetária - Euro)	31.Dez.07	31.Dez.06	Δ 07/06 (%)
Vendas e Prestações de serviços	71.218.693	63.802.175	11,6%
Custo das Vendas e Subcontratos	(48.892.275)	(44.198.698)	10,6%
Margem Bruta	22.326.418	19.603.477	13,9%
Outros proveitos operacionais	2.012.079	3.527.400	-43,0%
Outros custos operacionais	(19.935.734)	(18.948.432)	5,2%
EBITDA	4.402.763	4.182.445	5,3%
Amortizações do exercício	(1.632.807)	(1.493.747)	9,3%
EBIT	2.769.956	2.688.698	3,0%
Ganhos/ (Perdas) financeiras	(1.113.148)	(1.003.585)	10,9%
EBT	1.656.808	1.685.113	-1,7%
Impostos sobre Lucros	77.586	(96.543)	-180,4%
Resultados das oper. em continuidade	1.734.394	1.588.570	9,2%
Resultados de oper. descontinuadas	(284.785)	(238.332)	19,5%
Interesses Minoritários	(541)	(12.647)	-95,7%
Resultados Líquidos	1.450.151	1.362.885	6,4%
ROE	7,08%	9,50%	-2,4 p.p.
ROA	2,04%	2,06%	0,0 p.p.
Cash-flow	3.746.565	3.086.223	21,4%
Margem Bruta (em %)	31,3%	30,7%	0,6 p.p.
Cost-to-Income	89,3%	94,4%	-5,1 p.p.
Resultados Financeiros/Margem Bruta	-5,0%	-5,1%	0,1 p.p.
EBITDA/Vendas	6,2%	6,6%	-0,4 p.p.
Margem EBITDA	19,7%	21,3%	-1,6 p.p.

No período em análise destacamos os seguintes factos:

Ao nível do desempenho financeiro

- Incremento das **Vendas e prestação de serviços** em 11,6%, face a 2006, reflectindo o bom desempenho de todas as áreas do grupo Orey (navegação, representações técnicas e área financeira);
- O incremento nas Vendas também apresentou reflexos na **Margem bruta**, que cresceu 2,7 milhões de Euros em termos absolutos, fixando-se em 22,3 milhões de Euros, isto é, mais 13,9% face a 2006. É, ainda, de realçar o crescimento da margem bruta em percentagem das vendas que se fixou em 31,3%;
- Para tal evolução contribuíram positivamente os seguintes factos:
 - Bom desempenho ao nível da área da Navegação em Portugal a qual registou incrementos em termos de actividade e em termos de contributo para a margem bruta, nomeadamente nas áreas de Trânsitos, de Agenciamento e de Operações Portuárias e Logísticas;

- Relançamento da actividade em Angola, após o término da agência da Grimaldi, através da dinamização do negócio de trânsitos e da introdução de novo negócio de logística interna;
 - A área das representações técnicas registou um crescimento acentuado no ano de 2007 nomeadamente através das vendas no mercado angolano;
 - A área financeira apresentou um contributo positivo para os resultados do grupo Orey com crescimentos acentuados dos resultados a três níveis: Brasil, corretagem online e gestão de carteiras em Portugal.
 - Por um lado, registou-se um crescimento significativo do negócio na Orey Financial Brasil, confirmando as expectativas criadas com a aquisição da sociedade MCA Economy em 2006; adicionalmente verificou-se a dinamização do modelo de negócio da Orey Valores através do Orey iTrade (www.oreyitrade.com); a Orey Financial retoma o desenvolvimento de produtos estruturados com a emissão e distribuição do Orey 7;
- Contribuição negativa para as vendas e margem bruta da área de Navegação, em Espanha. Apesar da intensa actividade comercial em Bilbao, de que resultou num crescimento da tonelagem manipulada, a forte concorrência e a alteração do mix de produtos implicou uma redução significativa do volume de vendas e das margens;
- Redução dos **Outros proveitos operacionais** já que as contas de 2006 beneficiaram de um proveito não recorrente relativo à indemnização recebida pela perda da agência da P&P Nedlloyd no montante de 1,5 milhões de Euros;
- A rubrica de **Outros custos operacionais**, que apresentou um crescimento de 5,2%, inclui, em 2007, custos não recorrentes no montante de 0,3 milhões de Euros relativos ao ajustamento da estrutura de serviços centrais do Grupo, o que permitirá uma operação futura mais eficiente;
- O bom desempenho operacional permitiu o crescimento do **EBITDA** em 0,2 milhões de Euros para 4,4 milhões de Euros;
- Registo em **Resultados de operações descontinuadas** do impacto em resultados das operações relativas à Leme – Agência de Navegação, Lda com sede em Moçambique.

Ao nível corporativo

- Aquisição das sociedades Lusofrete – Afretamento e Navegação, Lda e Mendes & Fernandes – Serviços de Apoio à Navegação, Lda as quais desenvolvem a actividade no porto de Leixões e Aveiro; ambas as empresas vêm reforçar a actividade de consignação de navios em Portugal;
- Concretizou-se a aquisição da Full Trust – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. reforçando a posição da Orey no segmento da gestão de patrimónios;
- Em 28 de Maio de 2007 o Grupo Orey deslocou a sua sede para o Edifício Amoreiras Square, nas Amoreiras, em Lisboa;

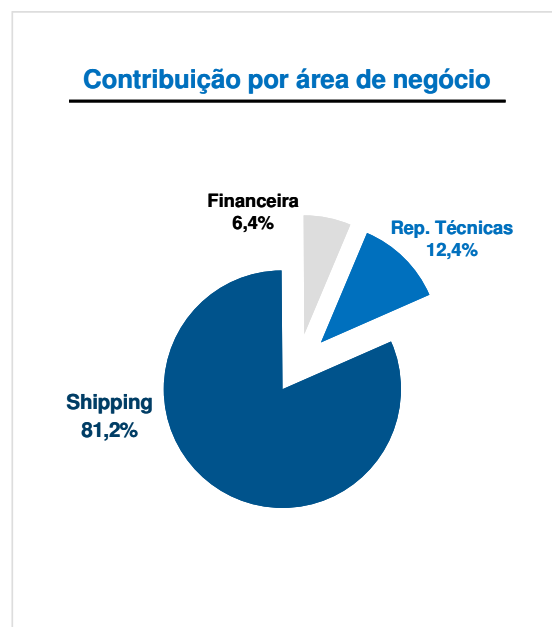
- Em 15 de Outubro de 2007 é celebrado um acordo, com a Marítima del Mediterráneo, S.A. (Marmedsa), para a alienação de 50% do capital da Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. por um valor de 4,5 milhões de Euros. Esta operação foi concluída em 26 de Fevereiro de 2008;
- Em 14 de Novembro de 2007 a Orey estabeleceu um acordo para a constituição, em Portugal, de uma *joint-venture* que concentrará, pelo menos durante os próximos dez anos, o negócio de agenciamento de linhas do Grupo CMA-CGM (CMA-CGM, representada pela Casa Marítima – Agência de Navegação, S.A. e Delmas, representada pela Orey Comércio e Navegação, S.A.). A OA Agencies deterá 40% da nova sociedade. Esta sociedade entrou em actividade no dia 1 de Março de 2008.

Por ocasião do anúncio do lançamento da operação de reforço de capitais, em Julho de 2006, o Grupo Orey publicou as suas orientações estratégicas e o correspondente plano de negócios. Nesse plano de negócios constavam previsões de crescimento de volume de negócios e de resultados que dependiam, em grande parte, da concretização de um plano de aquisição de empresas quer do sector de shipping quer do sector financeiro. Não tendo sido possível, até ao momento, concretizar o plano anunciado, fica consequentemente adiada a capacidade de atingir os referidos volumes de negócio e de resultados.

ANÁLISE FINANCEIRA

. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios consolidado do Grupo Orey ascendeu a 71,2 milhões de Euros no ano de 2007, registando um acréscimo de 11,6% face ao ano de 2006 (valores em milhares de Euros):

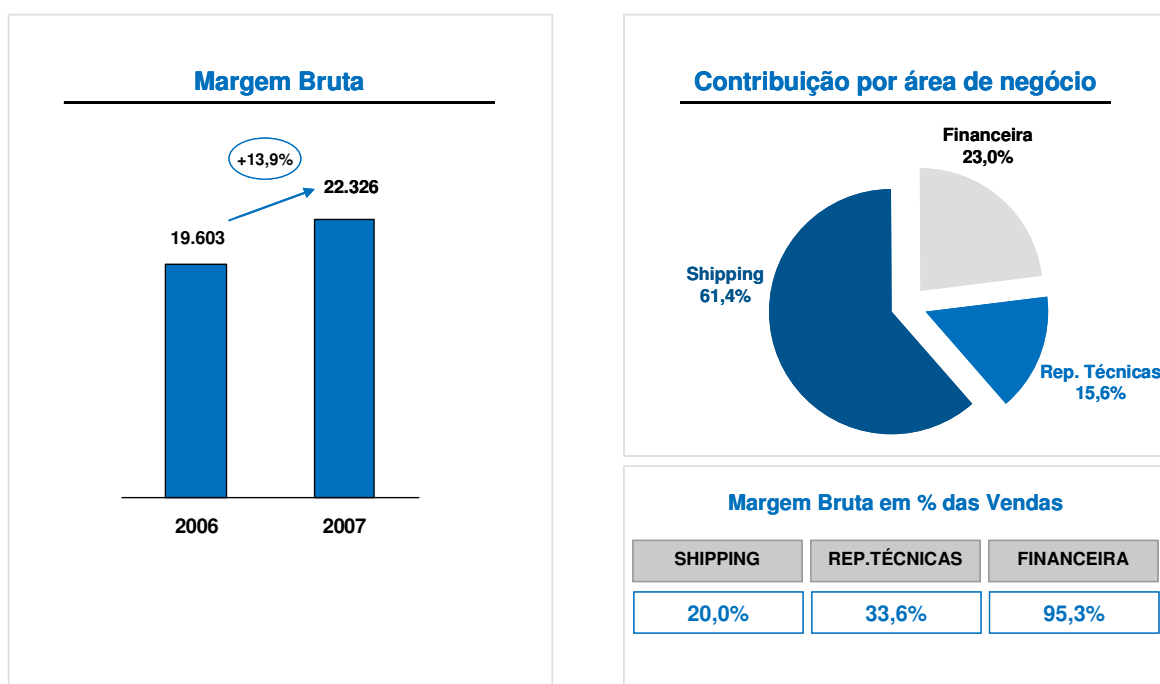


Para este crescimento de 11,6% nas vendas consolidadas contribuíram:

- a área financeira com um crescimento de 66,6% das comissões líquidas nomeadamente com a dinamização da área da corretagem online através do Orey iTrade (www.oreyitrade.com) e com um crescimento forte de 49,7% nos activos sob gestão.
- a área de navegação internacional com um crescimento de 17,7% no volume de vendas em Angola nomeadamente através do projecto Orey Super.
- Contributo positivo das representações técnicas com um crescimento das vendas em 33% face a 2006 nomeadamente no segmento da Petroquímica e para o mercado Angola.
- Estabilização das vendas ao nível da área da navegação em Portugal o que é um facto assinalável tendo em conta a perda de operações significativas em 2006.

MARGEM BRUTA

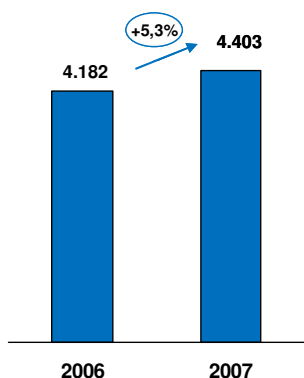
A margem bruta consolidada do Grupo Orey ascendeu a 22,3 milhões de Euros em 2007, registando um crescimento de 13,96% face ao ano anterior (valores em milhares de Euros):



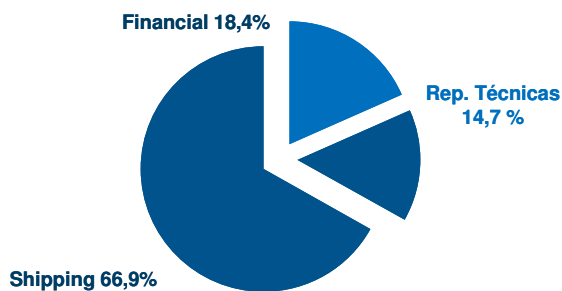
EBITDA

O EBITDA consolidado do Grupo Orey ascendeu a 4,4 milhões de Euros em 2007, registando um crescimento de 5,3% face ao ano anterior (valores em milhares de Euros):

EBITDA



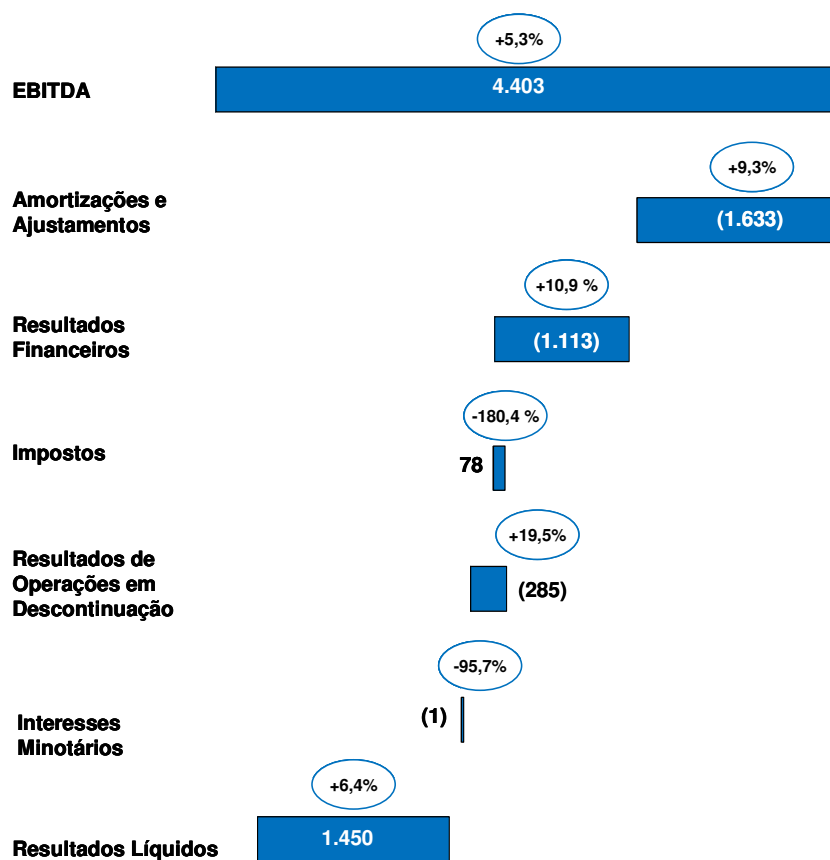
Contribuição por área de negócio



	Dez.06	Dez.07	Var. %
Margem EBITDA	21,3%	19,7%	↓ -1,6 pp
EBITDA/Vendas	6,6%	6,2%	↓ -0,4 pp

DO EBITDA AOS RESULTADOS LÍQUIDOS CONSOLIDADOS

Analisa-se de seguida a reconciliação entre o EBITDA e o resultado consolidado do período:



O EBITDA cresceu 5,3%, em virtude de um bom desempenho operacional onde a margem bruta cresceu 13,9%.

O resultado financeiro da Sociedade apresenta um contributo negativo face a 2006 agravando os resultados financeiros em 10,9%. Para tal contribui em parte a subida dos custos de financiamento dos passivos bancários.

A rubrica de Impostos apresenta um contributo positivo para o resultado líquido em 78 milhares de Euros pela consideração de activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis, nomeadamente na sub-holding Orey Financial, activo este que é suportado pelo Business Plan para a Orey Financial para o triénio de 2008 a 2010.

Os resultados em operações em descontinuação correspondem aos resultados apurados na Lema – Agência de Navegação, Lda. Em 2 de Outubro de 2007 a SCOA celebrou um acordo para a venda da totalidade da sua participação na Lema – Agência de Navegação, Lda. A venda que este acordo previa acabou por não se consumir ao não terem ficado reunidas todas as condições previstas no mesmo tendo sido procedido ao fecho da actividade da Lema – Agência de Navegação, Lda já em Janeiro de 2008 e reconhecidos os respectivos custos.

4. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2007 (INCLUINDO POSTERIORES)

30/01

A Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. informou que a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A. concluiu com êxito as negociações para a aquisição de uma participação de 3% no capital da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (SGF), detida actualmente pela Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento. A referida aquisição está sujeita ao direito de preferência dos actuais accionistas.

**08-
28/03**

No período compreendido entre 8 e 28 de Março, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. informou o mercado da aquisição de acções próprias que totalizaram 275.977 acções.

05/04

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou o mercado sobre negociações para aquisição da FullTrust. As negociações decorrem numa fase adiantada, para a aquisição de uma posição maioritária no capital da Fulltrust, Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. por parte da Orey Financial, SGPS, S.A. A referida aquisição carece de autorização das autoridades de supervisão, nomeadamente CMVM e Banco de Portugal.

A Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. informou ainda que os accionistas da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (SGF) exerceram o direito de preferência na já anunciada aquisição de 3% do capital que a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A. tinha cordado com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.

18/05

Orey Antunes adquiriu 100% do capital da Fulltrust, Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., através da sua participada Orey Financial, SGPS, S.A.. A aquisição está dependente da autorização das autoridades de supervisão.

18/05

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. adquiriu as sociedades Lusofrete – Afretamentos e Navegação, Lda e Mendes & Fernandes – Serviços de Apoio à Navegação, Lda, pelo valor de EUR 682.500 e EUR 82.500, respectivamente.

A Lusofrete é uma agência de navegação que actua nos portos de Leixões e Aveiro, especializada em navios de granel líquido. A Mendes e Fernandes é especializada em despacho de navios.

02/10

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou que celebrou um acordo que conduzirá à venda da totalidade do sua participação na Leme – Agência de Navegação, Lda. à ACE – Consultores, Lda., pelo valor de 59.400 MZM sem impactos relevantes nas contas do Grupo.

A venda que este acordo previa acabou por não se consumar ao não terem ficado reunidas todas as condições previstas no mesmo tendo sido procedido ao fecho da actividade da LEME – Agência de Navegação, Lda já em Janeiro de 2008 e reconhecidos os respectivos custos.

15/10

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou que a sua participada Orey Shipping, S.L.U. chegou a acordo para o estabelecimento de uma parceria com a Marítima Del Mediterráneo, S.A. (Marmedsa) para o desenvolvimento do negócio de carga geral no Porto de Bilbao.

O referido acordo prevê a alienação de 50% do capital da Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. (Agemasa) - operador portuário no Porto de Bilbao, um dos mais importantes portos espanhóis, manipulando, sobretudo, produtos siderúrgicos e papel - por um valor base de 4,5 milhões de Euros (valor próximo do registado nas contas àquela data).

14/11

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. informou que a sua participada OA Agencies – Navegação e Trânsitos, S.A. (OA Agencies) estabeleceu um acordo para a constituição em Portugal de uma joint venture que concentrará o negócio de agenciamento de linhas do Grupo CMA-CGM, a saber:

- CMA-CGM actualmente representada pela Casa Marítima – Agência de Navegação, S.A.;
- Delmas actualmente representada pela Orey Comércio e Navegação, S.A.

A OA Agencies deterá 40% da nova sociedade, sendo os restantes 60% detidos pela CMA-CGM. Os recursos actualmente afectos a estas linhas serão integrados na joint venture a constituir. A data prevista para o início de actividade é o próximo dia 1 de Janeiro de 2008 e a parceria é estabelecida por um período inicial de 10 anos.

O volume de negócios conjunto das duas linhas foi de 2,2 milhões de Euros em 2006. Após a constituição da joint venture, este negócio deixará de consolidar pelo método integral, passando a ser consolidado pelo método da equivalência patrimonial.

26/02

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (SCOA) informou o mercado ao abrigo da alínea b) do n.º1 do artigo 11.º do Regulamento 4/2004 da CMVM que a sua participada Orey Financial – SGPS, S.A. adquiriu em Bolsa 128.000 acções correspondentes a 1,28% do seu capital, ao preço unitário de 2,35 €.

Assim a SCOA e as suas participadas detêm 291.394 acções próprias (das quais 130.343 são detidas pela Orey Financial – SGPS, S.A.) que representam 2,91% do capital social da sociedade e 3,00% dos direitos de voto.

27/02

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (SCOA) informou que a sua participada Orey Shipping, S.L. finalizou o acordo para o estabelecimento de uma parceria com a Marítima Del Mediterráneo, S.A. (MARMEDSA) para o desenvolvimento do negócio de carga geral no Porto de Bilbao.

O acordo estabelecido consistiu na alienação de 50% do capital da Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. (AGEMASA) – operador portuário no Porto de Bilbao, um dos mais importantes portos espanhóis, manipulando, sobretudo, produtos siderúrgicos e papel - por um valor base de 4,5 milhões de Euros.

Esta transacção gera uma mais valia no valor 660 mil Euros nas contas consolidadas da SCOA em 2008. Com a alienação de 50% do capital da Agemasa esta deixa de ser consolidada na SCOA pelo método de consolidação integral passando a ser utilizado o método de consolidação proporcional.

07/03

Em 7 de Março de 2008 a participada Orey Financial – SGPS, S.A. recebeu uma comunicação do Banco de Portugal na qual se autorizava a fusão por incorporação da Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A. na Orey Financial – SGPS, S.A. e a transformação desta sociedade em Instituição Financeira de Crédito com a consequente alteração da denominação para “Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A.”.

11/03

Em 11 de Março de 2008 foi comunicado que a participada OA Technical, S.A. celebrou um acordo de princípio para a aquisição de 100% do capital da empresa Contrafogo – Equipamentos de Segurança, Lda. A Contrafogo desenvolve a sua actividade no sector da comercialização de equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de prevenção e combate a incêndios. Complementarmente a Contrafogo elabora estudos e projectos na área da segurança. A Contrafogo registou em 2007 um volume de vendas de aproximadamente 2 milhões de Euros a que correspondeu um EBITDA de 0,3 milhões de Euros. Caso se venha a concluir a transacção, o valor base para o investimento é de 700 mil Euros.

5. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO

De seguida apresentamos a evolução do Grupo Orey e das suas diferentes áreas de negócio durante o ano de 2007, comparando a mesma com o período homólogo de 2006.

NAVEGAÇÃO

No sector da navegação, o Grupo Orey está presente em Portugal, Espanha e Angola, prestando diferentes tipos de serviços: Linhas Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios, Operações Portuárias e Logística.

PORTUGAL



Na navegação em Portugal, o Grupo Orey presta todos os diferentes tipos de serviço referidos anteriormente.

Em 31 de Dezembro de 2007, o volume de vendas destas áreas de negócio totalizou 33,4 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 0,9% relativamente ao mesmo período do ano anterior (33,8 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006). Verifica-se um bom desempenho na área de agenciamento, que cresceu 5%.

Vendas	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Linhas Regulares	6.406	7.199	-11,0%
Trânsitos	11.685	12.110	-3,5%
Agenciamento	14.960	14.247	5,0%
Operações Portuárias e Logística	392	205	91,1%
Total	33.443	33.760	-0,9%

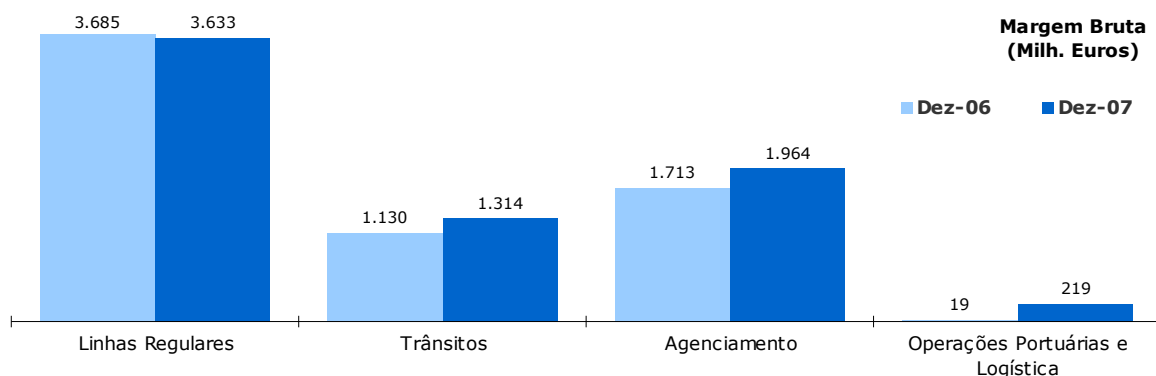
(Milhares de Euros)

A margem bruta totalizou 7,1 milhões de Euros, aumentando 8,9% em relação a 31 de Dezembro de 2006. O seu detalhe por área de actuação é o seguinte:

Margem Bruta	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Linhas Regulares	3.633	3.685	-1,4%
Trânsitos	1.314	1.130	16,4%
Agenciamento	1.964	1.713	14,6%
Operações Portuárias e Logística	219	19	1026,3%
Total	7.130	6.547	8,9%

(Milhares de Euros)

As áreas de trânsitos, logística e de agenciamento apresentaram um contributo positivo para a margem bruta face ao ano anterior, tendo crescido 16,4%, 1026% e 14,6% respectivamente. Na área dos trânsitos esse aspecto é reforçado pelo facto de se ter verificado um decréscimo nas vendas em 3,5%.



Linhas Regulares

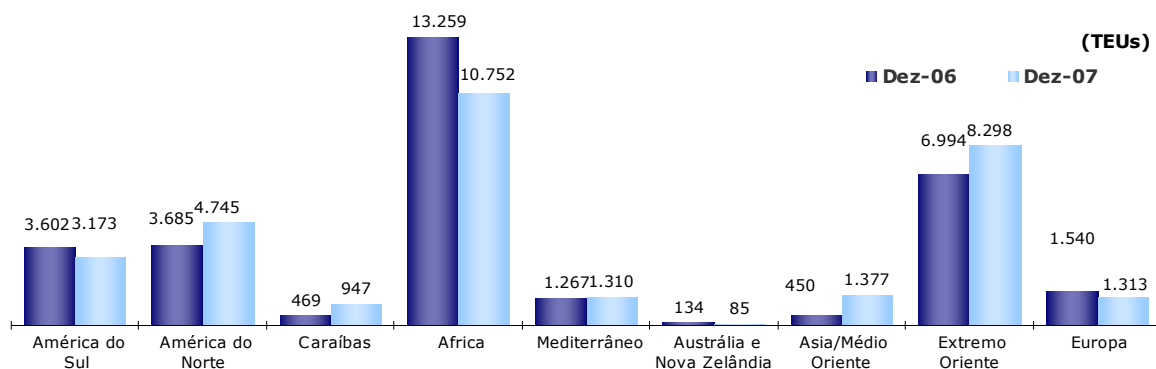
A 31 de Dezembro de 2007 a evolução dos principais dados de negócio neste segmento de actuação foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2006:

Linhas Regulares	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	6.406	7.199	-11,0%
Margem Bruta	3.633	3.685	-1,4%
Carga Contentorizada (TEUs)	32.000	31.399	1,9%
Carga Geral (Tons.)	23.257	27.936	-16,7%

(Milhares de Euros)

A evolução negativa do segmento das linhas regulares resulta em parte da redução da margem bruta por TEU fruto das condições adversas do mercado e, comparando com 2006, pela cessação e alienação de agências de linhas regulares.

O detalhe por zona geográfica dos TEUs (*Twenty-foot-Equivalent Units* ou contentor de vinte pés) transportados pelas empresas do Grupo Orey teve a seguinte evolução relativamente durante o ano de 2007:



Neste segmento de negócio há a destacar os seguintes factos:

- O armador Delmas, que é representado em Portugal pela nossa participada **Orey Comércio e Navegação, S.A.**, fez uma reestruturação total do serviço, passando a ter navios com maior capacidade e aumentando o número de escalas. Isto permitiu oferecer aos clientes um serviço com mais regularidade e fiabilidade no mercado da costa Ocidental de África com especial destaque no mercado de Angola. Este facto permitiu à Orey aumentar a quantidade de TEUs transportados para este destino com a DELMAS.

- Um bom desempenho da Casa Marítima – Agentes de Navegação, S.A. através da sua representada CMA-CGM embora restrições de espaço tenham impedido um maior crescimento dos volumes para a América do Norte o que foi compensado pela actividade de importação do Extremo Oriente.

Trânsitos

O segmento dos trânsitos é operado maioritariamente pela participada Orey Comércio e Navegação, S.A. Os principais dados neste segmento de actividade são:

Trânsitos	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Marítimos			
Vendas	11.195	11.673	-4,1%
Margem Bruta	1.136	978	16,2%
Carga Contentorizada (TEUs)	10.077	10.027	0,5%
Aéreos			
Vendas	490	437	12,3%
Margem Bruta	178	152	17,4%
Carga (Kg.)	241.592	168.703	43,2%
Vendas Totais	11.685	12.110	-3,5%
Margem Bruta Total	1.314	1.130	16,4%

(Milhares de Euros)

Apesar de as vendas na área de negócio dos **Trânsitos** terem registado uma variação negativa de 3,5%, face a idêntico período de 2006, foi possível aumentar em 16,4% a margem bruta passando de um valor de 1,1 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006 para 1,3 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007.

Esta melhoria da margem por TEU deveu-se ao esforço contínuo de melhorar o mix de cliente e alargar a base de clientes. Destaque ainda para um melhor aproveitamento e obtenção de sinergias com a nossa operação em Luanda. Com isto foi possível a captação de novos clientes, oferecendo-lhes um serviço global *door – to – door*.

A captação de novos clientes foi um dos objectivos definidos para 2007 o qual se conseguiu concretizar.

Agenciamento

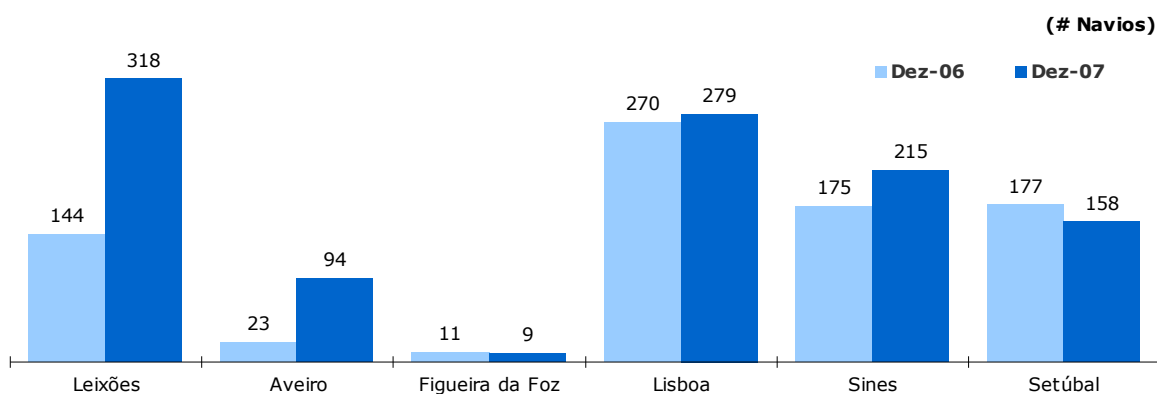
Em 31 de Dezembro de 2007, o número de navios agenciados e a margem bruta tiveram a seguinte evolução, relativamente a 31 de Dezembro de 2006:

Agenciamento	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	14.960	14.247	5,0%
Margem Bruta	1.964	1.713	14,6%
Escalas (Número de Navios)	951	800	18,9%

(Milhares de Euros)

Comparativamente com o período homólogo do ano passado, destacamos uma pequena diminuição da margem bruta unitária. Em termos de composição de negócio de agenciamento assistiu-se a um crescimento marginal do segmento Linhas Regulares e a um crescimento importante do segmento Tramping.

A evolução durante o último ano, relativamente ao número de **navios agenciados por porto de actuação**, foi a seguinte:



Este crescimento deveu-se, em parte, à aquisição da Lusofrete – Afretamento e Navegação, Lda que permitiu um aumento das escalas nos portos de leixões e Aveiro.

Operações Portuárias e Logística

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as vendas, a margem bruta e o detalhe das toneladas manuseadas foram as seguintes:

Operações Portuárias e Logística	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	392	205	91,1%
Margem Bruta	219	19	1026,3%
Toneladas Manuseadas	18.835	8.420	123,7%
<u>Das quais:</u>			
Papel	18.835	8.250	128,3%

(Milhares de Euros)

No seguimento da execução do seu plano estratégico, a **Storkship** tomou de arrendamento, em Março de 2007, um novo armazém para papel, o que lhe permitiu conquistar novos clientes e conseguir assim um incremento na tonelagem movimentada. Mostrando a confiança na recuperação sustentada desta área de negócio, o Grupo Orey decidiu adquirir o armazém, situação que veio a ocorrer em Agosto de 2007.

Esta aposta mostra já alguns resultados com incrementos de 91,1% nas vendas e de 200 mil Euros na margem bruta.

INTERNACIONAL



Na navegação internacional, o Grupo Orey está presente em Angola e Espanha nos segmentos dos trânsitos, agenciamento de navios e operações portuárias e logísticas.

a) Angola

A perda da agência do armador Grimaldi a partir de Outubro de 2006 afectou significativamente o negócio em Angola. No entanto, o crescimento de actividade transitária e o início da operação Orey Super compensou esse efeito ao nível das vendas e da margem bruta.

Em Angola foram agenciados 115 navios em 2007, maioritariamente no Porto de Luanda, contra 76 no ano de 2006.

A evolução do volume de TEUs e viaturas descarregadas pela Orey (Angola), bem como das vendas e margem bruta, foi a seguinte, comparativamente entre 2007 e 2006:

Angola	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas (USD)	22.148	5.820	280,5%
Margem Bruta (USD)	4.765	1.488	220,2%
Carga rolante (Viaturas)	20.165	25.142	-19,8%
Carga Contentorizada (TEUs)	2.030	11.172	-81,8%

(Milhares de USD)

Apesar de, em Outubro de 2006, ter terminado o contrato com o armador Grimaldi, que reduziu a actividade de linhas regulares, foi possível um acréscimo significativo das vendas e da margem bruta, fruto do desenvolvimento dos negócios de Distribuição e de Trânsitos.

b) Espanha

O Grupo Orey está presente em Espanha através das sociedades **Orey Shipping, SL** e **Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A.** Esta última detém uma concessão no Porto de Bilbao para a exploração de um Terminal de carga geral.

A área total concessionada foi aumentada em 2,3 ha em 2006 com a outorga de uma nova superfície no Muelle Príncipe de Astúrias, por troca de outra anteriormente utilizada a título precário, no Muelle Bizcaya.

Em Espanha, o Grupo Orey presta três tipos de serviços: carga e descarga de navios, armazenagem, entregas de mercadorias por via rodoviária e ferroviária e Agenciamento de navios. A partir de 1 de Abril 2007 esta última actividade passou a ser exercida em Espanha por Orey Shipping, SL com o objectivo de colocar a marca Orey no mercado espanhol e de promover uma comercialização conjunta com Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2007, os principais dados da empresa são os seguintes:

Espanha	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	11.640	13.876	-16,1%
Margem Bruta	980	2.377	-58,8%
Carga Geral (Tons.)	727.785	638.131	14,0%

(Milhares de Euros)

Em 2007 as vendas sofreram uma quebra de 16,1% face a 2006, fixando-se o valor em 11,6 milhões de Euros quando em 2006 esse valor foi de 13,9 milhões de Euros.

A margem bruta também evoluiu de forma desfavorável, reduzindo de 2,4 milhões de euros em 2006 para 980 milhares de euros em 2007, menos 58,8%. Para este facto contribuiu a redução dos preços praticados no Porto de Bilbao, fruto da forte concorrência entre operadores, e a alteração do mix de produtos manipulados. Tal comprova-se quando se compara a evolução da margem bruta com a evolução da carga geral movimentada que evolui de forma favorável, crescendo 14% face a 2006 fixando-se nas 728 mil toneladas.

Agenciamento

Em 2007 e em 2006 os dados mais significativos relativos à actividade de agenciamento são os seguintes:

Agenciamento	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	1.162	1.459	-20,3%
Margem Bruta	120	357	-66,3%
Escalas (Número de Navios)	27	73	-63,0%

(Milhares de Euros)

A diminuição verificada na actividade do agenciamento deveu-se à redução do número de escalas efectuadas que se passaram de 73 para 27, no período em análise. Tal deveu-se ao fim do contrato com a DFDS Lys Lines que era uma importante fonte de rendimento.

Operações Portuárias e Logística

O detalhe da margem bruta e das toneladas manuseadas em estiva em 2007 e 2006 é o seguinte:

Operações Portuárias e Logística	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	9.702	8.646	12,2%
Margem Bruta	841	1.737	-51,6%
Carga Geral (Tons.)	727.785	638.131	14,0%

(Milhares de Euros)

Verifica-se que a actividade de operações portuárias e logística obteve um bom desempenho ao nível das vendas, as quais incrementaram 12,2% em 2007 face a 2006. Tal reflecte o incremento da carga manipulada em 14% no período em análise. No entanto a margem bruta tem uma evolução negativa passando de 1,7 milhões de Euros em 2006 para 841 milhares de Euros em 2007, isto é, menos 51,6%.

Tal evolução reflecte o incremento da concorrência entre os operadores no Porto de Bilbao e a alteração no mix dos produtos manipulados, os quais apresentam um menor valor em termos de margem bruta por tonelada manuseada.

Entregas de mercadorias

Os dados mais significativos para este segmento de actividade são os seguintes para 2007 e 2006:

Entregas de Mercadorias	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	775	3.772	-79,4%
Margem Bruta	18	283	-93,6%
Carga Geral (Tons.)	18.281	135.439	-86,5%

(Milhares de Euros)

Este segmento foi prejudicado em grande parte pela evolução negativa ocorrida no segmento do agenciamento. Desta forma, a carga transportada reduziu-se em 86,5%, de 135 mil toneladas em 2006 para 18 mil toneladas em 2007.

REPRESENTAÇÕES TÉCNICAS

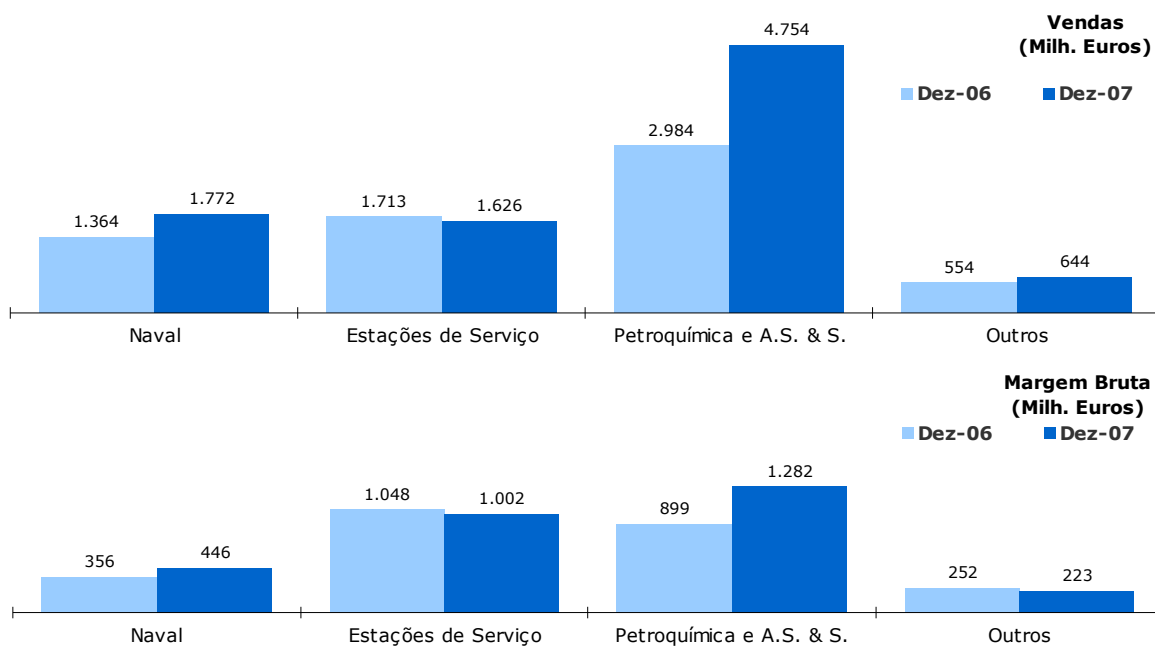


No sector das representações técnicas, o Grupo Orey está presente em diferentes áreas, tais como equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

Vendas	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Naval	1.772	1.364	29,9%
Estações de Serviço	1.626	1.713	-5,1%
Petroquímica e A.S. & S.	4.754	2.984	59,3%
Outros	644	554	16,2%
TOTAL	8.797	6.615	33,0%

(Milhares de Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007, as vendas desta área de negócio totalizaram 8,8 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 33,0% relativamente ao mesmo período do ano anterior (6,6 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006). A repartição do volume de vendas e Margem Bruta por segmento de negócio é o seguinte:



Naval

A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com o 31 de Dezembro de 2007:

Naval	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	1.772	1.364	29,9%
Margem Bruta	446	356	25,2%
(Margem Bruta em %)	25,2%	26,1%	-3,6%

(Milhares de Euros)

As vendas registaram um acréscimo de 29,9% face ao período homólogo de 2006 e um crescimento de 25,2% na margem bruta para o mesmo período comparativo.

Estações de Serviço

Em 31 de Dezembro de 2007, a evolução do volume de vendas realizadas pelas empresas do Grupo Orey e da margem bruta neste segmento de negócio foi a seguinte:

Estações de Serviço	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	1.626	1.713	-5,1%
Margem Bruta	1.002	1.048	-4,4%
(Margem Bruta em %)	62%	61%	0,7%
Jangadas Inspeccionadas	2.161	2.060	4,9%

(Milhares de Euros)

As participadas Orey Técnica Naval e Industrial, Lda e Azimute, Lda inspeccionaram, até 31 de Dezembro de 2007, 2.161 jangadas o que significa um crescimento de 4,9% face a igual período de 2006. Para tal facto contribuiu a abertura da nova estação de serviço nos Açores, na segunda quinzena de Abril de 2007.

Apesar do aumento das inspecções efectuadas este acréscimo não compensou a diminuição verificada nas vendas de produtos associados às jangadas. Este facto leva a que exista uma diminuição de 4,4% na margem bruta pela menor incorporação de produtos.

Petroquímica e AS&S

Neste segmento os dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os seguintes:

Petroquímica e A.S. & S.	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Vendas	4.754	2.984	59,3%
Margem Bruta	1.282	899	42,6%
(Margem Bruta em %)	27,0%	30,1%	-10,5%

(Milhares de Euros)

Em 31 de Dezembro de 2007 o volume de vendas deste segmento foi 4,8 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 59,3% face ao mesmo período de 2006, em que o volume de vendas foi de 2,9 milhões de Euros.

A 31 de Dezembro de 2007 a margem bruta também apresentou uma evolução positiva face a 2006, crescendo 42,6%. Assim, a margem bruta fixou-se em 1,3 milhões de Euros em 31 de Dezembro 2007 por comparação com os 0,8 Milhões de Euros em 31 de Dezembro 2006.

O acréscimo das vendas e da margem bruta deveu-se, em parte, ao fornecimento de equipamento para o mercado angolano.

Na área financeira, o Grupo Orey presta serviços de gestão discricionária de carteiras, gestão de fundos de investimento, corretagem on-line, Corporate Finance e Family Office com actividade em Portugal e no Brasil.

Há a destacar o crescimento significativo dos activos sob gestão em 49,7% e das comissões líquidas em 66,6% face a 2006. O lançamento do produto Orey 7 e o crescimento exponencial dos volumes de transacção na plataforma online Orey iTrade contribuíram para esta melhoria dos activos sob gestão e das comissões líquidas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o total dos activos sob gestão e das comissões líquidas era o seguinte:

Activos sob Gestão	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Portugal	131.084	104.637	25,3%
Brasil	92.198	44.482	107,3%
Total	223.282	149.120	49,7%

(Milhares de Euros)

Comissões Líquidas	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Portugal	3.270	1.968	66,2%
Brasil	1.071	637	68,1%
Total	4.341	2.605	66,6%

(Milhares de Euros)

a) Gestão de Carteiras

Gestão de Carteiras	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Activos sob gestão - Portugal *	72.289	48.456	49,2%
Activos sob gestão -Brasil	71.081	39.783	78,7%
Total	143.371	88.239	62,5%

* excluindo acções da Sociedade Comercial Orey Antunes pertencentes a clientes.

(Milhares de Euros)

Portugal

Durante 2007, foi efectuada a aquisição da Full Trust - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. a qual contribuiu para o aumento dos activos sob gestão em 31 de Dezembro de 2007 em 8,6 milhões de Euros.

Neste segmento de negócio e relativamente a 31 de Dezembro de 2007 os principais dados são os seguintes:

Gestão de Carteiras	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Activos sob Gestão *	72.289	48.456	49,2%
Número de clientes	242	212	14,2%

* excluindo acções da Sociedade Comercial Orey Antunes pertencentes a clientes.

(Milhares de Euros)

Face ao período homólogo verifica-se um incremento dos activos sob gestão no valor de 23,8 milhões de euros e um incremento do número de clientes para 242 face a 212 em 2006.

Brasil

Neste segmento de negócio, e relativamente a 31 de Dezembro de 2007, há a realçar um forte crescimento no volume de activos sob gestão e o alargamento da base de clientes:

Gestão de Carteiras	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Activos sob Gestão	71.081	39.783	78,7%
Número de clientes	178	133	33,8%

(Milhares de Euros)

O crescimento registado reflecte a captação de novos clientes resultante de um assinalável esforço comercial e de uma maior focalização na gestão da área comercial.

A Orey Financial Brasil vem desenvolvendo um trabalho de consolidação do serviço de private banking não só para "middle market" mas também para "High Networth Individuals", conseguindo captar carteiras de maior dimensão.

A conjuntura económica favorável no Brasil e a queda das taxas de juro levaram os investidores a procurar as alternativas de investimento oferecidas pela Orey Financial.

b) Gestão de Fundos de Investimento

Em 2007 a actividade de gestão de fundos de investimento apresentou uma evolução bastante favorável crescendo 31,3%. Para este facto contribuiu a diversificação da oferta dos produtos Orey, desde o lançamento do Orey Obrigações Brasil e Orey Acções Brasil e o alargamento da base de fundos imobiliários, nomeadamente na componente de fundos de investimento imobiliário de subscrição particular.

A evolução dos activos sob gestão na área de fundos de investimento por geografia foi a seguinte:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Activos sob gestão - Portugal	58.794	56.182	4,7%
Activos sob gestão - Brasil	21.117	4.699	349,3%
Total Gerido	79.911	60.881	31,3%

(Milhares de Euros)

Portugal

Ao nível dos fundos de investimento geridos pelas subsidiárias da Orey Financial no final de Dezembro de 2007 os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos são os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Hedge Funds	27.973	32.538	-14,0%
Fundos de Futebol	7.816	9.102	-14,1%
Fundos Harmonizados (Portugal)	2.636	1.891	39,4%
Fundos Imobiliários (Portugal)	20.369	12.650	61,0%
Total Gerido	58.794	56.182	4,7%

(Milhares de Euros)

Face a 31 de Dezembro de 2007 verifica-se um crescimento dos activos sob gestão em fundos de investimento em 2,6 milhões de Euros a que corresponde um incremento de 4,7%.

Para esta evolução positiva contribui a gestão de fundos de investimento imobiliário. É de salientar que a **Orey Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.** só começou a gerir fundos de investimento imobiliário durante o segundo semestre de 2006. A 31 de Dezembro de 2007 a sociedade é responsável pela gestão de quatro fundos de investimento imobiliário que registaram um crescimento de 7,7 milhões de Euros.

A redução registada nos hedge funds decorre, em parte, da redução dos valores patrimoniais sob gestão cuja alocação incluía estes fundos, assim como a redefinição da alocação de activos dos diversos perfis de investimento, direccionando parte dos activos investidos nos Fundos de Hedge Funds para outros produtos, nomeadamente, com exposição ao risco Brasil e Europa.

Brasil

Ao nível dos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil, a 31 de Dezembro de 2007, os dados relativamente aos valores patrimoniais geridos eram os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Orey Multigestor	13.404	3.127	328,6%
Orey Previdência	2.686	1.572	70,9%
Orey Acções Brasil	3.618	0	
Orey Obrigações Brasil	1.408	0	
Total Gerido	21.117	4.699	349,3%

(Milhares de Euros)

Verifica-se um bom desempenho dos fundos geridos pela Orey Financial Brasil com o aumento dos seus activos em 349,3% face a Dezembro de 2006. O crescimento dos fundos de investimento beneficiou também do crescimento verificado ao nível da gestão de carteiras no Brasil bem como das decisões de investimento em Portugal que proporcionaram uma maior alocação das carteiras ao risco Brasil.

Salientamos a criação de dois novos fundo de investimento, o Orey Acções Brasil e o Orey Obrigações Brasil, e ainda a performance obtida nos fundos de investimento que contribuiu para o crescimento dos activos sob gestão.

O alargamento da oferta de fundos pela Orey Financial Brasil permite fazer cross-selling entre o serviço de gestão discricionária que procura investimentos como os oferecidos pela Orey Financial Brasil, para alocar fundos dos clientes.

c) Corretagem

A actividade de corretagem online através da plataforma Orey iTrade (www.oreyitrade.com) ganhou um forte dinamismo com o lançamento de campanhas promocionais. Salientamos que o arranque definitivo desta área de negócio ocorreu em Abril de 2007.

Corretagem	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Número de clientes	145	7	1971,4%
Comissões líquidas	425	17	2459,0%

(Milhares de Euros)

As campanhas “Transacções a preços de Market Maker”, com divulgação através da internet nos principais sítios de informação financeira, e a campanha “Internet Móvel Grátis” lançada pela Orey Valores em parceria com a Optimus na qual é oferecido o equipamento de acesso e a mensalidade do serviço de Internet de Banda Larga sem fios aos clientes Orey iTrade, possibilitou que a Orey Valores apresentasse um crescimento significativo da actividade, que resultou em comissões líquidas de 425 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007.

As campanhas desenvolvidas tiveram, também, impacto positivo no número de clientes angariados, aumentando em 138 o número de clientes face a 31 de Dezembro de 2006.

Durante o ano de 2007 transaccionou-se no OreyiTrade um volume total de 2,2 mil milhões de Euros em contratos de CFD e 3.861 contratos de futuros.

d) Corporate Finance

Nesta área, a Orey Financial Brasil presta o serviço de administração e renegociação de passivos, bem como o de consultoria financeira a empresas. A margem bruta desta área de negócio é a seguinte:

Comissões	Dez-07	Dez-06	07 vs 06
Gestão de Passivos	133	214	-37,9%
Consultoria Financeira	127	104	22,9%
Corporate Finance	261	318	-18,0%

(Milhares de Euros)

Em 2007, a actividade de corporate finance registou um incremento das áreas de estruturação da dívida e M&A. A quebra verificada na actividade de gestão de passivos revela a redução da procura deste serviço, facto que decorre da redução das taxas de juro no Brasil e da melhoria do ambiente de investimento.

6. ACÇÕES PRÓPRIAS

Ao abrigo do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade detinha, directa e indirectamente a seguinte carteira de acções próprias:

Acções próprias	Quantidade	Custo médio	Valor Total
Detidas por:			
-Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	159.887	2,812	449.544
- Orey Financial, SGPS, S.A.	31.810	2,911	92.601
Total	191.697	2,828	542.145

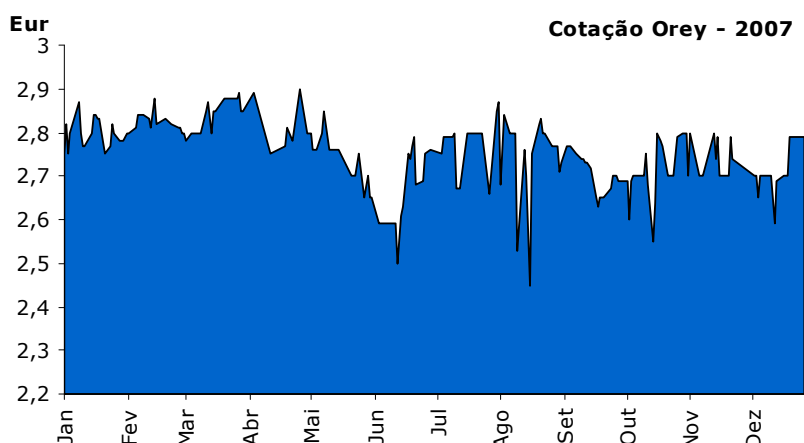
(Unidade Monetária - Euro)

7. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY

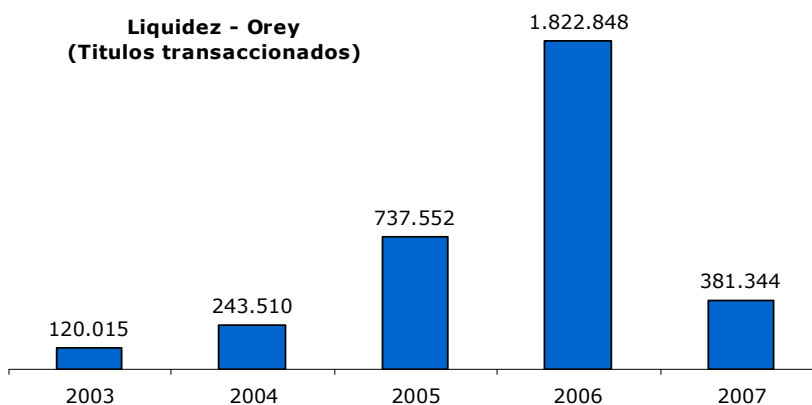
O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 10.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon.

A acção Orey teve uma valorização de 2,20% entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007. A acção fechou, no último dia de 2006, a 2,73 Eur e fechou, em 31 de Dezembro de 2007, a 2,79 Eur.

A evolução durante o ano de 2007 das cotações do título Orey foi a seguinte:



A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até ao final de 2007 foi a seguinte:



A Sociedade mantém em vigor um contrato de "liquidity provider" com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. encerrou o exercício de 2007 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 1.450.150,62 Euros e com um resultado positivo, apurado em base individual, de 1.826.692,08 Euros.

Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte aplicação de resultados:

- Para reserva legal (5%): 91.334,60 Euros;
- Para distribuição de dividendos: 0,07 Euros por acção;
- O remanescente para resultados transitados.

Lisboa, 18 de Março de 2007

O Conselho de Administração,

PRESIDENTE

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey

VOGAIS

Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey

Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa

9. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

(Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM)

Membros do Conselho de Administração	Detidas em 31-12-2006	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2007
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	-	1.776	-	1.776
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey	1.116	-	-	1.116
Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa	930	-	-	930
Total	2.046	1.776	-	3.822

Membros do Conselho Fiscal	Detidas em 31-12-2006	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2007
José Martinho Soares Barroso	-	-	-	-
Acácio Augusto Lougares Pita Negrão	-	-	-	-
José Eliseu Chasqueira Mendes	-	-	-	-
Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro	-	-	-	-
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	-	-	-	-
João Carlos Miguel Alves (ROC)	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: Adquiriu directamente 1.776 acções no ano de 2007. Detém directamente 0,02% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. e indirectamente 75,45% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey: Não efectuou qualquer aquisição / alienação no ano 2007.

Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa: Não efectuou qualquer aquisição / alienação no ano de 2007.

Capital Orey 06/09

Membros do Conselho de Administração	Detidas em 31-12-2006	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2007
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	-	-	-	-
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey	438	-	-	438
Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa	178	-	-	178
Total	616	-	-	616

Membros do Conselho Fiscal	Detidas em 31-12-2006	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2007
José Martinho Soares Barroso	-	-	-	-
Acácio Augusto Lougares Pita Negrão	-	-	-	-
José Eliseu Chasqueira Mendes	-	-	-	-
Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro	-	-	-	-
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	-	-	-	-
João Carlos Miguel Alves (ROC)	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey: Não efectuou qualquer aquisição / alienação durante o ano de 2007. Detém, indirectamente, através da Triângulo-Mor, Consultoria Económica e Financeira, S.A., 2.804.721 obrigações Capital Orey 06/09.

Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey: Não efectuou qualquer aquisição / alienação no ano de 2007.

Francisco Manuel de Lemos Santos Bessa: Não efectuou qualquer aquisição / alienação no ano de 2007.

10.LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

(Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea d) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 4/2004 da CMVM)

Em 31 de Dezembro de 2007, os accionistas detentores de participações qualificadas no capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., eram os seguintes:

Participações qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	1.776	0,02%	0,02%
Directamente:			
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	7.097.671	70,98%	72,36%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	252.677	2,53%	2,58%
- Através da Full Trust, Soc. Gestora de Patrimónios, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	50.000	0,50%	0,51%
SUB-TOTAL	7.402.124	74,03%	75,47%
Jochen Michalski	269.000	2,69%	2,74%
António de Arriaga Mardel Correia	201.300	2,01%	2,05%
MCFA, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,04%
MRF, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,04%
SUB-TOTAL	870.300	8,70%	8,87%
TOTAL	8.272.424	82,73%	84,34%

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

BALANÇO INDIVIDUAL

A C T I V O		Notas	31-12-2007	31-12-2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES				
Activos Fixos Tangíveis	3	354.635	751.123	
Propriedades de Investimento	4	4.320.476	3.838.983	
Goodwill	2, 5	8.009.266	8.009.266	
Outros Activos Intangíveis		451	4.598	
Investimentos Financeiros em Subsidiárias	2	49.364.376	26.114.327	
Outros activos financeiros		6.058	6.058	
Activos por Impostos Diferidos	6	284.857	291.332	
Total dos Activos Não Correntes			62.340.118	39.015.686
ACTIVOS CORRENTES				
Inventários		65.780	65.956	
Contas a Receber- Clientes		345.114	366.330	
Contas a Receber- Outras	7	10.216.766	8.374.485	
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	170.661	1.166.527	
Total dos Activos Correntes			10.798.321	9.973.298
Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade			73.138.439	48.988.985
Activo Total de Unidades Operacionais Em Descontinuação			0	0
TOTAL DO ACTIVO			73.138.439	48.988.985

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		Notas	31-12-2007	31-12-2006
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	9	10.000.000	10.000.000	
Acções Próprias		-449.543	0	
Prémios de Emissão	9	4.830.550	4.830.550	
Reservas	10	40.922.341	21.427.117	
Resultados Transitados		0	561.690	
Resultado Líquido do Período		1.826.692	-953.591	
Total do Capital Próprio			57.130.040	35.865.766
PASSIVO				
PASSIVOS NÃO CORRENTES				
Provisões	14	2.691	28.532	
Empréstimos e Descobertos Bancários	11	2.500.000	3.650.000	
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	12	820.320	793.569	
Passivos por Impostos Diferidos	6	395.697	488.451	
Total dos Passivos Não Correntes			3.718.708	4.960.552
PASSIVOS CORRENTES				
Contas a Pagar- Fornecedores		684.729	571.115	
Empréstimos e Descobertos Bancários	11	10.870.261	5.711.020	
Contas a Pagar- Outras	13	634.415	1.770.530	
Passivo por Impostos Correntes		0	0	
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	12	100.286	110.002	
Total dos Passivos Correntes			12.289.692	8.162.668
Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade			16.008.400	13.123.219
Passivo Total de Unidades Operacionais Em Descontinuação			0	0
Total do Passivo			16.008.400	13.123.219
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			73.138.439	48.988.985

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por Naturezas	Notas	31-12-2007	31-12-2006
Proveitos Operacionais			
Prestações de Serviços	15	953.238	726.351
Outros Proveitos Operacionais	16	168.866	412.360
Total dos Proveitos Operacionais		1.122.104	1.138.711
Custos Operacionais			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	22	-1.868.116	-1.545.028
Gastos com o Pessoal	23	-944.419	-1.016.546
Provisões	14	0	0
Outros Gastos Operacionais		-36.170	-37.467
Total dos Custos Operacionais		-2.848.704	-2.599.042
EBITDA		-1.726.600	-1.460.331
Gastos de Depreciação e de Amortização	3	-150.522	-112.681
EBIT		-1.877.122	-1.573.012
Resultados Financeiros	17	-412.675	-478.265
Ganhos/Perdas em Empresas Subsidiárias e Associadas		4.000.000	1.058.858
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento	4	128.301	144.721
Resultado Antes de Impostos		1.838.504	-847.698
Gastos (Rendimentos) de Impostos	18	-11.812	132.437
Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade		1.826.692	-715.261
Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas	9	0	-238.332
Resultado Líquido do Período		1.826.692	-953.593
Resultado Líquido do Período por Acção			
Básico		0,186	-0,127
Diluído		0,134	-0,102

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Demonstração de alterações nos capitais próprios	Notas	Reservas não distribuíveis						Reservas distribuíveis			Total
		Capital emitido	Acções próprias valor nominal	Acções próprias descontos e prémios	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		10.000.000	-	-	4.830.550	481.458	2.541.561	18.404.097	561.690	(953.591)	35.865.765
Transferência do resultado de 2006		-	-	-	-	-	-	-	(953.591)	953.591	-
Resultado líquido de 2007		-	-	-	-	-	-	-	-	1.826.692	1.826.692
Dividendos de 2006		-	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Reavaliações de 2007		-	-	-	-	-	145.061	20.350.049	-	-	20.495.110
Impostos Diferidos		-	-	-	-	-	92.017	-	-	-	92.017
Aquisição de acções próprias		-	(159.886)	(289.657)	-	449.543	-	-	(449.543)	-	(449.543)
Transferência para Resultados Transitados		-	-	-	-	-	-	(841.445)	841.445	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		10.000.000	(159.886)	(289.657)	4.830.550	931.001	2.778.638	37.212.701	-	1.826.692	57.130.040

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)	Notas	31-12-2007	31-12-2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1.227.415	1.418.046
Pagamentos a Fornecedores		-1.924.705	-4.486.965
Pagamentos ao Pessoal		-536.055	-677.221
Fluxos Gerado pelas Operações		-1.233.345	-3.746.140
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		183.702	-356.837
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-317.430	-934.485
Fluxos Gerados antes das Rubricas Extraordinárias		-1.367.073	-5.037.462
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias		0	0
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		-1.367.073	-5.037.462
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Juros e Proveitos Similares		0	98.550
Dividendos		2.300.000	1.088.858
		2.300.000	1.187.408
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos Financeiros		-2.900.000	-2.624.772
Empréstimos a Subsidiárias		0	0
Activos Fixos Tangíveis		-274.103	-79.226
Activos Intangíveis		0	0
		-3.174.103	-2.703.998
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		-874.103	-1.516.590
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		12.635.720	10.013.571
Aumentos de Capital e prémios de emissão		0	10.000.000
		12.635.720	20.013.571
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-10.111.910	-13.061.057
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		0	0
Juros e Custos Similares		-144.440	-391.783
Dividendos		-687.146	-61
Aquisição de Acções Próprias		-449.543	0
		-11.393.039	-13.452.901
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		1.242.681	6.560.670
 Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		-998.495	6.618
Efeito das Diferenças de Câmbio		2.629	32.477
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	8	1.166.527	1.127.432
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	8	170.661	1.166.527

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., sociedade aberta ("Sociedade" ou "SCOA"), com sede social na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto nº17 – 6ºA, em Lisboa, foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & CIA. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é uma holding que maioritariamente gere participações financeiras em outras sociedades que actuam em Portugal e nos PALOP em três actividades diferentes:

- Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo e Águas e saneamento);
- Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

1. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

Rédito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos" e "Edifícios e Outras Construções", que se encontram reavaliados de forma a reflectir o seu justo valor.

Utilização de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias registadas dos activos e passivos, assim como dos proveitos e custos reportados. Todas as estimativas foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente dos eventos e transacções em curso.

Goodwill

O goodwill, proveniente da aquisição de participações financeiras, é inicialmente registado pelo seu custo, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição e o interesse da adquirente no justo valor dos activos e passivos identificáveis da entidade adquirida. Após o reconhecimento inicial, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade anuais, sendo os correspondentes valores do activo mensurados pelo custo deduzido de eventuais perdas de imparidades acumuladas. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato em resultados do exercício.

Outros Activos Intangíveis

Os outros activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método das quotas constantes.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados pelo método da revalorização. Os activos registados pelo modelo do custo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	<u>Anos de Vida Útil</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 – 4
Equipamento administrativo	4 – 8

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados pelo modelo do justo valor.

Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias encontram-se registados de acordo com a IAS 39, sendo classificados na categoria residual de "activos financeiros disponíveis para venda" prevista naquela norma. Assim, aquando da mensuração inicial estes investimentos são registados pelo seu justo valor mais eventuais custos de transacção que sejam imputáveis à aquisição ou constituição do activo financeiro; e, subsequentemente, são mensurados ao justo valor. Consequentemente, os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor destes investimentos são reconhecidos directamente no capital próprio, através da demonstração de alterações no capital próprio, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos resultados. Os dividendos resultantes destes investimentos são reconhecidos nos resultados quando é estabelecido o direito da sociedade de receber o pagamento.

Na determinação do justo valor dos investimentos em subsidiárias e uma vez que não existem preços cotados num mercado activo, a Sociedade procede à sua determinação através de avaliações efectuadas por peritos independentes, com referência à data de reporte das demonstrações financeiras.

Impostos sobre o Rendimento

A Sociedade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 6% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

A Sociedade é tributada em sede de IRC conjuntamente com a maioria das suas participadas sedeadas em Portugal, por serem detidas há mais de um ano e numa percentagem superior a 90% e por serem tributadas segundo o regime geral do IRC.

(i) Impostos correntes

Os impostos correntes têm por base o lucro ou prejuízo das actividades ordinárias ajustado relativamente aos itens dos resultados que não são dedutíveis ou tributáveis para efeitos fiscais (de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades) e são calculados usando as taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

O valor registado no “Passivo por Impostos Correntes” inclui a totalidade dos impostos correntes das sociedades do grupo incluídas na tributação do grupo de sociedades, opção exercida pela Sociedade como casa-mãe das empresas detidas a mais de 90%, tributadas segundo o regime geral do IRC, localizadas em território nacional e detidas há mais de um ano.

(ii) Impostos diferidos

Desde o exercício de 2002, a Sociedade contabilizou, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis que a Sociedade tenha fundamentadas expectativas de vir a recuperar, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que exista uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

Os ganhos e perdas actuariais são registados na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

As responsabilidades por complementos de reforma reconhecidas à data do balanço representam o valor presente das obrigações no âmbito do plano de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das "Contas a Receber – Clientes" e "Contas a Receber – Outras", por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

2. Investimentos Financeiros em Subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe das participações da Sociedade (directas ou indirectas) era o seguinte:

NOME	SEDE	CAPITAL SOCIAL	Moeda	PROPORÇÃO DETIDA	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADO LÍQUIDO
Orey Serviços e Organização Lda	Lisboa	25.000,00	Euro	100,00%	44.453,44	1.639,78
Orey - Gestão Imobiliária Lda	Lisboa	100.000,00	Euro	100,00%	34.687,98	-70.905,94
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	Lisboa	1.200.000,00	Euro	100,00%	3.754.243,98	1.718.669,03
Orey Comércio e Navegação SA	Lisboa	850.000,00	Euro	100,00%	1.814.981,27	776.786,54
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	Lisboa	150.000,00	Euro	100,00%	1.455.232,87	1.121.289,95
ATN - Atlantic Transportes e Navegação SA	Lisboa	50.000,00	Euro	100,00%	411.922,26	272.136,34
OA Technical Representations- Rep Nav Ind SA	Lisboa	450.000,00	Euro	100,00%	1.469.105,87	243.305,80
Orey Técnica Naval e Industrial Lda	Lisboa	350.000,00	Euro	100,00%	1.247.086,42	358.192,32
Sofema- Soc Ferramentas e Máquinas Lda	Lisboa	100.000,00	Euro	100,00%	403.516,52	131.104,00
Azimuth- Apertos Marítimos Lda	Lisboa	70.000,00	Euro	100,00%	-77.204,16	-124.460,06
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Lisboa	6.000,00	Euro	100,00%	28.835,95	25.254,99
OA International BV	Amsterdão- Holanda	18.000,00	Euro	100,00%	2.863.958,33	1.859.601,98
OA International Antillas NV	Curaçao- Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%	2.821.348,40	2.675.813,15
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Funchal	50.000,00	Euro	100,00%	58.239,28	-1.591,50
Orey (Cayman) Ltd	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%	2.818.611,40	2.691.114,15
Orey Financial SGPS SA	Lisboa	3.500.000,00	Euro	100,00%	9.154.298,00	-1.521,77
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	Lisboa	1.250.000,00	Euro	100,00%	314.405,00	-245.314,80
Orey Management (Cayman) Ltd	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%	1.512.478,00	1.799.982,10
Orey Management BV	Amsterdão- Holanda	5.390.000,00	Euro	100,00%	6.089.635,00	1.258.388,73
Orey Investments NV	Curaçao- Antilhas Holandesas	6.081,00	Euro	100,00%	5.262.015,00	1.206.148,10
Football Players Funds Management Ltd	Cayman Islands	40.000,00	Euro	100,00%	369.964,00	355.478,82
TRF Initiatoren GmbH	Munique - Alemanha	25.000,00	Euro	70,00%	-117.338,00	-2.100,00
TRF Transferrechtetfonds 1 Management GmbH	Munique - Alemanha	25.000,00	Euro	70,00%	23.662,00	0,00
Orey Valores- Sociedade Correctora SA	Lisboa	2.107.190,00	Euro	100,00%	382.063,00	-20.233,90
Orey Financial Brasil SA	S. Paulo - Brasil	250.000,00	Real	99,98%	25.277,06	180.158,00
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	Bilbao- Espanha	248.669,76	Euro	100,00%	2.521.873,22	-657.439,85
Orey Shipping SL	Bilbao- Espanha	3.100,00	Euro	100,00%	-63.345,12	129.663,95
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística SA	Lisboa	100.000,00	Euro	100,00%	962.794,44	107.288,46
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	Luanda - Angola	485.883,53	Kwanza	99,00%	4.291.785,12	701.949,27
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Luanda - Angola	400.000,00	Kwanza	99,00%	1.237.100,00	583.319,06
Orey (Moçambique) - Comércio e Serviços Lda	Maputo - Moçambique	60.000,00	Meticais	100,00%	664.865,16	230.077,69
Leme - Agência de Navegação Lda	Maputo - Moçambique	60.000,00	Meticais	99,00%	-9.830.498,05	-10.360.984,36
Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda	Porto	29.927,87	Euro	100,00%	159.836,90	51.096,13
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Porto	5.000,00	Euro	100,00%	27.463,15	9.916,21
Full Trust -Soc Gestora de Patrimónios SA	Lisboa	850.000,00	Euro	100,00%	281.045,00	-132.029,23

Conforme mencionado na Nota 1, os Investimentos Financeiros em Subsidiárias são registados de acordo com a IAS 39 (categoria residual de Activos Financeiros Disponíveis para Venda) e tiveram a seguinte evolução em 2007:

Reconhecimento dos Investimentos Financeiros ao justo valor					
Participadas Directas	Saldo Inicial	Aumento / Diminuição de participação	Outras correcções de capitais próprios das subsidiárias	Constituição de Reserva	Saldo Final
Orey Financial SGPS SA	17.850.000	2.900.000	-	7.650.000	28.400.000
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	5.876.801	-	-	4.523.199	10.400.000
OA Technical Representations- Rep Nav Ind SA	6.600.000	-	-	400.000	7.000.000
OA International BV	3.672.626	-	-	7.827.374	11.500.000
Orey Serviços e Organização Lda	63.014	-	-	(18.465)	44.549
Orey - Gestão Imobiliária Lda	61.152	-	-	(32.059)	29.093
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	-	-	-	-	-
Orey (Moçambique) - Comércio e Serviços Lda	-	-	-	-	-
Valor Líquido	34.123.593	2.900.000	-	20.350.049	57.373.641

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme previsto na IAS 39, estes investimentos em subsidiárias encontram-se registados ao justo valor, o qual foi determinado através de avaliações efectuadas por peritos independentes, reportadas a 31 de Dezembro de 2007.

3. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2007, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo em 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencias	Abates	Saldo em 31-12-2007
Terrenos e Recursos Naturais	94.543	81.940	-	(149.548)	-	26.935
Edifícios e O/ construções	633.330	60.820	18.650	(663.419)	-	49.381
Equipamento Básico	217.327	-	-	-	(10.100)	207.227
Equipamento Transporte	18.087	-	34.200	-	(18.087)	34.200
Ferramentas e Utensílios	1.727	-	-	-	-	1.727
Equipam Administrativo	194.423	-	3.710	-	-	198.133
O Imob Corpóreas	16.722	-	-	-	-	16.722
Imobiliz em Curso	64.260	-	69.150	(26.110)	-	107.300
	1.240.419	142.761	125.710	(839.078)	(28.187)	641.625

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo em 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencias	Abates	Saldo em 31-12-2007
Terrenos e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e O/ construções	276.656	-	69.958	(333.775)	-	12.839
Equipamento Básico	103.479	-	44.292	-	-	147.771
Equipamento Transporte	18.087	-	8.550	-	(18.087)	8.550
Ferramentas e Utensílios	1.378	-	349	-	-	1.727
Equipam Administrativo	85.443	-	22.578	-	-	108.021
O Imob Corpóreas	4.253	-	3.828	-	-	8.081
Imobiliz em Curso	-	-	-	-	-	-
	489.296	-	149.555	(333.775)	(18.087)	286.990

(Unidade Monetária - Euro)

As imobilizações em curso referem-se a obras nos edifícios da sociedade que não se encontravam terminadas a 31 de Dezembro de 2007.

4. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

I - Quadro Evolução

Saldo Inicial em 31-Dez-2006	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final em 30-Dez-2007
3.838.983	0	0	2.300	479.193	4.320.476

(Unidade Monetária - Euro)

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	31-12-2007	31-12-2006
Rendimentos de rendas	128.301	144.721

(Unidade Monetária - Euro)

5. Goodwill

O *goodwill* evidenciado no Balanço em 31 de Dezembro de 2007, no valor 8.009.266 Euros, refere-se, exclusivamente à aquisição dos 100% da participação na Orey Financial, SGPS, S.A., ocorrida em 2004 e 2006. Em 2004 foi adquirido 86,53%, tendo sido reconhecido como *goodwill*, nesse ano, o valor de 5.603.824 Euros. Em 2006, foram adquiridas as restantes acções da sociedade, tendo sido reconhecido como *goodwill* o valor de 2.405.442 Euros.

Conforme referido na nota 1, o *goodwill* resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Durante o semestre não ocorreram quaisquer perdas de imparidade.

À data de balanço de 31 de Dezembro de 2007 foi efectuada a avaliação da Orey Financial. Conclui-se não existirem indícios que levem ao registo de perda de imparidade. Será realizada nova avaliação a esta participação em à data de 31 de Dezembro de 2008.

6. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o ano de 2007, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2006	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2007
Benefícios de Reforma	248.482	14.950	-	263.432
Encargos com o aumento de Capital	42.850	-	(21.425)	21.425
Total	291.332	14.950	(21.425)	284.857

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2006	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2007
Reavaliações	488.451	-	(92.754)	395.697
Total	488.451	-	(92.754)	395.697

(Unidade Monetária - Euro)

7. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-Dez-07	31-Dez-06
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	101.860	323.815
- IRC	80.239	273.155
Empréstimos a Subsidiárias	9.533.390	7.544.349
Outros Devedores	93.251	48.230
Acréscimos de Proveitos	-	11.882
Custos Diferidos	408.026	173.054
Total	10.216.766	8.374.485

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica de Empréstimos a Empresas do Grupo tem a seguinte composição:

Empresas do Grupo	31-Dez-07	31-Dez-06
OA International BV	2.217.899	2.866.594
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	1.598.625	1.025
OA Technical Representations- Rep Nav Ind SA	527.079	645.200
Orey - Gestão Imobiliária Lda	2.230.706	1.428.206
Orey Financial SGPS SA	-	1.615.000
Orey Serviços e Organização Lda	828.605	652.810
Orey Shipping SL	1.479.558	334.558
Agemasa	650.000	-
Outras	917	955
Total	9.533.390	7.544.348

(Unidade Monetária - Euro)

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-Dez-07	31-Dez-06
Caixa	861	5.827
Depósitos à Ordem	169.800	160.700
Depósitos a Prazo	-	1.000.000
Total	170.661	1.166.527

(Unidade Monetária - Euro)

9. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de 2006 de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas:

- (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e
- (ii) uma emissão de 9,975 milhões de euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de euros, vencendo-se em 30 de Junho de 2009.

10. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe das reservas é o seguinte:

Reservas	31-Dez-07	31-Dez-06
Reservas de Reavaliação	2.778.638	2.541.561
Reservas		
-Reservas Legais	931.001	481.458
-Reserva de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor	37.212.702	18.404.097
Total	40.922.341	21.427.116

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido nas notas 1 e 2, as Reserva de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor, refere-se à valorização dos investimentos em subsidiárias ao justo valor, o que foi determinado através de avaliações efectuadas por peritos independentes. Os terrenos e edifícios e outras construções e as propriedades de investimento encontram-se registados pelo justo valor, o qual foi apurado através de avaliações efectuadas por peritos avaliadores com referência a 31 de Dezembro de 2007.

11. Empréstimos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-Dez-07	31-Dez-06
- Banco Espírito Santo	2.250.000	3.150.000
- Caixa Geral de Depósitos	250.000	500.000
Total	2.500.000	3.650.000
Passivo Corrente		
- Fortis Bank	1.993.341	521.427
- Banco Espírito Santo	3.228.674	2.835.456
- Caixa Geral de Depósitos	1.000.000	250.000
- Banco Santander Totta	2.000.000	514.867
- Banco Comercial Português	1.648.246	1.589.081
- Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	1.000.000	-
- Outros	-	189
Total	10.870.261	5.711.020

(Unidade Monetária - Euro)

As condições de financiamento são as seguintes:

Banco	Forma	Valor total aprovado	Montante em dívida	Taxa de Juro
Banco Espírito Santo	- Médio/Longo Prazo	4.500.000	3.150.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Banco Espírito Santo	- Descoberto autorizado	2.500.000	2.328.674	Euribor 3M + Spread de 1,5%
Banco Espírito Santo	- Conta Corrente Caucionada	2.000.000	-	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Caixa Geral de Depósitos	- Médio/Longo Prazo	1.000.000	250.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Caixa Geral de Depósitos	- Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,625%
Fortis Bank	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.993.341	Euribor 3M + Spread de 0,9%
Banco Santander Totta	- Conta Corrente Caucionada	2.000.000	2.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,75%
Millennium BCP	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.648.246	Euribor 3M + Spread de 0,75%
Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	- Conta Corrente Caucionada	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,875%
Total		18.000.000	13.370.261	

12. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma. Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo reportado a 31 de Dezembro de 2007, são como segue nos quadros seguintes:

Evolução das Responsabilidades Líquidas	2007		
	Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial	110.002	793.569	903.571
Benefícios e prémios pagos			
- Contribuições para o fundo	(137.249)	-	(137.249)
- Benefícios pagos	(109.892)	-	(109.892)
Custo serviços correntes	-	30.610	30.610
Cortes/liquidações	-	-	-
Custo dos juros	42.049	38.491	80.540
Retorno real dos activos	(5.302)	-	(5.302)
Ganhos e perdas actuariais	200.677	(42.350)	158.327
Total	100.286	820.320	920.606

(Unidade Monetária - Euro)

Contribuições para o fundo	2007	2006
Saldo Inicial	831.298	605.252
Contribuições para o fundo	137.249	258.885
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(93.581)	(64.942)
Rendimento dos activos do fundo	5.302	32.103
Total	880.268	831.298

(Unidade Monetária - Euro)

Diferencial entre responsabilidade e o valor dos activos do fundo	2007	2006
Valor das responsabilidades	1.800.874	1.734.869
Valor do fundo	880.268	831.298
Déficit	920.606	903.571

(Unidade Monetária - Euro)

Descriminação dos custos	2007		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	30.610	30.610
Custo dos juros	42.049	38.491	80.540
Perdas actuariais	200.677	(42.350)	158.327
Rendimento dos activos do fundo	(5.302)	-	(5.302)
Total	237.424	26.751	264.175

(Unidade Monetária - Euro)

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2007	2006
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões (< 70 anos; >= 70 anos)	1% - 0%	1% - 0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

Os saldos reportados no balanço são os de 31 de Dezembro de 2007, efectuando-se em 31 de Dezembro de 2008, uma nova avaliação das responsabilidades.

13. Contas a Pagar - Outras

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-Dez-07	31-Dez-06
Impostos	36.132	42.222
Accionistas	31.530	18.676
Empresas do Grupo	-	975.000
Outros credores	324.230	507.422
Acréscimo de Custos	233.668	163.994
Proveitos Diferidos	8.855	63.216
Total	634.415	1.770.530

(Unidade Monetária - Euro)

Na rubrica de outros credores incluí-se os pagamentos por conta de IRC no valor de 35.404 Euros, devido à tributação em IRC pelo Grupo de sociedades, em que a responsabilidade pelos pagamentos por conta e especial por conta é da SCOA, e é registado nesta conta os pagamentos das empresas do grupo à SCOA, por conta daqueles pagamentos.

14. Provisões

O movimento verificado na rubrica de provisões foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-06	Reforço	Utilizações	Saldo em 31-12-07
Provisões	28.532	-	25.841	2.691

(Unidade Monetária - Euro)

A provisão constituídas na SGOA, em 2006, surge para fazer face a passivos e impostos contingentes na sequência da incorporação dos activos e passivos da empresa Orey Viagens e Turismo Lda, que foi liquidada em 28 de Dezembro de 2006,. As utilizações em 2007 dizem respeito a movimentos relacionados com passivos não identificados no momento da incorporação da Orey Viagens e Turismo.

15. Prestações de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Prestações de Serviços	31-Dez-07	31-Dez-06
Serviços de Administração e Gerência	666.237	636.400
Diversos	287.001	89.951
Total	953.238	726.351

(Unidade Monetária - Euro)

16. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-Dez-07	31-Dez-06
Proveitos suplementares	120.318	136.336
Ganhos em Imobilizações	7.500	19.274
Redução de Provisões	-	241.281
Outros	41.049	15.469
Total	168.866	412.360

(Unidade Monetária - Euro)

17. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dez-07	31-Dez-06
Outros Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	208.361	147.276
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	5.973	33.237
Total	214.334	180.513
Outros Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(553.964)	(420.182)
- Serviços Bancários	(70.384)	(135.685)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(2.661)	(102.911)
Total	(627.009)	(658.778)
Outros Resultados Financeiros	(412.675)	(478.265)

(Unidade Monetária - Euro)

18. Gastos (Rendimentos) de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-Dez-07	31-Dez-06
Imposto Corrente	6.075	13.000
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	5.737	(145.437)
Total	11.812	(132.437)

(Unidade Monetária - Euro)

19. Dividendos

Durante o ano de 2007, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. efectuou pagamento de dividendos aos accionistas, no montante de 700.000 Euros, ou seja, 0,07 Euros por acção.

20. Aquisições de Subsidiárias

Conforme nota 2, durante o ano de 2007 foram adquiridas as empresas Lusofrete e Mendes & Fernandes para o sector da navegação e a empresa Fulltrust para o sector Financeiro.

21. Activos e Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2007, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

Garantias prestadas a favor do Estado	460.135 EUR
Garantias prestadas a favor de empresas do Grupo	1.684.675 EUR

22. Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

FSE	31-Dez-07	31-Dez-06
Subcontratos	121.079	-
Electricidade	30.494	26.977
Combustíveis	10.969	13.797
Água	3.044	-
Livros e Documentação Técnica	694	5.778
Material de Escritório	2.715	5.367
Artigos para Oferta	3.520	3.410
Rendas e Alugueres	141.578	117.011
Despesas de Representação	41.515	36.152
Comunicação	51.416	46.160
Seguros	56.877	112.053
Deslocações e Estadias	89.418	65.711
Honorários	54.520	19.734
Contencioso e Notariado	4.039	-
Conservação e Reparação	53.462	21.943
Limpeza e Higiene	13.140	9.220
Vigilância e Segurança	23.107	23.632
Trabalhos Especializados	1.063.555	994.213
Outros	102.975	43.870
Total	1.868.116	1.545.028

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica de trabalhos especializados, refere-se principalmente, a débitos efectuados pelas empresas do grupo à Sociedade, por serviços prestados, nomeadamente, Serviços de Informática no valor de 437.573 Euros, Centro de Serviços Partilhados no valor de 117.537 Euros e Processamento de Vencimentos no valor de 20.161 Euros.

23. Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Pessoal	31-Dez-07	31-Dez-06
Remunerações dos Órgãos Sociais	491.141	568.799
Remunerações do Pessoal	155.001	190.432
Prémios para Pensões	156.127	117.725
Encargos s/Remuneração	79.270	106.122
Seguros Ac. Trabalho	20.927	28.042
Outros	41.952	5.426
Total	944.419	1.016.546

(Unidade Monetária - Euro)

24. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007, os saldos e transacções com empresas grupo são como se segue:

Saldos com empresas do grupo	Contas a Receber - Clientes	Contas a Receber - Outras (Nota 7)	Contas a Pagar - Fornecedores
Azimute	42.529	-	-
Orey Tecnica Naval e Industrial	21.194	-	46
Orey Serviços e Organização Lda	40.583	828.605	600.132
Sofema	4.084	-	-
Orey Comercio e Navegação	58.147	-	-
ATN	15.779	-	-
Casa Maritima	1.035	-	-
Storkship	14.355	-	-
Orey Cayman	2.021	-	-
Orey Financial SGPS SA	63.605	-	7.889
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	4.497	1.598.625	566
OA Technical Representations	9.127	527.079	-
Agemasa	60.825	650.000	275
Orey Shipping SL	905	1.479.558	-
Orey Valores	114	-	-
Orey Gestão de Activos	755	-	947
Orey Management Cayman	396	-	-
Orey Gestão Imobiliária	1.218	2.230.706	-
Lalizas	1.941	-	186
OA International BV	-	2.217.899	-
Outras	-	917	-
Total	343.109	9.533.390	610.041

Transacções com empresas do grupo	Proveitos	Custos
Azimute	30.000	-
Orey Tecnica Naval e Industrial	120.237	38
Orey Serviços e Organização Lda	38.792	789.187
Sofema	39.000	-
Orey Comercio e Navegação	368.966	-
ATN	32.442	-
Casa Maritima	153.429	-
Storkship	10.801	160
Orey Cayman	5.073	-
Orey (Angola) Comércio e Serviços	3.277	-
Orey Financial SGPS SA	48.700	3.825
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	3.200	562
OA Technical Representations	2.550	-
Agemasa	91.680	953
Total	948.148	794.724

25. Eventos subsequentes

Em 27 de Fevereiro de 2008 a participada Orey Shipping, S.L. procedeu à alienação de 50% do capital a Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. à Marítima del Maditerráneo, S.A. pelo valor de 4,5 milhões de Euros.

A transacção gera uma mais valia de 660 mil Euros nas contas consolidadas da SCOA em 2008. Com esta alienação a Agemasa passa a ser consolidada na SCOA pelo método de integração proporcional.

Em 7 de Março de 2008 a participada Orey Financial – SGPS, S.A. recebeu uma comunicação do Banco de Portugal na qual se autorizava a fusão por incorporação da Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A. na Orey Financial – SGPS, S.A. e a transformação desta sociedade em Instituição Financeira de Crédito com a

consequente alteração da denominação para "Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A.".

Em 11 de Março de 2008 foi comunicado que a participada OA Technical, S.A. celebrou um acordo de princípio para a aquisição de 100% do capital da empresa Contrafogo – Equipamentos de Segurança, Lda.

A Contrafogo desenvolve a sua actividade no sector da comercialização de equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de prevenção e combate a incêndios. Complementarmente a Contrafogo elabora estudos e projectos na área da segurança.

A Contrafogo registou em 2007 um volume de vendas de aproximadamente 2 milhões de Euros a que correspondeu um EBITDA de 0,3 milhões de Euros. Caso se venha a concluir a transacção, o valor base para o investimento é de 700 mil Euros.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, da **SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 73.138.439 Euros e um total de capital próprio de 57.130.040 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.826.692 Euros), a Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

- 7.** Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 04 de Abril de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2007 a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório Anual da Ernst & Young sobre a fiscalização efectuada e que, nos termos da lei, é parte integrante do presente relatório.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 04 de Abril de 2008

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

ACTIVO	Notas	31-Dez-07	31-Dez-06
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Activos Fixos Tangíveis	5	11.164.677	9.106.835
Propriedades de Investimento	6	4.561.695	3.960.119
Goodwill	7	16.574.531	15.436.889
Outros Activos Intangíveis	8	892.274	1.062.970
Investimentos Financeiros em Associadas		13.532	13.532
Outros Activos Financeiros	9	103.152	47.790
Activos por Impostos Diferidos	10	925.219	659.088
Total dos Activos Não Correntes		34.235.079	30.287.223
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	11	882.185	1.499.651
Contas a Receber- Clientes	12	23.069.357	21.080.866
Contas a Receber- Outras	13	5.696.038	3.827.814
Caixa e Equivalentes de Caixa	14	11.095.754	10.340.823
Total dos Activos Correntes		40.743.335	36.749.154
Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		74.978.414	67.036.377
Activo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação	15	176.462	0
TOTAL DO ACTIVO		75.154.876	67.036.377

(Unidade Monetária - Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31-Dez-07	31-Dez-06
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	16	10.000.000	10.000.000
Acções Próprias		-542.145	-407.554
Prémios de Emissão	16	4.830.550	4.830.550
Reservas	17	5.214.026	3.952.174
Resultados Transitados		256.010	63.117
Resultado Líquido do Período		1.450.151	1.362.885
Capital Próprio Atribuível ao Grupo		21.208.591	19.801.172
Interesses Minoritários		-27.591	-27.050
Total do Capital Próprio		21.181.000	19.774.122
PASSIVO			
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	24	474.546	449.200
Empréstimos e Descobertos Bancários	18	10.399.648	7.970.625
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	19	820.320	793.569
Contas a Pagar- Outras	21	61.336	61.336
Passivos por Impostos Diferidos	9	790.209	1.089.513
Passivos por Locação Financeira	20	485.777	470.725
Total dos Passivos Não Correntes		13.031.836	10.834.968
PASSIVOS CORRENTES			
Contas a Pagar- Fornecedores		10.801.311	12.215.908
Empréstimos e Descobertos Bancários	18	11.474.181	8.497.068
Contas a Pagar- Outras	22	17.934.803	15.550.401
Passivo por Impostos Correntes	23	0	0
Passivos por Locação Financeira	20	85.597	53.908
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	19	100.286	110.002
Total dos Passivos Correntes		40.396.178	36.427.286
Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade		53.428.014	47.262.254
Passivo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação	15	545.862	0
Total do Passivo		53.973.876	47.262.254
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		75.154.876	67.036.376

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	Notas	31-Dez-07	31-Dez-06
Proveitos Operacionais			
Vendas		7.002.701	4.922.776
Prestações de Serviços		64.215.991	58.879.399
Outros Proveitos Operacionais	23	2.012.079	3.527.400
Total dos Proveitos Operacionais		73.230.772	67.329.575
Custos Operacionais			
Custo das Vendas		-4.989.147	-3.472.105
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	26	-50.947.935	-47.184.451
Custos com o Pessoal		-11.134.239	-10.832.867
Provisões	24	-192.366	-64.711
Ajustamentos	24	-471.241	-347.875
Outros Custos Operacionais		-1.093.081	-1.245.120
Total dos Custos Operacionais		-68.828.009	-63.147.129
EBITDA		4.402.763	4.182.445
Amortizações		-1.632.807	-1.493.747
EBIT		2.769.956	2.688.698
Resultados Financeiros	27	-1.223.915	-1.052.248
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas		0	-56.078
Ganhos/Perdas em Propriedades de Investimento	6	110.768	104.741
Resultado Antes de Impostos		1.656.808	1.685.113
Gastos (Rendimentos) de Impostos	28	77.586	-96.543
Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade		1.734.394	1.588.570
Resultado das Unidades Operacionais em Descontinuação	15	-284.785	-238.332
Resultado Consolidado		1.449.610	1.350.238
Atribuível a:			
Accionistas da Empresa Mãe		1.450.151	1.362.885
Interesses Minoritários		-541	-12.647
Resultado Líquido do Período por Ação			
Básico	32	0,148	0,182
Diluído	32	0,107	0,145

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Notas	Reservas não distribuíveis						Reservas distribuíveis			Total	Interesses minoritários	Total
		Capital emitido	Ações próprias valor nominal	Ações próprias descontos e prêmios	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido			
Saldo em 1 de Janeiro de 2007		10.000.000	(140.000)	(267.554)	4.830.550	1.106.909	2.840.298	4.967	63.117	1.362.885	19.801.172	(27.050)	19.774.122
Transferência do resultado de 2006									1.362.885	(1.362.885)	-		-
Resultado líquido do semestre										1.450.151	1.450.151	(541)	1.449.610
Dividendos de 2006									(700.000)		(700.000)		(700.000)
Gratificações de 2006									(84.175)		(84.175)		(84.175)
Reavaliações 2007							145.061		(51.761)		93.300		93.300
Impostos diferidos							271.892				271.892		271.892
Constituição de reserva legal						66.951		349.790	(66.951)		349.790		349.790
Ajuste cambial									(8.656)		(8.656)		(8.656)
Aquisição de ações próprias			(159.887)	(289.657)		449.543			(449.543)		(449.544)		(449.544)
Venda de ações próprias			108.191	206.762					153.868		468.821		468.821
Outras alterações							(21.385)		37.226		15.841		15.841
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		10.000.000	(191.696)	(350.449)	4.830.550	1.623.403	3.235.866	354.757	256.010	1.450.151	21.208.592	(27.591)	21.181.000

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa (Método Directo)	Notas	31-12-2007	31-12-2006
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		74.998.569	63.391.244
Pagamentos a Fornecedores		-58.816.546	-49.902.384
Pagamentos ao Pessoal		-8.676.415	-7.974.028
Fluxos Gerado pelas Operações		7.505.608	5.514.831
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-137.029	-464.578
Outros Recebimentos/Pagamentos operacionais		-4.230.819	-8.978.258
Fluxos Gerados antes das Rubricas Extraordinárias		3.137.760	-3.928.005
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias		0	0
Fluxos das Actividades Operacionais (1)		3.137.760	-3.928.005
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Alienação de subsidiárias		0	850.000
Activos Financeiros		0	0
Activos Fixos Tangíveis		1.000.689	243.920
Juros e Proveitos Similares		232.941	158.937
Dividendos		0	0
		1.233.630	1.252.857
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Aquisição de Subsidiárias		-1.443.370	-3.652.372
Outros Activos Financeiros		0	0
Activos Fixos Tangíveis		-4.988.897	-1.643.150
Activos Intangíveis		0	0
		-6.432.267	-5.295.522
Fluxos das Actividades de Investimentos (2)		-5.198.637	-4.042.665
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos		9.876.898	12.583.370
Aumentos de Capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0	10.000.000
Venda de Acções Próprias		0	0
		9.876.898	22.583.370
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos		-4.370.763	-16.055.380
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		-337.490	-74.839
Juros e Custos Similares		-1.004.443	-1.096.916
Dividendos		-687.146	-61
Compra de Acções Próprias		-449.543	0
		-6.849.385	-17.227.196
Fluxos de Actividades de Financiamento (3)		3.027.513	5.356.174
Varição de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		966.637	-2.614.496
Efeito das Diferenças de Câmbio		-211.706	-21.598
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	14	10.340.823	12.976.917
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	14	11.095.754	10.340.823

(Unidade monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)

Nota Introdutória

A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. ("Sociedade" ou "SCOA") foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.

Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola e no Brasil em três actividades diferentes:

- ✓ Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
- ✓ Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo e Águas e saneamento);
- ✓ Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).

1. Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS). Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por "IAS/IFRS".

Adicionalmente, encontram-se emitidas, mas de aplicação obrigatória apenas em exercícios seguintes, as seguintes normas ainda não adoptadas pelo Grupo:

Norma	Aplicação
IFRS 8 - Segmentos operacionais	Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009
IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (revista)	Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009
IAS 23 - Custos de Empréstimos Obtidos (revista)	Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009
IFRIC 11 - Transacções com acções próprias	Exercícios iniciados em ou após 1 de Março de 2007
IFRIC 12 - Contratos de concessão	Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008
IFRIC 13 – Customer Loyalty Programmes	Exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2008
IFRIC 14 - Benefícios definidos	Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2008

A Administração entende que, a aplicação futura destas normas e interpretações, não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Bases da Consolidação

a) Empresas do Grupo

As subsidiárias ou filiais são as empresas controladas, directa ou indirectamente pela SCOA. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras. As subsidiárias são consolidadas desde a data em que o Grupo passou a deter o seu controlo.

Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, conforme estabelecido no IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”. Qualquer excesso (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva (goodwill) e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício. Para a mensuração do custo com a concentração de actividades empresariais são também levados em linha de conta quaisquer ajustamentos decorrentes de acordos (ou opções de compra) que possam estar dependentes de futuros acontecimentos, desde que sejam prováveis e desde que possam ser mensurados com fiabilidade.

Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas usando o método da compra. Na data de aquisição os activos e passivos são mensurados ao justo valor. Os interesses minoritários são registados tendo em conta o valor contabilístico dos capitais próprios.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda de relato na data em que ocorrem. Os activos e passivos financeiros são transpostos para a moeda de relato ao câmbio da data do balanço.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

b) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente (caso único aplicável à Bilbao Atlantic Fruit T. (AIE) – detida em 50%) foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo foi partilhado. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

c) Associadas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tenha influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Presumiu-se a existência de influência significativa quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, 20 % ou mais do poder de voto da investida.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição; as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários; as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos; as alterações nos interesses proporcionais do Grupo nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo.

d) Partes relacionadas

Para os efeitos das presentes demonstrações financeiras consolidadas, uma parte é considerada como sendo relacionada com o Grupo se: (i) a parte for membro do pessoal chave de gerência das entidades; (ii) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido no ponto (i) anterior; (iii) a parte for uma entidade controlada, controlada conjuntamente ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, directa ou indirectamente, qualquer indivíduo referido nos pontos (i) e (ii) anteriores; ou (iv) a parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.

Relato por segmentos

A informação segmental é apresentada tendo em conta que cada segmento de negócio é um componente distinto do Grupo, que fornece produtos ou serviços distintos sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um componente distinto do grupo que fornece produtos ou serviços sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos geográficos.

Assim, foram identificados quatro segmentos de negócio: (i) Navegação; (ii) Representações técnicas; (iii) Área Financeira; e (iv) Outras operações.

Na nota 3 encontram-se identificadas as empresas incluídas na consolidação pelo método integral e proporcional e foram associadas aos segmentos acima identificados.

O relato por segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 4, nos quais se complementa a informação requerida na IAS 14, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.

Unidades Operacionais em Descontinuação

Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se à empresa subsidiária Leme – Agência de Navegação, Lda. Em 2 de Outubro de 2007 a SCOA celebrou um acordo para a venda da totalidade da sua participação na Leme – Agência de Navegação, Lda.

A venda que este acordo previa acabou por não se consumir ao não terem ficado reunidas todas as condições previstas no mesmo tendo sido procedido ao fecho da actividade da Leme – Agência de Navegação, Lda já em Janeiro de 2008 e reconhecidos os respectivos custos.

Rédito e Especialização de Exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Contas a Receber – Outras" e "Contas a Pagar – Outras".

Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, com excepção dos activos incluídos nas rubricas "Propriedades de Investimento", "Terrenos" e "Edifícios e Outras Construções", que se encontram reavaliados por forma a reflectir o seu justo valor.

Utilização de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas que afectam as quantias registadas dos activos e passivos, assim como dos proveitos e custos reportados. Todas as estimativas foram efectuadas com base no melhor conhecimento existente dos eventos e transacções em curso.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício, incluem:

- Testes de imparidade ao goodwill e a outros activos intangíveis;
- Vidas úteis do activo tangível;
- Estimativas de proveitos e de custos associadas a processos de navegação e trânsitos em curso.

Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

Activos, passivos e resultados expressos em moeda estrangeira

A transposição para a moeda de relato, Euro, das demonstrações financeiras em moeda estrangeira, foi feita do seguinte modo:

- Activos e passivos financeiros à taxa de câmbio da data do balanço;
- Proveitos e custos à taxa de câmbio da data das operações;
- As outras rubricas do balanço à taxa de câmbio histórica; e
- As diferenças de câmbio que surjam com esta transposição são registadas directamente no Capital Próprio.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo modelo do custo, com excepção dos terrenos e edifícios, os quais são registados pelo modelo da revalorização. Os activos registados pelo modelo do custo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	<u>Anos de Vida Útil</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 4
Equipamento administrativo	4 - 8

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados pelo modelo do justo valor.

Goodwill

O goodwill registado nas contas consolidadas em resultado das aquisições de subsidiárias, representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na data da respectiva aquisição. O goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como um gasto na demonstração dos resultados.

Outros Activos Intangíveis

Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para o Grupo; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Impostos sobre o rendimento

A SCOA e a generalidade das suas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 6% pela Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação da Sociedade em sede de IRC e da maioria das suas subsidiárias portuguesas é efectuada conjuntamente, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais), bem como os derivados de eventuais prejuízos fiscais reportáveis das empresas do Grupo em que existam fundamentadas expectativas de que os mesmos venham a ser recuperados, face ao plano de negócios existente.

Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.

Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

Responsabilidades por Benefícios de Reforma

A SCOA assumiu o compromisso de conceder, aos seus empregados e aos empregados de algumas empresas subsidiárias, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

Os ganhos e perdas actuariais são registados na Demonstração dos Resultados do período em que ocorrem.

As responsabilidades por complementos de reforma reconhecidas à data do balanço representam o valor presente das obrigações no âmbito do plano de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões.

Imparidade

Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiciem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das "Contas a Receber – Clientes" e "Contas a Receber – Outras", por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

Inventários

Os inventários registados no Balanço Consolidado são valorizados ao custo de aquisição, sempre que este seja inferior ao respectivo valor de realização, utilizando-se o custo médio como método de custeio das saídas. São registados ajustamentos por depreciação de inventários, pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização dos inventários, no caso deste ser inferior ao valor de custo.

Provisões

Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

2. Alterações no perímetro de consolidação

As principais alterações no perímetro de consolidação, no exercício de 2007, respeitaram essencialmente a (nota 28):

— Área Navegação:

Aquisição de 100% dos capitais próprios da Lusofrete – Afretamentos e Navegação, Lda por 682.500 Euros em 6 de Junho de 2007. Esta aquisição teve o seguinte impacto nas contas consolidadas da Sociedade:

- Proveitos:	1.665.780 Euros
- Activos Líquidos:	374.224 Euros
- Capitais Próprios:	159.837 Euros

Aquisição de 100% dos capitais próprios da Mendes e Fernandes – Serviços de Apoio à Navegação, Lda. pelo valor de 82.500 Euros.

Esta aquisição teve o seguinte impacto nas contas consolidadas da sociedade:

- Proveitos:	71.647 Euros
- Activos Líquidos:	45.907 Euros
- Capitais Próprios:	27.462 Euros

— Área Financeira:

Aquisição de 100% dos capitais próprios da Full Trust – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. pelo valor de 575.000 Euros.

Esta aquisição teve o seguinte impacto nas contas consolidadas da sociedade:

- Proveitos:	59.933 Euros
- Activos:	412.671 Euros
- Capitais Próprios:	281.045 Euros

Em 23 de Março de 2007 e em 4 de Julho de 2007 a SCOA realizou aumentos de capital na Orey Financial – S.G.P.S., S.A. no valor total de 2.900.000 Euros.

3. Empresas Incluídas na Consolidação

Empresas do grupo consolidadas pelo método integral:

Em 31 de Dezembro de 2007, as empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido, foram as seguintes:

NOME	SEGMENTO	SEDE	Capital Social	Moeda	Proporção Detida
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	Holding	Lisboa	10.000.000,00	EUR	-----
Orey Serviços e Organização, Lda.	Outros	Lisboa	25.000,00	EUR	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária Lda	Outros	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
OA Agências- Navegação e Trânsitos SA	Navegação	Lisboa	1.200.000,00	EUR	100,00%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000,00	EUR	100,00%
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	Navegação	Lisboa	150.000,00	EUR	100,00%
ATN - Atlantic Transportes e Navegação SA	Navegação	Lisboa	50.000,00	EUR	100,00%
Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda	Navegação	Porto	29.927,87	EUR	100,00%
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Navegação	Porto	5.000,00	EUR	100,00%
OA International BV	Navegação	Amesterdão- Holanda	18.000,00	EUR	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000,00	USD	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000,00	EUR	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	Navegação	Bilbao- Espanha	248.669,76	EUR	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100,00	EUR	100,00%
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística SA	Navegação	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.883,53	Kwanza	99,00%
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Navegação	Luanda-Angola	400.000,00	Kwanza	99,00%
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	Navegação	Maputo-Moçambique	60.000	Meticals	100,00%
Leme- Agência de Navegação Lda	Navegação	Maputo-Moçambique	60.000	Meticals	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	Representações Técnicas	Lisboa	450.000,00	EUR	100,00%
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	350.000,00	EUR	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000,00	EUR	100,00%
Azimate- Aprestos Marítimos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	70.000,00	EUR	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000,00	EUR	100,00%
Orey Financial SGPS SA	Sector Financeiro	Lisboa	3.500.000,00	EUR	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	Sector Financeiro	Lisboa	1.250.000,00	EUR	100,00%
Orey Valor - Sociedade Corretora, SA	Sector Financeiro	Lisboa	2.107.190,00	EUR	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000,00	USD	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amesterdão- Holanda	5.390.000,00	EUR	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.081,00	USD	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000,00	EUR	100,00%
TRF Initiatorren GmbH	Sector Financeiro	Munike-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
TRF Transferrechtfonds 1 Management GmbH	Sector Financeiro	Munike-Alemanha	25.000,00	EUR	70,00%
Full Trust - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	850.000,00	EUR	100,00%
Orey Financial Brasil, S.A.	Sector Financeiro	S. Paulo- Brasil	250.000,00	Real	99,98%

Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional:

A Bilbao Atlantic Fruit T. (AIE), com sede em Bilbao, Espanha, é detida em 50% pela Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA tratando-se de um empreendimento conjunto. Desta forma esta entidade é considerada nas contas consolidadas da Sociedade pelo método proporcional.

4. Relato por segmentos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a repartição por segmentos por actividade era a seguinte:

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em descontinuação	Total
	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07	31-Dez-07
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	58.255.251	8.283.440	4.435.674	244.328	-	71.218.693	1.838.936	73.057.629
Vendas inter-segmentais	3.117.752	312.038	58.939	2.465.867	(5.954.596)	-	-	-
Réditos totais	61.373.003	8.595.478	4.494.613	2.710.195	(5.954.596)	71.218.693	1.838.936	73.057.629
Resultados								
Resultados segmentais	2.681.492	339.962	1.149.045	(114.348)	590.927	4.647.078	(246.390)	4.400.688
Gastos Gerais Administrativos						(1.877.122)	-	(1.877.122)
Resultados operacionais	2.681.492	339.962	1.149.045	(114.348)	590.927	2.769.956	(246.390)	2.523.566
Custos e gastos financeiros	(1.348.097)	(65.436)	(39.178)	(868.895)	305.775	(2.015.830)	(31.225)	(2.047.055)
Proveitos e ganhos financeiros	718.232	25.920	16.701	632.567	(490.738)	902.682	3.769	906.452
Resultado Antes de Impostos						1.656.809	(273.845)	1.382.963
Impostos s/os lucros						77.586	(10.940)	66.646
Resultados Líquido Consolidado						1.734.395	(284.785)	1.449.609
Interesses Minoritários						541	-	541
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						1.734.936	(284.785)	1.450.151
Património e Outras informações								
Activos do segmento	45.030.972	5.193.175	7.879.710	7.379.109	3.117.458	68.600.424	176.462	68.776.885
Investimento em Associadas	932	-	12.600	-	-	13.532	-	13.532
Activos da holding não imputados a segmentos								6.364.458
Activos totais consolidados								75.154.876
Passivos do segmento	34.050.154	2.626.366	3.201.007	5.221.761	(7.812.725)	37.286.564	545.862	37.832.426
Passivos da holding não imputados a segmentos								16.141.450
Passivos totais consolidados								53.973.876
Dispêndios em Capital Fixo	840.094	114.842	99.438	4.662.968				
Depreciação de Activos Fixos	1.012.506	116.540	167.508	405.006				

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em descontinuação	Total
	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06	31-Dez-06
Vendas e Prestação de Serviços								
Vendas externas	54.758.816	6.141.976	2.799.780	101.602		63.802.174	-	63.802.174
Vendas inter-segmentais	6.415.542	470.827	-	2.329.627	(9.215.996)	-	-	-
Réditos totais	61.174.358	6.612.803	2.799.780	2.431.229	(9.215.996)	63.802.174	-	63.802.174
Resultados								
Resultados segmentais	3.283.504	504.739	35.119	(106.875)	545.221	4.261.708	(232.115)	4.029.593
Gastos Gerais Administrativos						(1.573.010)	-	(1.573.010)
Resultados operacionais	3.283.504	504.739	35.119	(106.875)	545.221	2.688.698	(232.115)	2.456.583
Custos e gastos financeiros	(1.329.238)	(33.934)	(43.242)	(592.238)	66.760	(1.931.892)	(6.281)	(1.938.173)
Proveitos e ganhos financeiros	778.781	21.396	13.665	502.827	(388.362)	928.307	63	928.370
Resultado Antes de Impostos						1.685.113	(238.333)	1.446.780
Impostos s/os lucros						(96.543)	-	(96.543)
Resultados Líquido Consolidado						1.588.570	(238.333)	1.350.238
Interesses Minoritários						12.647	-	12.647
Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe						1.601.217	(238.333)	1.362.885
Património e Outras informações								
Activos do segmento	35.156.286	5.512.596	4.170.272	5.196.119	5.295.147	55.330.420	-	55.330.420
Investimento em Associadas	932	-	12.600	-		13.532	-	13.532
Activos da holding não imputados a segmentos								11.692.424
Activos totais consolidados								67.036.377
Passivos do segmento	28.666.323	3.867.890	3.162.252	2.002.564	(4.825.044)	32.873.985	-	32.873.985
Passivos da holding não imputados a segmentos								14.388.270
Passivos totais consolidados								47.262.255
Dispêndios em Capital Fixo	942.824	131.446	113.297	1.530.540				
Depreciação de Activos Fixos	869.069	97.127	107.694	425.291				

(Unidade Monetária - Euro)

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços por mercados geográficos	31-Dez-07	31-Dez-06
Portugal	50.766.563	44.785.110
Brasil	1.028.238	657.946
Espanha	11.968.627	16.064.716
Angola	13.379.978	10.030.181
Moçambique	29.883	1.480.218
Ajustamentos	-5.954.596	-9.215.996
Total das Operações em Continuidade	71.218.693	63.802.175
Operações em Descontinuação	1.838.936	-
Total	73.057.629	63.802.175

(Unidade Monetária - Euro)

As transacções inter-segmentos são feitas a preços de mercado.

5. Activos Fixos Tangíveis

Durante o ano de 2007, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2007
Terreno e Recursos Naturais	589.096	83.457	823.133	(149.548)	-	-	1.346.138
Edifícios e o construções	5.731.403	65.371	2.823.892	(2.508.501)	3.760	(40.028)	6.075.896
Equipamento Básico	7.861.712	-	1.239.840	-	170	(182.994)	8.918.728
Equipamento Transporte	953.373	-	333.807	(9.517)	86.128	(151.325)	1.212.467
Ferramentas e Utensílios	401.989	-	10.856	-	14.772	(4.905)	422.712
Equipam Administrativo	2.612.424	-	404.260	(10.135)	135.436	(403.731)	2.738.253
O Imob Corpóreas	1.038.934	-	1.944	-	3.954	(198.060)	846.772
Imobiliz em Curso	100.077	-	126.690	(109.533)	-	-	117.234
	19.289.008	148.828	5.764.421	(2.787.234)	244.220	(981.042)	21.678.201

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2007
Terreno e Recursos Naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e o construções	1.434.992	-	156.493	(688.947)	1.598	(1.933)	902.203
Equipamento Básico	4.974.389	-	839.313	-	170	(174.639)	5.639.233
Equipamento Transporte	720.797	-	231.091	(3.682)	59.824	(165.230)	842.799
Ferramentas e Utensílios	220.014	-	18.743	-	10.515	(2.795)	246.477
Equipam Administrativo	1.893.219	-	352.232	(1.423)	91.203	(322.667)	2.012.564
O Imob Corpóreas	938.763	-	34.564	(4.391)	1.034	(109.051)	860.919
	10.182.174		1.632.436	(698.444)	164.344	(776.316)	10.504.195
Valor Líquido	9.106.834	148.828	4.131.985	(2.088.790)	79.876	(204.727)	11.174.007

Conforme referido na nota 1, os terrenos e os edifícios e outras construções encontram-se registados pelo modelo de revalorização. As respectivas quantias revalorizadas, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, correspondentes ao justo valor desses activos, foram determinadas através de avaliações, efectuadas nessas mesmas datas por peritos avaliadores.

As transferências verificadas nas rubricas de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, referem-se, essencialmente, à afectação de parte dos imóveis da sociedade à actividade de arrendamento e consequente transferência para a rubrica de propriedades de investimento.

Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2004 para a aquisição da First Portuguese (hoje Orey Financial). Este financiamento efectuado no Banco Espírito Santo, teve um valor inicial de 6.500.000 de Euros.

Conforme referido na nota 1, foi descontinuada a actividade relativa à Leme – Agência de Navegação, Lda. À data de 31 de Dezembro de 2007 os impactos na rubrica de activos fixos tangíveis foram os seguintes:

Activo Bruto - Operações em descontinuação	Saldo Inicial 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2007
Activo Bruto	-	-	61.840	-	0	-	61.840
Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	-	-	52.510	-	0	-	52.510
Valor Líquido	-	-	9.330	-	-	-	9.330
Operações em Continuidade	9.106.834	148.828	4.122.655	(2.088.790)	79.876	(204.727)	11.164.677

6. Propriedades de Investimento

Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.

I - Quadro Evolução

Saldo Inicial em 31-12-2006	Aquisições	Alienações	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Transferências	Saldo Final em 31- 12-2007
3.960.119	0	-1.369.827	2.300	1.969.103	4.561.695

(Unidade Monetária - Euro)

As transferências, referem-se, essencialmente, à adaptação de parte dos imóveis da Sociedade Comercial Orey Antunes SA à actividade de arrendamento e consequente transferência de Edifícios e Outras Construções.

II – Quantias reconhecidas nos resultados

	31-12-2007	31-12-2006
Rendimentos de rendas	110.768	104.741

(Unidade Monetária - Euro)

7. Goodwill

O goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em empresas do grupo, discrimina-se da seguinte forma:

Goodwill	31-12-2007	31-12-2006
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	5.157.538	5.157.538
Orey Financial SGPS SA	8.009.266	8.009.266
Orey Valores- Sociedade Corretora SA	83.937	83.937
TRF Initiatoren GmbH	2.100	2.100
TRF Transferrechtetfonds 1 Management GmbH	2.100	2.100
Orey Financial Brasil SA	1.983.915	1.983.915
Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes Lda	198.033	198.033
Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda e Mendes & Fernandes, Lda	639.213	-
Full Trust -Soc Gestora de Patrimónios SA	498.428	-
Total	16.574.531	15.436.889

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido na nota 1, o goodwill resultante da concentração de actividades é registado como activo e não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Durante o exercício não ocorreram quaisquer perdas de imparidade.

Os pressupostos das avaliações foram os seguintes:

Pressupostos	Agemasa	Orey Financial SGPS	Orey Valores	Orey Financial Brasil
Goodwill	5.157.538	8.009.266	83.937	1.983.915
Perdas de imparidade reconhecidas no exercício	-	-	-	-
Método utilizado	Cash flows livres descontados	Avaliação patrimonial das participadas	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plans 2008 - 2010	Business Plans 2008 - 2010	Business Plans 2008 - 2010	Business Plans 2008 - 2010
Anos de valor residual	12 anos	Não aplicável	10 anos	10 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows de 2010	1%; 2%; 3%	Não aplicável	1%; 2%; 3%	1%; 2%; 3%
Probabilidades de sucesso do business plan	80%; 10%; 10%	Não aplicável	75%; 15%; 10%	75%; 15%; 10%
Taxa de desconto utilizada	7,7%	Não aplicável	11,2%	20,5%

(Unidade Monetária - Euro)

8. Outros Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2007
Vida útil indefinida							
Direitos Comerciais	835.602	-	-	-	-	-	835.602
Vida útil definida							
Despesas de investigação	67.000	-	-	-	-	(3.099)	63.901
Outros	375.196	-	42.846	(139.781)	89.822	(24.882)	343.202
	1.277.798	-	42.846	(139.781)	89.822	(27.981)	1.242.705

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2006	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2007
Vida útil indefinida							
Direitos Comerciais	-	-	-	-	-	-	-
Vida útil definida							
Despesas de investigação	22.333	-	24.543	-	-	(2)	46.874
Outros	192.495	-	49.896	(1.747)	86.323	(23.409)	303.557
	214.828	-	74.438	(1.747)	86.323	(23.411)	350.431
Valor Líquido	1.062.970	-	(31.592)	(138.033)	3.499	(4.570)	892.274

Os direitos comerciais referem-se à aquisição à Navecor – Navegação e Comércio Reunidos, S.A., das suas actividades de agência de navegação e logística. Esta aquisição foi efectuada em 16 de Março de 2005, tendo estes activos sido registados nas subsidiárias Storkship – Navegação e Logística, S.A. (actividades de logística e linhas regulares: 718.241 Euros) e Orey Comércio e Navegação, S.A. (actividade de agenciamento de navegação: 117.361 Euros).

Estes direitos comerciais constituem activos intangíveis de vida útil indefinida, pelo que são sujeitos a testes de imparidade sempre que haja indícios de que possam existir perdas de imparidade e, pelo menos, no final de cada exercício. Durante o exercício não se verificaram quaisquer perdas de imparidade com estes activos.

Os pressupostos de avaliação da empresa Storkship foram os seguintes:

Pressupostos	Storkship
Direitos comerciais	835.602
Perdas de imparidade reconhecidas no exercício	-
Método utilizado	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plans 2008 - 2010
Anos de valor residual	10 anos
Taxas de crescimento dos cash-flows de 2010	1%; 2%; 3%
Probabilidades de sucesso do business plan	75%; 15%; 10%
Taxa de desconto utilizada	8,2%

(Unidade Monetária - Euro)

9. Outros Activos Financeiros

A SCOA recorreu a um instrumento financeiro derivado de taxa de juro (Cap de taxa de juro) no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento de modo a fixar um valor máximo para o seu custo de financiamento.

Em 31 de Dezembro de 2007 estava em vigor o seguinte contrato de derivados:

Instrumento Derivado	Participada	Contraparte	Nocional	Tipo	Vencimento	Justo valor
Interest Rate Cap	Orey Gestão Imobiliária, Lda	BBVA	3.100.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 4,5%	Junho de 2027	121.535
Total						121.535

Este contrato foi celebrado pela Orey Gestão Imobiliária, Lda no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 20 anos no valor de 3.100.000 Euros relativo à aquisição de dois armazéns no Lezíria Park de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica.

O prémio pago pelo Cap foi registado em custos financeiros no valor de 140.000 Euros. O valor do Cap ao seu justo valor foi registado na Orey Gestão Imobiliária foi registado como activo financeiro por contrapartida de proveitos financeiros.

10. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

Durante o ano de 2007, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2006	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2007
Benefícios de Reforma	248.482	14.950	-	263.432
Prejuízos Fiscais Reportáveis	367.756	326.125	(74.335)	619.546
Aumento de Capital	42.850	-	(21.425)	21.425
Provisões Cobrança Duvidosa	-	18.704	-	18.704
Outros	-	2.112	-	2.112
Total	659.088	361.891	(95.760)	925.219

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2006	Constituição	Reversão	Saldo em 31-12-2007
Reavaliações	664.975	-	(277.909)	387.066
Amortizações Aceleradas	108.514	-	-	108.514
Amortização fiscal do Goodwill	289.581	-	-	289.581
Outros	26.443	-	(21.395)	5.048
Total	1.089.513	-	(299.304)	790.209

(Unidade Monetária - Euro)

Os acréscimos verificados nos activos por impostos diferidos referem-se, essencialmente, a prejuízos fiscais reportados na Orey Financial e na Orey Valores os quais, em virtude da aprovação dos planos de negócio para o triénio 2008 – 2010, a Sociedade tem fundamentadas expectativas de vir a recuperar.

11. Inventários

O detalhe desta rubrica em 2007 e em 2006 era o seguinte:

Inventários	31-Dez-07	31-Dez-06
Valor bruto	894.588	1.499.651
Perdas de imparidade acumuladas (nota 24)	(12.403)	-
Total	882.185	1.499.651

(Unidade Monetária - Euro)

12. Contas a Receber – Clientes

O detalhe desta rubrica em 2007 e em 2006 era o seguinte:

Contas a Receber - Clientes	31-Dez-07	31-Dez-06
Valor Bruto	24.262.667	21.799.316
Perdas de Imparidade Acumuladas (nota 24)	(1.193.310)	(718.450)
Total	23.069.357	21.080.866

(Unidade Monetária - Euro)

13. Contas a Receber - Outras

Em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição (nota 22):

Contas a Receber - Outras	31-Dez-07	31-Dez-06
Estado e Outros Entes Públicos		
- IVA	1.211.171	1.256.547
- IRC (nota 23)	50.626	280.668
Adiantamentos a Fornecedores	92.652	173.095
Outros Devedores	627.558	153.536
Acréscimos de Proveitos	1.271.322	1.260.200
Custos Diferidos	2.442.710	703.767
Total	5.696.038	3.827.814

(Unidade Monetária - Euro)

A rubrica "Acréscimos de Proveitos" refere-se principalmente aos proveitos estimados (por facturar) nos processos de navegação.

14. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31-Dez-07	31-Dez-06
Caixa	329.213	86.397
Depósitos à Ordem	9.841.443	7.931.340
Depósitos a Prazo	496.309	2.157.487
Títulos negociáveis	428.788	90.787
Outras Aplicações de Tesouraria	-	74.812
Total da caixa e equivalentes de caixa	11.095.754	10.340.823

(Unidade Monetária - Euro)

Conforme referido na nota 2, a aquisição da Lusofrete, da Mendes e Fernandes e da Full Trust implicaram um desembolso de 1.340.000 Euros, mas por outro lado com estas aquisições, o saldo de caixa e equivalente de caixa do Grupo foi acrescido do montante de 526.262 Euros, referente ao saldo de caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas.

15. Unidades Operacionais em Descontinuação

Conforme referido na nota 1 os valores relativos a Unidades Operacionais em Descontinuação, referem-se ao negócio da Leme – Agência de Navegação, Lda, com sede em Moçambique, a qual foi liquidada em Janeiro de 2008.

Os activos e passivos referentes a esta unidade operacional discriminam-se da seguinte forma:

Activos	31-Dez-07	31-Dez-06
Activos Fijos Tangíveis	9.330	-
Contas a Receber- Clientes	139.331	-
Contas a Receber- Outras	20.949	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.852	-
Total das unidades em descontinuidade	176.462	-
Passivos	31-Dez-07	31-Dez-06
Contas a Pagar - Fornecedores	342.000	-
Contas a Pagar - Outras	203.861	-
Total das unidades em descontinuidade	545.862	-

(Unidade Monetária - Euro)

Os resultados em operações em descontinuação referentes a esta unidade operacional têm o seguinte detalhe:

Resultado de operações em descontinuação	31-Dez-07	31-Dez-06
Prestações de serviços	1.838.936	-
Subcontratos	(2.085.326)	(232.115)
Resultados financeiros	(27.455)	(6.218)
Impostos sobre lucros	(10.940)	-
Resultado de operações em descontinuação	(284.785)	(238.333)

(Unidade Monetária - Euro)

16. Capital e Prémios de Emissão

Concretização no início de Julho de 2006 de uma operação de reforço de capitais, envolvendo duas operações distintas: (i) uma operação pública de subscrição de 10 milhões de euros através da emissão de 5 milhões de novas acções com valor nominal de 1 euro e um prémio de emissão de 1 euro e (ii) uma emissão de 9,975 milhões de euros de valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, SA.

A emissão dos valores mobiliários obrigatoriamente permutáveis em acções Orey, foi reservada aos accionistas da sociedade, com a emissão de 3.750.000 títulos, ao valor nominal de 2 Euros, com um preço de subscrição de 2,66 Euros, que perfaz o montante total de 9,975 milhões de euros, vencendo-se em 30 de Junho de 2009.

17. Reservas

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Reservas	31-Dez-07	31-Dez-06
Reservas de Reavaliação	3.235.866	2.840.298
Reservas Legais	1.623.403	1.106.909
Reservas Livres	354.757	4.968
Total	5.214.026	3.952.174

(Unidade Monetária - Euro)

18. Empréstimos e Descobertos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empréstimos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-Dez-07	31-Dez-06
- Sociedade Comercial Orey Antunes	2.500.000	3.650.000
- Orey Shipping S.L.	3.986.111	3.986.111
- Agemasa - Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	787.517	159.228
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda	3.126.020	175.286
Total	10.399.648	7.970.625
Passivo Corrente	31-Dez-07	31-Dez-06
- Sociedade Comercial Orey Antunes		
- Empréstimos bancários	4.900.000	1.650.000
- Descobertos bancários	5.970.261	4.061.020
- Orey Shipping S.L.	-	1.594.444
- Orey Serviços e Organização, Lda	-	7.500
- Orey Financial, SGPS, S.A.	320.000	320.000
- Outras Empresas	283.920	864.103
Total	11.474.181	8.497.068

(Unidade Monetária - Euro)

As condições de financiamento são as seguintes:

Empresa	Banco	Forma	Valor total aprovado	Montante em dívida	Taxa de Juro
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Espírito Santo	- Médio/Longo Prazo	4.500.000	3.150.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Espírito Santo	- Descoberto autorizado	2.500.000	2.328.674	Euribor 3M + Spread de 1,5%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Espírito Santo	- Conta Corrente Caucionada	2.000.000	-	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	- Médio/Longo Prazo	1.000.000	250.000	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	- Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,625%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Fortis Bank	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.993.341	Euribor 3M + Spread de 0,9%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Santander Totta	- Conta Corrente Caucionada	2.000.000	2.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,75%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Millennium BCP	- Descoberto autorizado	2.000.000	1.648.246	Euribor 3M + Spread de 0,75%
Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.	Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	- Conta Corrente Caucionada	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread de 0,875%
Orey Shipping SL	Caixa Nova	- Médio/Longo Prazo	7.175.000	3.986.111	Euribor 3M + Spread de 1,0%
Total	Total		25.175.000	17.356.372	

(Unidade Monetária - Euro)

19. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

Conforme referido na nota 1, a sociedade tem um plano de benefícios definidos de reforma, atribuível aos trabalhadores admitidos até 1980, que cobre a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.

Este plano é de benefícios definidos, com fundo constituído e gerido por uma entidade terceira. Os ganhos e perdas actuariais são reconhecidos em resultado no exercício em que são, respectivamente, obtidos ou incorridos.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por "Projected Unit Credit" e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites, os quais, para o estudo reportado a 31 de Dezembro de 2007, são como segue nos quadros seguintes:

Evolução das Responsabilidades Líquidas	2007		
	Reformados	Activos	Total
Saldo Inicial	110.002	793.569	903.571
Benefícios e prémios pagos			
- Contribuições para o fundo	(137.249)	-	(137.249)
- Benefícios pagos	(109.892)	-	(109.892)
Custo serviços correntes	-	30.610	30.610
Cortes/liquidações	-	-	-
Custo dos juros	42.049	38.491	80.540
Retorno real dos activos	(5.302)	-	(5.302)
Ganhos e perdas actuariais	200.677	(42.350)	158.327
Total	100.286	820.320	920.606

Evolução valor do fundo de pensões	2007	2006
Saldo Inicial	831.298	605.252
Contribuições para o fundo	137.249	258.885
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	(93.581)	(64.942)
Rendimento dos activos do fundo	5.302	32.103
Total	880.268	831.298

Diferencial entre responsabilidade e o valor dos activos do fundo	2007	2006
Valor das responsabilidades	1.800.874	1.734.869
Valor do fundo	880.268	831.298
Déficit	920.606	903.571

Descriminação dos custos	2007		
	Reformados	Activos	Total
Custo serviços correntes	-	30.610	30.610
Custo dos juros	42.049	38.491	80.540
Perdas actuariais	200.677	(42.350)	158.327
Rendimento dos activos do fundo	(5.302)	-	(5.302)
Total	237.424	26.751	264.175

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2007	2006
Pressupostos financeiros		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	5,0%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	1,0%	0,0%
Pressupostos demográficos		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	SR	SR

20. Passivo por Locação Financeira

O detalhe desta rubrica é o seguinte:

Passivos por locação financeira	31-Dez-07		31-Dez-06	
	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Corrente	Passivo não corrente
Terrenos e Recursos Naturais	8.676	105.932	7.693	113.823
Edifícios e Outras Construções	26.029	317.794	23.078	341.469
Equipamento de Transporte	50.892	62.051	23.137	15.433
Total	85.597	485.777	53.908	470.725

21. Contas a Pagar – Outras (Passivos não correntes)

O valor inscrito nesta rubrica reflecte o justo valor da opção de compra detida por uma entidade terceira sobre 16,32% das 41 736 acções da subsidiária Agemasa, ao preço de exercício de um euro por acção, com possibilidade de exercício da call nos anos de 2008 a 2010, caso o EBITDA da Agemasa seja igual ou superior a 2.430.000 euros em 2007, 2008 ou 2009.

22. Contas a Pagar - Outras (Passivos Correntes)

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-Dez-07	31-Dez-06
Adiantamentos de Clientes	2.759.724	3.033.795
Impostos	910.038	871.299
Accionistas	28.795	18.910
Outros Credores	5.062.929	8.983.494
Acréscimos de Custos	8.954.901	2.222.433
Proveitos diferidos	218.416	420.470
Total	17.934.803	15.550.401

A rubrica "Outros Credores" diz respeito principalmente aos fluxos financeiros nos processos de navegação. Na rubrica "Acréscimos de Custos" registam-se os custos estimados com esses processos.

23. Activos / Passivos por Impostos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Activos e passivos por impostos correntes	31-Dez-07	31-Dez-06
IRC estimado	(141.718)	(110.589)
Retenções na fonte por terceiros	52.978	63.514
Pagamento especial por conta	103.929	75.498
Pagamento por conta	25.568	249.155
Imposto a pagar	(14.239)	(14.239)
Imposto a recuperar	24.108	17.329
Total	50.626	280.668

(Unidade Monetária - Euro)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais relativas ao imposto sobre o rendimento estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de

2003 a 2007 ainda poderão estar sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da SCOA entende que eventuais correcções a efectuar pelas autoridades fiscais a essas declarações não terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 (nota 13).

24. Ajustamentos e Provisões

Durante 2007, o movimento efectuado na rubrica dos ajustamentos e provisões foi o seguinte:

Ajustamentos e Provisões	Saldo em 31/12/06	Reforço	Utilizações / Reversões	Saldo em 31/12/07
Ajustamentos				
- Devedores Cobrança Duvidosa	718.450	547.831	(54.215)	1.212.066
- Depreciação de Existências	-	12.403	-	12.403
Provisões	449.200	355.199	(329.854)	474.546
Total	1.167.650	915.432	(384.068)	1.699.015

(Unidade Monetária - Euro)

25. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-Dez-07	31-Dez-06
Proveitos Suplementares	288.457	293.075
Reversão de Amortizações e Ajustamentos	25.523	180.266
Ganhos em Imobilizações	684.235	186.325
Redução de Provisões	212.243	17.259
Benefícios de Penalidades Contratuais	104.772	1.465.462
Outros	696.850	1.385.013
Total	2.012.079	3.527.400

(Unidade Monetária - Euro)

Em Janeiro de 2007, a participada Imobiliária Ormer S.L., vendeu o seu edifício que estava registado em propriedade de investimento por 1.950.000 Eur + Iva, o que se traduziu numa mais valia de 580.173 Eur registada em ganhos em imobilizações.

A rubrica de Outros inclui as alterações nas estimativas dos processos de navegação, na subsidiária Orey Angola Ltd.

26. Fornecimentos e serviços terceiros

A rubrica de fornecimentos e serviços terceiros é decomposta da seguinte forma:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-07	31-Dez-06
Subcontratos	43.903.128	40.726.593
Electricidade	103.532	85.888
Combustíveis	175.151	168.380
Água	18.920	36.068
Ferramentas	58.874	27.364
Material de escritório	71.811	100.654
Artigos para oferta	12.551	10.161
Rendas e alugueres	1.921.535	1.534.450
Despesas de representação	167.263	136.615
Comunicação	461.793	690.051
Seguros	329.122	378.721
Transporte de mercadorias	54.692	71.327
Transporte de pessoal	14.164	12.484
Deslocações e estadas	526.986	537.835
Comissões	3.250	13.760
Honorários	354.053	265.168
Contencioso e notariado	39.143	29.686
Conservação e reparação	569.411	557.258
Publicidade e propaganda	326.132	152.706
Limpeza, higiene	80.253	77.039
Vigilância	59.717	90.697
Trabalhos especializados	1.305.892	978.816
Outros	390.562	502.730
Total	50.947.935	47.184.451

27. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-Dez-07	31-Dez-06
Rendimentos e Ganhos Financeiros		
- Juros Obtidos	354.475	163.127
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	422.894	653.191
- Outros	14.546	7.247
Total	791.915	823.566
Gastos e Perdas Financeiros		
- Juros Suportados	(1.113.218)	(786.872)
- Serviços Bancários	(181.232)	(226.058)
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	(715.326)	(859.242)
- Outros	(6.054)	(3.641)
Total	(2.015.830)	(1.875.814)
Resultados Financeiros	(1.223.915)	(1.052.248)

(Unidade Monetária - Euro)

28. Gastos (Rendimentos) de Impostos

O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-Dez-07	31-Dez-06
Imposto Corrente	197.749	218.424
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	(275.335)	(121.881)
Total	(77.586)	96.543

(Unidade Monetária - Euro)

29. Dividendos

Durante o ano de 2007, a Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. declarou um valor de dividendo aos accionistas no valor de 700.000 Euros relativos ao exercício de 2006.

30. Aquisições de Subsidiárias

Conforme nota 2, foram adquiridas as empresas Lusofrete – Afretamentos e Navegação, Lda e a Mendes e Fernandes – Serviços de Apoio à Navegação, Lda para o sector da navegação. Foi também adquirida a Full Trust – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. para o sector Financeiro.

31. Activos e passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2007, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

✓ Garantias prestadas a favor de outras empresas	EUR	737.913,00
✓ Garantias prestadas a favor do Estado	EUR	486.135,00

32. Resultados por acção

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, os resultados por acção têm a seguinte composição:

Resultados por acção	31-Dez-07	31-Dez-06
Resultado por acção básico	0,148	0,182
Resultado por acção diluído	0,107	0,145

O resultado por acção básico é calculado tendo em conta o resultado líquido atribuível à casa-mãe e o número médio de acções em circulação, o que corresponde a 31 de Dezembro de 2007 a 9.808.304 acções, tendo em conta a existência de 191.696 acções próprias.

O resultado por acção diluído é consistente com o resultado por acção básico, tendo em conta as acções ordinárias potenciais, que no caso desta sociedade são os VMOP (3.750.000), o que corresponde a 13.558.304 acções em circulação em 31 de Dezembro de 2007.

33. Eventos Subsequentes

Em 27 de Fevereiro de 2008 a participada Orey Shipping, S.L. procedeu à alienação de 50% do capital a Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. à Marítima del Mediterráneo, S.A. pelo valor de 4,5 milhões de Euros. A transacção gera uma mais valia de 660 mil Euros nas contas consolidadas da SCOA em 2008. Com esta alienação a Agemasa passa a ser consolidada na SCOA pelo método de integração proporcional.

Em 7 de Março de 2008 a participada Orey Financial – SGPS, S.A. recebeu uma comunicação do Banco de Portugal na qual se autorizava a fusão por incorporação da Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A. na Orey Financial – SGPS, S.A. e a transformação desta sociedade em Instituição Financeira de Crédito com a consequente alteração da denominação para “Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A.”.

Em 11 de Março de 2008 foi comunicado que a participada OA Technical, S.A. celebrou um acordo de princípio para a aquisição de 100% do capital da empresa Contrafogo – Equipamentos de Segurança, Lda. A Contrafogo desenvolve a sua actividade no sector da comercialização de equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de prevenção e combate a incêndios. Complementarmente a Contrafogo elabora estudos e projectos na área da segurança. A Contrafogo registou em 2007 um volume de vendas de aproximadamente 2 milhões de Euros a que correspondeu um EBITDA de 0,3 milhões de Euros. Caso se venha a concluir a transacção, o valor base para o investimento é de 700 mil Euros.

34. Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2007 e 2006, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Sociais	31-Dez-07	31-Dez-06
Conselho de Administração	537.088	758.687
Órgão de fiscalização	39.000	107.500
Total	576.088	866.187

(Unidade Monetária - Euro)

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 3 de Abril de 2007 foi deliberada a alteração da forma do órgão de fiscalização da Sociedade. Assim a estrutura deste órgão foi alterada de Fiscal Único, cargo desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para Conselho Fiscal com a nomeação de três membros efectivos

35. Estrutura Accionista

O capital social da Sociedade está representado por 10.000.000 de acções ao portador com o valor nominal de 1 Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2007, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

Participações qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	1.776	0,02%	0,02%
Directamente:			
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	7.097.671	70,98%	72,36%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	252.677	2,53%	2,58%
- Através da Full Trust, Soc. Gestora de Patrimónios, S.A. Carteiras de clientes de gestão discricionária	50.000	0,50%	0,51%
SUB-TOTAL	7.402.124	74,03%	75,47%
Jochen Michalski	269.000	2,69%	2,74%
António de Arriaga Mardel Correia	201.300	2,01%	2,05%
MCFA, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,04%
MRF, SGPS, S.A.	200.000	2,00%	2,04%
SUB-TOTAL	870.300	8,70%	8,87%
TOTAL	8.272.424	82,73%	84,34%

36. Partes Relacionadas

As participadas da SCOA têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única entidade se tratasse.

Relativamente a transacções com entidades relacionadas que sejam pessoas chave da gerência definiu o Conselho de Administração da SCOA que este conjunto de pessoas seria composto pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, pelos membros dos Conselhos de Administração das sub-holdings (OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA, OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA, OA International BV e Orey Financial – SGPS, S.A.) e pelos Gerentes da Orey Serviços e Organização, Lda. e da Orey Gestão Imobiliária, Lda., os quais se passam a enumerar:

- Duarte Maia de Albuquerque d'Orey;
- Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey;
- Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa;
- Henrique Teles Feio;
- João Carlos Alves Mendonça Arrais;
- João Pedro Cortez Almeida G. Ejarque;
- Joaquim Paulo Claro Santos;
- José Carlos Conceição Santos;
- Marcos Francisco F. A. Q. Saldanha;
- Miguel Carvalho Albuquerque d'Orey;
- Rogerio Paulo Caiado Raimundo Celeiro;
- Rui Alberto Chretien Mesquita da Cunha.

As compensações atribuídas aos membros da administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. foram descritas na nota 34.

Partes relacionadas	31-Dez-07	31-Dez-06
Conselho de Administração	537.088	537.088
Membros dos Conselhos de Administração das Subholdings e Gerentes	935.241	582.780
Total	1.472.329	1.119.868

(Unidade Monetária - Euro)

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, da **SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 75.154.876 Euros e um total de capital próprio de 21.181.000 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.450.151 Euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza, a Demonstração Consolidada de Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e nas correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados; e

f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

- 3.** A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

- 4.** O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

- 5.** O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 04 de Abril de 2008

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2007, a actividade da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e do contrato de sociedade e assistimos ao processo de elaboração das contas consolidadas.

O Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 04 de Abril de 2008

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

José Eliseu Chasqueira Mendes

13. EXTRACTO DE ACTA

EXTRACTO DE ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE 21 DE ABRIL DE 2008

Aos vinte e um dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas onze horas, reuniu na sua sede, sita na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, número 17, 6º andar A, em Lisboa, a Assembleia Geral da sociedade comercial anónima com a firma "SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.", Sociedade Aberta, com o número único de matrícula e de Pessoa Colectiva 500 255 342 com o capital social integralmente subscrito e realizado de dez milhões de euros, (...)

(...) A reunião havia sido regularmente convocada pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por anúncios publicados em 20 de Março de 2008, nos sítio da internet www.mj.gov.pt/publicacoes, www.cmvm.pt e ainda www.euronext.com, para deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO DOIS: Apreciação do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas, nos termos do nº 2 do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO TRÊS: Deliberar sobre uma proposta de aplicação de resultados nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO QUATRO: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade nos termos da alínea c) número 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais.

PONTO CINCO: Deliberar sobre uma proposta de revisão do plano estratégico da sociedade.

PONTO SEIS: Deliberar sobre uma proposta de nomeação de dois administradores não executivos.

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, Senhor Dr. Rui Machete, começou por desejar as boas vindas aos accionistas presentes, tendo após verificação de que se encontravam efectuadas as publicações legais, a legalidade da reunião e que se encontravam presentes e representados accionistas detentores de acções correspondentes a 68% (sessenta e oito por cento do capital social) e correspondentes a 69,199% (sessenta e nove vírgula cento e noventa e nove por cento) dos direitos de voto a Assembleia estava em condições de, validamente, deliberar, declarou-a aberta.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi de imediato dado entrada no **primeiro e segundo** pontos da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Conselho de Administração para que o mesmo se pronunciasse sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, individuais e consolidadas. (....)

O Senhor Presidente da Mesa perguntou, seguidamente, se alguém queria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer, submeteu à votação da Assembleia o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício relativos ao ano de dois mil e sete, tendo sido, os referidos documentos, aprovados por unanimidade.

O Senhor Presidente, perguntou se alguém queria usar da palavra relativamente ao relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas e, como ninguém o quisesse fazer submeteu-o à aprovação da Assembleia, tendo sido aqueles documentos aprovados por unanimidade, bem como aprovado foi o resultado consolidado de € 1.450.150,62 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil e sessenta e dois euros).

Entrando no **ponto três** da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha em seu poder uma proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração do seguinte teor:

(.....)

bem como uma proposta alternativa apresentada pelo accionista TRIÂNGULO-MOR do seguinte teor:

“Vimos por este meio fazer a seguinte proposta alternativa à do Conselho de Administração para distribuição dos resultados líquidos individuais de € 1.826.692,08

Para Reserva Legal (5%) € 91.334,60

Para Dividendos € 0,10 por acção

Para Gratificações ao Conselho de Administração, 10% dos resultados líquidos consolidados, correspondentes a € 145.015,10 (cento e quarenta e cinco mil e quinze euros e dez cêntimos). Propõe-se também que as gratificações individuais de cada membro do Conselho de Administração sejam atribuídas de acordo com a deliberação da Comissão de Vencimentos.”

Pedi, então, a palavra o Senhor Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Duarte d'Orey, o qual, no uso da mesma, referiu que, em face da proposta alternativa apresentada pelo accionista maioritário, retirava a proposta do Conselho de Administração.

O Senhor Presidente perguntou, então, se alguém mais queria usar da palavra e, como ninguém o quisesse fazer e em virtude da retirada da proposta do Conselho de Administração, submeteu à aprovação da Assembleia a proposta apresentada pelo accionista TRIÂNGULO MOR tendo a Assembleia aprovado a mesma por unanimidade.

Entrando no **ponto quarto** da ordem de trabalhos e no que respeita à apreciação geral da Administração e Fiscalização, o Senhor Presidente perguntou se alguém queria usar da palavra.

Não havendo qualquer intervenção, foi pelo Senhor Presidente da mesa, proposta a aprovação de um voto de louvor e confiança em todos e cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, pela forma como conduziram os negócios da sociedade e desempenharam o seu papel.

Posta à votação a proposta foi a mesma aprovada por unanimidade.

Já no **ponto quinto** da ordem de trabalhos, pelo Dr. Duarte d'Orey foi feita uma breve caracterização da evolução do Grupo, tendo em seguida sido apresentadas as razões estratégicas e financeiras que determinam a necessidade de uma reorganização estratégica, tendo sido identificados os seguintes objectivos (i) facilitar a compreensão e seguimento pelo Mercado de capitais, (ii) facilitar o reconhecimento do valor de cada negócio, (iii) aproveitar todo o *goodwill* e *know-how* de 120 anos, (iv) atrair e reter pessoas com *know-how* (v) ser sustentável a prazo e (vi) ter potencial de crescimento.

Finalmente, foi apresentada como Proposta a “Criação de um Fundo de *Private Equity* com a integração das áreas de *shipping* (nacional e internacional) e representações técnicas”.

No seguimento da apresentação, foi sugerido pelo Dr. Duarte d’Orey um pequeno intervalo ao que o Senhor Presidente da Mesa anuiu.

Retomados os trabalhos, foi perguntado pelo Senhor Presidente se havia alguma intervenção, tendo sido pedida a palavra pelo Senhor João Albuquerque d’Orey, que leu intervenção que apresentou à mesa por escrito. No âmbito da mesma intervenção, foi proposto que *“se acrescente à proposta que é feita por a Triângulo Mor, o estudo da possibilidade de venda dos sectores, que deixarão de pertencer ao negócio financeiro, realizando assim capitais tão necessários à formação de um Banco”*.

Pelo Senhor Dr. Tristão da Cunha, em representação do accionista Triângulo-Mor, foi afirmado que o objectivo desta proposta não é a criação ou transformação num Banco, reiterando que não é objectivo da proposta em causa, a venda dos referidos sectores.

Não havendo mais intervenções, foi posta à votação pelo Senhor Presidente da Mesa a proposta da Triângulo Mor que foi aprovada apenas com uma abstenção e os restantes votos a favor.

De seguida foi posta à votação a proposta apresentada pelo Senhor Dr. João Albuquerque d’Orey, que foi rejeitada pelos votos contra da Triângulo Mor e OREY INVERSIONES FINANCIERAS, S.L., cinco abstenções por parte dos Senhores António Alfredo Branco Ferreira, João Pedro Flores e António Rugeroni Saldanha, Alexander Sommerville Gibson e Manuel d’Orey Capucho e um voto a favor de João Albuquerque d’Orey.

Por fim, e entrando no **ponto seis**, da ordem de trabalhos, foi dada a possibilidade de intervenção, tendo o Presidente do Conselho de Administração tomado a palavra para, antes de mais agradecer ao Senhor Juan Celestino Lázaro González e Jorge Delclaux Bravo o facto de terem aceite o convite que lhes foi endereçado de integrarem o Conselho de Administração enquanto Administradores não executivos.

Não havendo mais nenhuma intervenção, foi pelo Presidente da Mesa considerado poder ser dispensado o voto secreto, colocando, no entanto, à votação separadamente.

Assim, ambos foram aprovados por unanimidade dos votos.

Nada mais havendo a discutir e a aprovar nos termos da Ordem de Trabalhos, foi pelo Presidente da Mesa, declarada encerrada a presente Assembleia, não sem antes, pelo Presidente do Conselho de Administração ter apresentado um voto de louvor à forma como foram desenvolvidos os trabalhos por parte da Mesa.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o voto de louvor, e concluídos que foram os trabalhos, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, pelas 12,00 horas, a qual, para constar, se encontra lavrada nesta acta que, depois de lida, vai ser assinada por si e pelo Secretário.



Relatório sobre o Governo da Sociedade Exercício de 2007

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.
Sociedade Aberta
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6ºA, 1070-313 Lisboa – Portugal
Capital Social Eur 10.000.000 NIPC 500 255 342
Matrícula de Registo Comercial de Lisboa sob o nº único 500 255 342

ÍNDICE

Introdução	Pág. 102
0. Declaração de Cumprimento	Pág. 102
1. Divulgação da Informação	Pág. 103
1.1. Organização e Pelouros do Órgão de Administração	Pág. 103
1.2. Comissões específicas criadas pela Sociedade	Pág. 106
1.3. Sistema de controlo de riscos da Sociedade	Pág. 106
1.4. Evolução da cotação das acções	Pág. 107
1.5. Política de distribuição de dividendos	Pág. 111
1.6. Planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções	Pág. 111
1.7. Negócios entre a Sociedade e os Órgãos Sociais	Pág. 113
1.8. Gabinete de Relação com os investidores	Pág. 113
1.9. Composição da comissão de vencimentos	Pág. 113
1.10. Remuneração anual paga ao auditor	Pág. 114
2. Exercício de direito de voto e representação dos accionistas	Pág. 114
2.1. Exercício do direito de voto	Pág. 114
2.2. Voto por correspondência	Pág. 115
2.3. Voto por meios electrónicos	Pág. 115
2.4. Antecedência exigida para participação na Assembleia Geral	Pág. 115
2.5. Prazo entre a recepção do voto por correspondência e a Assembleia Geral	Pág. 115
2.6. Número de acções a que corresponde um voto	Pág. 115
3. Regras societárias	Pág. 116
3.1. Códigos de conduta	Pág. 116
3.2. Procedimentos de controlo do risco	Pág. 116
3.3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição	Pág. 117
4. Órgão de Administração	Pág. 117
4.1. Composição	Pág. 117
4.2. Incompatibilidades	Pág. 120
4.3. Comissão Executiva	Pág. 120
4.4. Funcionamento do órgão de administração	Pág. 120
4.5. Política de remuneração do órgão de administração	Pág. 121
4.6. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração	Pág. 121
4.7. Política de comunicações de irregularidades	Pág. 122

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objectivo divulgar as práticas de Governo adoptadas pela Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (SCOA ou Sociedade). Para maior facilidade de consulta por parte dos Senhores accionistas e investidores, foi organizado de acordo com o modelo anexo ao Regulamento da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM), nº 7/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Regulamentos nº 11/2003, 10/2005 e 3/2006.

O relatório é referente à data de 18 de Março de 2008, identificando as alterações relevantes ocorridas até esta data.

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

O Conselho de Administração (C.A.) tem como preocupação constante cumprir as recomendações e boas práticas relativas ao Governo das Sociedades, razão pela qual tem vindo a aperfeiçoar o modelo de prestação de informação. O C.A. adapta as regras à dimensão da Sociedade e da intervenção da estrutura accionista na gestão da empresa.

A SCOA cumpre integralmente todas as recomendações da CMVM relativas ao governo das sociedades, excepto nos seguintes aspectos:

- a) A existência de códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos. A Sociedade espera elaborar brevemente um conjunto de códigos e regulamentos que estabeleçam regras e procedimentos comuns a todas as empresas do Grupo.
- b) O sistema de remuneração do Conselho de Administração da SCOA e a sua divulgação pública respeitam os princípios e objectivos das recomendações da CMVM. No entanto e ponderados os interesses do Grupo e dos seus accionistas actuais e potenciais, as necessidades de mercado e os objectivos invocados nas recomendações da Comissão, o C.A. da SCOA considerou que a explicitação das remunerações individuais dos seus membros não iria acrescentar informação relevante para aqueles interesses, necessidades e objectivos.
- c) Nos termos das convocatórias para a Assembleia Geral de 2007 e 2008, os direitos de voto por correspondência deverão ser apresentados ou recebidos na Sociedade até ao oitavo dia anterior ao da data marcada para a realização da mesma.
- d) A Sociedade não possui Administradores Não Executivos e por consequência também não cumpre a recomendação da existência de membros não executivos independentes.
- e) A Comissão de Vencimentos da Sociedade não submeteu à aprovação em Assembleia Geral a política de remunerações dos Órgãos Sociais.
- f) Dada a dimensão da Sociedade, não está formalizada uma política de comunicação de irregularidades.

1. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1.1. Organização e Pelouros do Órgão de Administração

Organização

Em termos organizacionais, o Grupo Orey encontra-se estruturado por três áreas de negócio através de quatro sub-holdings. A SCOA, holding do grupo, é responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela gestão global das diferentes áreas de negócio, garantindo uma coordenação em matéria de recursos, segundo os critérios e orientações definidas de acordo com os grandes objectivos do Grupo.

Em cada área de negócio, a gestão é assegurada pelas respectivas sub-holdings ou sociedades, segundo princípios de autonomia de gestão, com competências claramente definidas em documento escrito. As competências da holding do grupo situam-se, essencialmente, ao nível de das seguintes decisões da gestão das sub-holdings: medidas estratégicas, assembleias gerais, aquisição e venda de negócios, contratação de financiamentos, aquisição/alienação de imóveis, nomeação dos órgãos de gestão e centralização de serviços não “core” do negócio.

Sub-holdings:

OREY Shipping: A área de navegação e transportes internacionais agrupa as várias empresas que, em Portugal, desenvolvem as actividades de:

- Linhas Regulares - Agenciamento de serviços de linha regular e controlo logístico de contentores dos armadores que representamos.
- Fornecedor de serviço de entrega porta a porta, combinando um vasto leque de modos de shipping para assegurar um serviço em tempo, fiável e credível para os nossos clientes.
- Trânsitos - Organização de transportes e prestação de serviços complementares à medida dos clientes.
- Serviços Portuários - Agenciamento de navios, organização de operações portuárias, assistência a navios e tripulações.
- Representação de armadores, transhipment, parking de contentores.
- Operações Portuárias e Logística.



OREY Technical: É a sub-holding que agrega todas as representações técnicas do grupo, divididas em diferentes actividades:

- Naval: Venda de equipamento de segurança e salvaguarda da vida no mar, aprestos marítimos e de precisão, jangadas pneumáticas, cartas e publicações náuticas, entre outros.
- Estação de serviço Naval: Inspeção periódica certificada de jangadas pneumáticas salva-vidas.
- Petroquímica: Venda e assistência de equipamentos de movimentação de fluidos das indústrias químicas e petroquímicas.



- Monitorização e controlo: Fornecimento de sinalização marítima, venda e assistência a equipamentos para medição de caudais, controlo de canais e observação hidro-meteorológica.

OREY International: Engloba toda a área de transportes em Angola e Espanha, sendo as actividades semelhantes às referidas para a Orey Shipping, isto é:



- Linhas Regulares - Agenciamento de serviços de linha regular e controlo logístico de contentores dos armadores que representamos.
- Fornecedor de serviço de entrega porta a porta, combinando um vasto leque de modos de shipping para assegurar um serviço em tempo, fiável e credível para os nossos clientes.
- Trânsitos - Organização de transportes e prestação de serviços complementares à medida dos clientes.
- Serviços Portuários - Agenciamento de navios, organização de operações portuárias, assistência a navios e tripulações.
- Representação de armadores, transhipment, parking de contentores.
- Operações Portuárias e Logística.

OREY Financial: Esta sub-holding reúne as actividades de gestão de activos e de *private banking* divididas em dois segmentos principais:



- Gestão discricionária de patrimónios: Serviço de selecção e gestão dinâmica de activos financeiros adaptados às necessidades e ao perfil de risco dos clientes.
- Fundos de investimento: Criação de fundos de investimento inovadores.
- Corporate Finance.
- Corretagem online através de uma plataforma *trading online* de elevada abrangência (www.oreyitrade.com).
- Reestruturação e consolidação de dívida bancária.

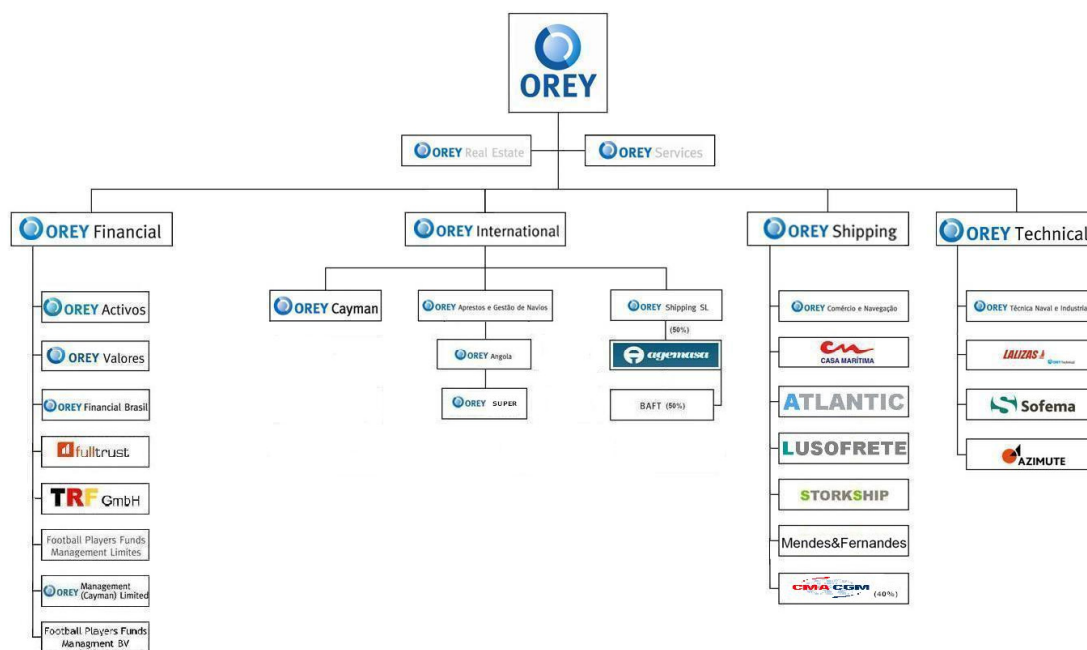
Para além das áreas de negócio, o grupo concentra em duas unidades de serviços partilhados a gestão dos seus recursos:

OREY Real Estate: Gestão do parque imobiliário e infra-estrutura dos edifícios.

OREY Services: Gestão operacional de Recursos Humanos, Sistemas Informáticos, Serviços de contabilidade, fiscalidade e tesouraria, Análise de processos e Sistemas da Qualidade, Gestão da Comunicação e Conteúdos, Gestão de Compras, Planeamento e Controlo de Gestão, Marketing.

A estrutura de cada área de negócio está constituída de acordo com as características e condições da respectiva actividade, visando o melhor aproveitamento das sinergias de grupo e do enquadramento mais favorável à prossecução dos objectivos definidos.

Actualmente, o Grupo apresenta a seguinte estrutura:



Pelouros dos membros da Administração

Duarte d'Orey

Rui d'Orey

Francisco Bessa

Coordenação do Modelo de Negócio

Coordenação da Área de
Negócio Navegação

Relações com Mercado

Coordenação do
Planeamento Estratégico

Coordenação da Área de
Negócio Internacional

Relações com Entidades Reguladoras

Coordenação da Área de
Negócio Financeiro

Coordenação da Área de
Negócios Representações
Técnicas

Legal & Compliance Officer

Estratégia de Recursos Humanos

Coordenação do Asset Allocation

Contabilidade,
planeamento e Controlo de
Gestão

Marketing

Relações Institucionais

Gestão do Risco Cambial e Taxa de Juro

Relações Internacionais

Relações com Parceiros

Planeamento Fiscal

Relações com Parceiros

Relações com Clientes de Referência

Auditoria Externa

Relações com Accionistas

Relações Comerciais com África

Projecto de Redução de Custos

Relação com Clientes de Referência

Sistemas Informáticos

Desenvolvimento de Novos
Negócios

Operações

Qualidade e Gestão de
Processos

Recursos Humanos
Operacionais

Enterprise Risk
Management

Gestão do Imobiliário &
Compras

1.2. Comissões específicas criadas pela Sociedade

Atendendo à dimensão da Sociedade e ao controlo efectivo exercido pelo Órgão de Administração, não foi sentida a necessidade, até ao momento, de criação de comissões específicas.

1.3. Sistema de controlo de riscos da Sociedade

As grandes linhas de orientação estratégica do Grupo são definidas em C.A. da SCOA sob proposta, quando tal é o caso, dos Conselhos de Administração/Gerência das sub-holdings.

É o C.A. que aprova o plano e orçamento anual; acompanha e avalia a evolução do Grupo face ao orçamento; define, anualmente, a política de Recursos Humanos do Grupo; delibera sobre a aquisição e alienação de participações sociais em outras empresas; define a cada momento, e se tal se tornar necessário, a política de organização do Grupo; aprova as contas intercalares do Grupo e a comunicação das mesmas ao mercado, entre outras.

Toda a actuação do C.A. é, por lei, sujeita a apreciação anual da Assembleia Geral que a tem aprovado, por unanimidade.

Toda a actividade do Grupo passou a ser fiscalizada por um Conselho Fiscal do qual fazem parte um Presidente, dois Vogais efectivos e um Vogal suplente e um Revisor Oficial de Contas, que afere da concordância de tal actividade com a lei e com os estatutos. O Conselho Fiscal foi aprovado em Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007.

Para além do acompanhamento da actividade por parte do órgão de fiscalização, o Grupo recorre, ainda, a auditores externos e independentes, cuja missão principal é de acompanhar a gestão, verificar e assegurar o cumprimento das normas internas e legais para que a informação financeira apresente a posição financeira da empresa de uma forma verdadeira e apropriada e que seja considerada pelo universo dos utilizadores, como uma ferramenta de tomada de decisão. Está definida como política de Grupo a alteração dos auditores em cada mandato dos órgãos sociais.

A SCOA tem, ainda, na sua estrutura, um Secretário da Sociedade, que, para além das atribuições que lhe são cometidas por lei, está presente em todos os Conselhos de Administração, elabora as respectivas actas e fá-las aprovar pelos respectivos membros.

Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado em reunião do C.A. da Sociedade, a criação de dois órgãos de Governo Corporativo, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee) e um Comité de Pessoal.

O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o C.A. na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios.

O Comité de Pessoal tem como objectivo apoiar o C.A. da Sociedade na recolha periódica de informação sistematizada sobre o desempenho dos recursos humanos, permitindo o conhecimento e o acompanhamento das situações particulares, de forma a promover a aplicação fundamentada da política de recursos humanos.

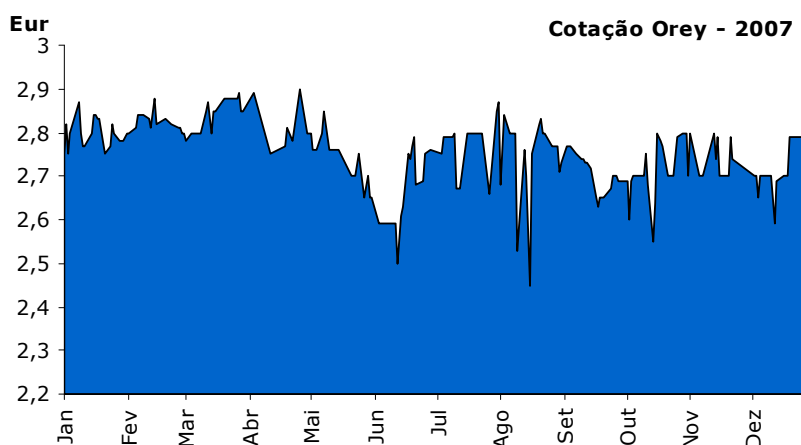
1.4. Evolução da cotação das acções

O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 10.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon..

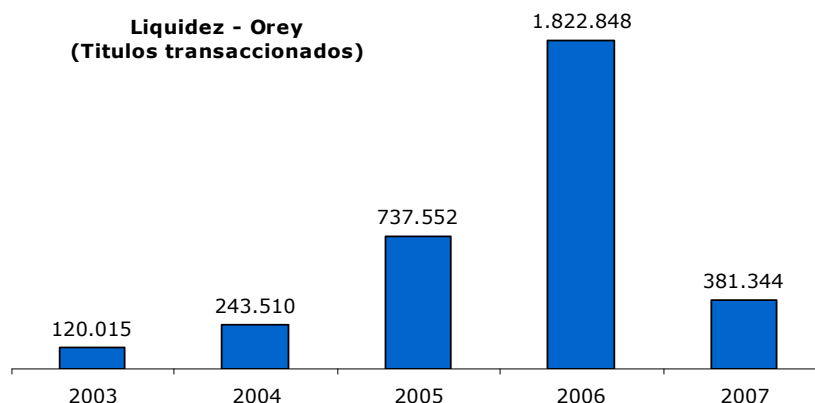
O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. encontra-se presentemente representado por 10.000.000 de acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon.

A acção Orey teve uma valorização de 2,20% entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007. A acção fechou, no último dia de 2006, a 2,73 Eur e fechou, em 31 de Dezembro de 2007, a 2,79 Eur.

A evolução durante o ano de 2007 das cotações do título Orey foi a seguinte:



A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até ao final de 2007 foi a seguinte:



A Sociedade mantém em vigor um contrato de "liquidity provider" com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

Analisando a evolução da cotação após as datas de apresentação de resultados, de distribuição de dividendos e de divulgações de informação privilegiada, temos:

11 de Março de 2008

A Sociedade informou que a sua participada OA Technical, S.A. celebrou um acordo de princípio para a aquisição de 100% do capital da empresa Contrafogo – Equipamentos de Segurança, Lda. A Contrafogo desenvolve a sua actividade no sector da comercialização de equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de prevenção e combate a incêndios. Complementarmente a Contrafogo elabora estudos e projectos na área da segurança. A Contrafogo registou em 2007 um volume de vendas de aproximadamente 2 milhões de Euros a que correspondeu um EBITDA de 0,3 milhões de Euros. Mais informamos que, caso se venha a concluir a transacção, o valor base para o investimento é de 700 mil Euros.

No dia 11 de Março de 2008 a acção fechou a 2,78 eur tendo subido no dia seguinte para os 2,84 eur.

7 de Março de 2008

A Sociedade informou que a sua participada Orey Financial – S.G.P.S., S.A. recebeu uma comunicação do Banco de Portugal a informar que foi autorizada a fusão por incorporação da Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A. na Orey Financial – S.G.P.S., S.A. e a transformação desta sociedade em Instituição Financeira de Crédito com a consequente alteração da denominação para "Orey Financial – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

No dia 7 de Março a acção fechou a 2,69 tendo subido na sessão seguinte para os 2,79 eur.

5 de Março de 2008

A Sociedade apresentou os resultados consolidados relativos ao ano de 2007.

A acção fechou no dia 5 de Março a 2,79 eur tendo mantido a cotação no dia seguinte,

27 de Fevereiro de 2008

A Sociedade informou, na sequência do comunicado efectuado em 15 de Outubro de 2007, que a sua participada Orey Shipping, S.L. procedeu assinou o acordo estabelecido com a Marítima Del Mediterráneo, S.A. para a alienação de 50% do capital da Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. (Agemasa) pelo valor estipulado de 4,5 milhões de Euros.

Esta transacção gera uma mais valia no valor 660 mil Euros nas contas consolidadas da SCOA em 2008.

Com a alienação de 50% do capital da Agemasa esta deixa de ser consolidada na SCOA pelo método de consolidação integral passando a ser utilizado o método de consolidação proporcional.

A acção fechou a 27 de Fevereiro de 2008 a 2,39 eur tendo subido no dia seguinte para os 2,45 eur.

30 de Novembro de 2007

A Sociedade apresentou os resultados relativos ao terceiro trimestre de 2007.

A acção fechou no dia 30 de Novembro a 2,74 eur tendo caído no dia seguinte para 2,70 eur.

14 de Novembro de 2007

A Sociedade informou que a sua participada OA Agencies – Navegação e Trânsitos, S.A. (OA Agencies) estabeleceu um acordo para a constituição em Portugal de uma joint venture que concentrará o negócio de agenciamento de linhas do Grupo CMA-CGM, a saber:

- CMA-CGM actualmente representada pela Casa Marítima – Agência de Navegação, S.A.;
- Delmas actualmente representada pela Orey Comércio e Navegação, S.A.

A OA Agencies deterá 40% da nova sociedade, sendo os restantes 60% detidos pela CMA-CGM. Os recursos actualmente afectos a estas linhas serão integrados na joint venture a constituir.

No dia 14 de Novembro a acção fechou a 2,74 eur tendo subido no dia seguinte para 2,79 eur.

15 de Outubro de 2007

A Sociedade informou que a sua participada Orey Shipping, S.L.U. chegou a acordo para o estabelecimento de uma parceria com a Marítima Del Mediterráneo, S.A. (Marmedsa) para o desenvolvimento do negócio de carga geral no Porto de Bilbao. O referido acordo prevê a alienação de 50% do capital da Agemasa – Agência Marítima de Consignaciones, S.A. (Agemasa) - operador portuário no Porto de Bilbao, um dos mais importantes portos espanhóis, manipulando, sobretudo, produtos siderúrgicos e papel - por um valor base de 4,5 milhões de Euros (valor próximo do registado nas contas).

No dia 15 de Outubro de 2007 a acção fechou a 2,55 eur subindo para 2,64 eur no dia seguinte.

2 de Outubro de 2007

A Sociedade informou que celebrou um acordo que conduzirá à venda da totalidade da sua participação na Leme – Agência de Navegação, Lda. à ACE – Consultores, Lda., pelo valor de 59.400 MZM sem impactos relevantes nas contas do Grupo.

A cotação das acções da Orey fecharam a 2,69 eur tendo fechado no dia seguinte a 2,60 eur.

2 de Agosto de 2007

A Sociedade apresentou os resultados relativos ao primeiro semestre de 2007. A cotação do título Orey fechou nos 2,68 eur tendo subido no dia seguinte aos 2,84 eur.

6 de Junho de 2007

A Sociedade informou que adquiriu as sociedades Lusofrete – Afretamentos e Navegação, Lda e Mendes & Fernandes – Serviços de Apoio à Navegação, Lda, pelo valor de EUR 682.500 e EUR 82.500, respectivamente.

No dia de 6 de Junho a acção fechou a 2,59 eur mantendo a cotação no dia seguinte.

21 de Maio de 2007

A Sociedade apresentou os resultados relativos ao primeiro trimestre de 2007.

No dia 21 de Maio de 2007 a acção fechou a 2,70 eur mantendo a cotação no dia seguinte.

11 de Maio de 2007

A Sociedade informou que foram concluídas com êxito as já anunciadas negociações para a aquisição de 100% do capital da Fulltrust, Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. por parte da Orey Financial, SGPS, S.A. O Valor da aquisição foi de 575.000 Euros.

No dia 11 de Maio de 2007 a acção fechou nos 2,76 eur e no dia seguinte manteve a cotação.

19 de Abril de 2007

A Sociedade informou sobre o pagamento de dividendos referentes a 2006.

No dia a acção fechou a 2,77 eur tendo subido no dia seguinte para 2,81 eur.

5 de Abril de 2007

A Sociedade informou que os accionistas da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (SGF) exerceram o direito de preferência na já anunciada aquisição de 3% do capital, que a sua participada Orey Financial, SGPS, S.A. tinha acordado com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento.

No mesmo dia a Sociedade informou que decorriam negociações negociações, numa fase adiantada, para a aquisição de uma posição maioritária no capital da Fulltrust, Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. por parte da Orey Financial, SGPS, S.A.

No dia 5 de Abril a acção fechou a 2,89 eur mantendo a cotação no dia seguinte.

28 de Fevereiro de 2007

A Sociedade apresentou os seus resultados consolidados referentes ao ano de 2006. No dia 28 a acção fechou a 2,80 eur, mantendo a cotação no dia seguinte.

31 de Janeiro de 2007

A Sociedade informou sobre a conclusão das negociações para a aquisição de 3% do capital da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (SGF). No dia 30 a acção fechou a 2,78 eur, subindo a cotação no dia seguinte para 2,80 eur.

1.5. Política de distribuição de dividendos

A empresa tem tido uma política de distribuição de dividendos pautada pela preocupação de proporcionar um nível de rendimentos aos accionistas sem pôr em causa o investimento e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.

A proposta de distribuição de dividendos é de exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da SCOA, subordinada ao estipulado na legislação portuguesa e nos estatutos da Sociedade.

O dividendo bruto distribuído por acção e o *dividend yield*, nos últimos anos, foram os seguintes:

Ano	Dividendo bruto por acção (Eur)	Dividend Yield*
2002	0,050	2,00%
2003	0,050	2,30%
2004	0,088	2,21%
2005	-	-
2006	0,070	2,56%

* com base na cotação de fecho de ano

Atendendo à realização de um aumento de capital em 2006, a Assembleia Geral decidiu pela não distribuição de dividendos referente ao ano de 2005. Previamente à realização do referido aumento de capital, o CA da SCOA divulgou um plano de negócios em que manifestava a intenção de propor uma distribuição de dividendos equivalente a um "pay-out ratio" de, pelo menos, 50%. A proposta distribuição de resultados apresentada à Assembleia Geral de 21 de Abril de 2008 segue os princípios então definidos.

1.6. Planos de aquisição e atribuição de opções de compra de acções

Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

- I- Objectivos:
- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
 - 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
 - 3) Atrair e reter Recursos Humanos
 - 4) Incentivar e partilhar o sucesso

- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado
- II- Condições de Acesso
- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
 - 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
 - 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
 - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
 - 3.2 Pontuação >= 50% e < = a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
 - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções
 - 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100(cem) quilómetros;
 - 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
 - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores que
 - tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
 - tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
 - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).
- III- Ficha Técnica
- 1) Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
 Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da sociedade cada um;
 Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da sociedade cada um;
 Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
 - 2) O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
 - 3) Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
 - 4) "Strike Price": € 3,081 (três euros, oito cêntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título "OREY" nos últimos seis meses de 2006.
 - 5) Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
 - 6) Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes direitos aplica-se a legislação fiscal e para-fiscal que, no momento, estiver em vigor.
 - 7) Ajustamentos ao "strike price":
 - o preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, "stock split", etc.
- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por "Capital Orey 2006 – 2009" uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

1.7. Negócios entre a Sociedade e os Órgãos Sociais

Não existem negócios relevantes entre a Sociedade e os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização.

1.8. Gabinete de Relação com os investidores

A função de *Investor Relations* é exercida por um membro do Conselho de Administração, o Dr. Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa. O seu endereço profissional o seguinte:

Francisco Bessa
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Nº 17 6ªA, 1070 – 313 Lisboa
Telef: + 351 21 340 70 00
Fax: + 351 21 347 24 92
email: francisco.bessa@orey.com

Embora mantendo esta responsabilidade ao nível do Conselho de Administração, a SCOA tem um gabinete de apoio ao investidor, nos termos das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades cotadas.

Os investidores podem aceder ao Gabinete através do telefone +351 213407044, fax +351 213472492 e email: ir@orey.com. O horário de atendimento é em todos os dias úteis entre as 9h00 horas e as 12h30 horas e entre as 14h00 horas e as 17h30 horas.

O gabinete tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação relevante, divulgação da informação financeira intercalar e notícias relacionadas com o Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, de investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

1.9. Composição da comissão de vencimentos

As remunerações, quer fixas quer variáveis, dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais, bem como os eventuais complementos, são fixados por uma Comissão de Remunerações eleita em Assembleia Geral, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% do lucro do exercício distribuível.

O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou de membro do Conselho Fiscal.

A escolha dos membros que integram a comissão de vencimentos tem subjacente uma cuidadosa ponderação, tendo em vista a garantia de isenção e melhor prossecução dos interesses da Sociedade.

Actualmente, a comissão de vencimentos é composta pelos seguintes membros independentes:

*Presidente da Mesa da Assembleia Geral

1.10. Remuneração anual paga ao auditor

Durante o exercício de 2007, as remunerações pagas aos auditores externos pelas empresas do Grupo Orey, ascenderam a 250.595 Euros. Destes valores, 6,0% respeitam a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os honorários pagos pelo Grupo Orey apresentam a seguinte decomposição:

(i) Honorários referentes à auditoria externa e revisão legal das contas das empresas do Grupo: 235.578 euros

(ii) Honorários referentes a outros serviços de garantia e fiabilidade (Due Diligence): 15.017 euros.

2. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DOS ACCIONISTAS

2.1. Exercício do direito de voto

As Assembleias Gerais são convocadas com uma antecedência mínima de 30 dias mediante publicação de anúncios nos sítios da Internet www.mj.gov.pt/publicações, www.cmvm.pt, www.euronext.com e www.orey.com. A Assembleia Geral regularmente constituída representa a universalidade dos accionistas, mas só têm direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral os accionistas com direito a voto, cabendo um voto a cada acção.

Têm direito de voto os accionistas que, desde o décimo dia útil anterior à data marcada para uma determinada Assembleia Geral e até à data da sua realização, tiverem um mínimo de cem acções:

- a) tratando-se de acções tituladas nominativas, averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade;
- b) tratando-se de acções tituladas ao portador não registadas, depositadas numa instituição bancária; ou
- c) tratando-se de acções escriturais, averbadas em seu nome em conta de títulos junto de intermediário financeiro autorizado a exercer a custódia de títulos.

Os accionistas titulares de acções em número inferior ao exigido para conferir o direito de voto apenas terão direito a estar presentes e participar em Assembleia Geral se se agruparem de forma a completar o número mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer um deles.

Em primeira convocação, a Assembleia Geral só poderá deliberar quando nela estiverem presentes ou representados accionistas que detenham, no seu conjunto, mais de metade dos votos correspondentes à totalidade do capital social. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por simples maioria, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição contrária da lei ou do contrato. As abstenções não são contadas.

2.2. Voto por correspondência

Nos termos do disposto no art.22º do Cód VM, o direito de voto em Assembleia Geral sobre matérias que constem da convocatória pode ser exercido por correspondência. Para estes efeitos, a convocatória da Assembleia Geral deve incluir:

- a) indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência;
- b) descrição do modo por que se processa o voto por correspondência, incluindo o endereço e o prazo para a recepção das declarações de voto. A Sociedade deve verificar a autenticidade do voto e assegurar, até ao momento da sua votação, a sua confidencialidade.

2.3. Voto por meios electrónicos

Este tipo de voto não está previsto nos Estatutos da Sociedade.

2.4. Antecedência exigida para participação na Assembleia Geral

Nos termos da lei e do contrato de sociedade da SCOA, os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar nas Assembleias Gerais por qualquer outra pessoa. As pessoas colectivas far-se-ão representar por pessoas devidamente nomeadas para o efeito, devendo os documentos dos quais constem tais autorizações ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A representação do accionista poderá ser feita através de carta dirigida ao Presidente da Mesa, com a antecedência mínima de cinco dias relativamente à data marcada para a realização da reunião da Assembleia.

2.5. Prazo entre a recepção do voto por correspondência e a Assembleia Geral

Nos termos das convocatórias para a Assembleia Geral de 2005 e 2006, os direitos de voto por correspondência deverão ser apresentados ou recebidos na Sociedade até ao oitavo dia anterior ao da data marcada para a realização da mesma.

2.6. Número de acções a que corresponde um voto

A cada acção corresponde um voto.

3. REGRAS SOCIETÁRIAS

3.1. Códigos de conduta

Atendendo à sua dimensão e forma de controlo dos riscos de negócio atrás descritos, a sociedade não tem código de conduta ou regulamento interno escrito sobre a regulação de conflitos de interesse entre os membros do órgão de Administração e a Sociedade.

No entanto, as condições particulares da sua actividade, justificam que a Orey Gestão de Activos, SGFIM, S.A., a Orey Valores – Sociedade Corretora, S.A. e a Full Trust – Soc. Gestora de Patrimónios, S.A., participadas da Orey Financial, SGPS, S.A., tenham um manual de controlo interno e um manual de procedimentos.

3.2. Procedimentos de controlo do risco

Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão e outros que devem ser geridos pró-activamente.

Os riscos afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos do Grupo e, consequentemente, o valor de mercado da empresa. Os principais factores de risco inerentes aos negócios do Grupo Orey são os seguintes:

- A SCOA tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A Sociedade depende, assim, da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros cash-flows gerados por essas sociedades.
- As sociedades participadas pela SCOA desenvolvem as suas actividades de Navegação, Trânsitos, Representações Técnicas e Área Financeira, sendo nessa medida afectadas negativamente por períodos de recessão económica.
- Os negócios em que opera o Grupo Orey estão sujeitos a uma forte concorrência por parte de outros grupos nacionais e estrangeiros. Essa concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados da Sociedade.
- O desenvolvimento da actividade das principais participadas da SCOA poderá implicar o reforço de investimento nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sociedade não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições inicialmente pensadas.
- O desenvolvimento de negócios de navegação em Angola e no Brasil por parte de algumas participadas expõe a SCOA aos riscos decorrentes da evolução política, económica e legal desses países, podendo afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados.

Pela sua dimensão, o acompanhamento dos riscos da actividade do Grupo é feito através dos órgãos de administração e gerência de cada uma das sociedades. Em cada um destes órgãos está presente um ou mais elementos do C.A. da holding que acompanha directamente e transmite a este último órgão as preocupações mais relevantes.

Os Conselhos de Administração/Gerência das empresas participadas com actividade operacional reúnem com uma periodicidade mensal.

A política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação dos diversos negócios, de forma a equilibrar a presença do grupo em diversos mercados.

3.3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Não existem limitações aos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de algum accionista ou acordos parassociais conhecidos pela Sociedade.

4. ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

4.1. Composição

A Administração da Sociedade é, actualmente, exercida por um C.A. composto por três membros executivos. Os estatutos prevêm a possibilidade do Conselho ser composto por um mínimo de três membros e um máximo de sete membros.

No entanto, por forma a dar cumprimento às recentes alterações ao Código das Sociedades Comerciais, provocadas pelo Decreto-Lei 76-A/2006, foi aprovada em Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007, uma alteração estatutária para permitir a composição do CA por um número mínimo de três membros e um máximo de nove.

Ao C.A. cabe zelar pelos interesses da Sociedade, competindo-lhe os mais amplos poderes de gestão podendo deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados como de exercício daqueles poderes de gestão.

O C.A. da Sociedade, eleito em Assembleia Geral de 16 de Março de 2006 para o triénio 2006-2009, era composto em 31 de Dezembro de 2007, pelos seguintes membros:

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey – Presidente
Rui Maria Campos Henriques de Albuquerque d'Orey - vogal
Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa – vogal

Elementos Curriculares



Duarte Maya de
Albuquerque d'Orey
(Presidente)

2003: Eleito Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.;

1999: Administrador Delegado e Fundador do First Portuguese Group;

1997 a 1998: Responsável da Tesouraria Integrada do Grupo Banco Mello;

1995 a 1996: Responsável da Tesouraria do Banco Mello e da União de Bancos Portugueses após ter sido Co-Responsável da mesa de derivativos;

1992 a 1994: dealer de mercados monetários, mercado de capitais, derivativos e moeda no Citibank Portugal S.A..

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2006, não detém directamente acções da Sociedade.



Rui Maria Campos
Henriques de Albuquerque
d'Orey
(vogal)

2003: Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;

1997: Eleito como Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;

1994: Eleição para o Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;

1991: Participação na criação e implementação em Angola da empresa Orey (Angola) - Comércio e Serviços, Lda.;

1989: Participação na criação da CGM - Companhia Geral

Marítima - Agentes de Navegação, S.A. fazendo parte do respectivo Conselho de Administração;

1986: Participação na criação da PORTWAL - Transportes Marítimos Portugal Africa, Lda, tendo assumido a respectiva gerência desde o início;

1984: Início da actividade a tempo completo no Departamento comercial de Orey Antunes - Transportes e Navegação, Lda.

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2006, detém 1.116 acções da Sociedade.



Francisco Manuel de
Lemos dos Santos Bessa
(Vogal)

2004: Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;

1998 - 2004: Director do Banco Comercial Português:

- Interbanco, S.A. – Director de Controlo de Gestão;
- Credibanco – Director de Planeamento e Risco;
- Banco Mello – Director Adjunto Direcção Financeira.

1996 - 1998: Ernst & Young Senior Manager – Financial Services Group;

1992 - 1996: União de Bancos Portugueses:

- Uniger, SGFIM – Director Geral;
- Ascor Dealer, SFC – Administrador (CFO);
- Mello Fiduciária, SGP – Director de Investimentos.

1989 - 1992: KPMG – Auditor Sénior.

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Gestão.

Em 31 de Dezembro de 2006, detém 930 acções da Sociedade.

Cargos desempenhados em empresas do Grupo

NOME	Duarte d'Orey	Rui d'Orey	Francisco Bessa
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	A	A	A
Orey Serviços e Organização, Lda.	G	G	G
Orey- Gestão Imobiliária Lda	G	G	G
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	A	A	A
Orey Comércio e Navegação, Lda.	-	A	-
Casa Marítima- Agência de Navegação SA	-	A	A
ATN - Atlantic Transportes e Navegação SA	-	A	-
Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda	G	G	G
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	G	G	G
OA International BV	C	D	-
OA International Antilles NV	C	D	-
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	G	G	G
Orey (Cayman) Ltd.	C	D	D
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	A	A	A
Orey Shipping SL	G	G	G
Storkship- Navegação e Logística SA	-	A	A
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	G	G	-
Orey (Moçambique)- Comércio e Serviços Lda	G	G	-
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA	A	A	A
Orey Técnica Naval e Industrial, Lda.	G	G	-
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	-	G	-
Azimute- Aprestos Marítimos Lda	-	G	-
Lalzas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	G	G	-
Orey Financial SGPS SA	A	A	A
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	A	-	A
Orey Valores - Sociedade Corretora, SA	A	-	-
Orey Management (Cayman) Ltd	C	-	-
Orey Management BV	-	-	-
Orey Investments NV	-	-	-
Football Players Funds Management Ltd	C	-	-
TRT Initiatores GmbH	D	-	-
TRF Transferrechtfonds 1 Management GmbH	D	-	-
Full Trust - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	A	-	-
Orey Financial Brasil, S.A.	A	-	A

A: Administrador - C: Chairman - D: Director - G: Gerente

Cargos desempenhados em empresas fora do Grupo

Duarte d'Orey

Presidente do Conselho de Administração da Orey Inversiones Financieras, S.L.

Presidente do Conselho de Administração da Triângulo-Mor - Consultadoria Económica e Financeira, S.A.

Administrador Único da Monte S. José - Actividades Agrícolas, Imobiliárias e Recreativas, S.A.

Membro da Direcção do Instituto D. João de Castro

Rui d'Orey

Administrador da Sociedade Imobiliária Santa Maria Madalena, Lda.

Francisco Bessa

Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

4.2. Incompatibilidades

Não existe qualquer incompatibilidade nos cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade.

4.3. Comissão executiva

Não existe. Todos os administradores são executivos. Durante o ano de 2007 ocorreram 20 reuniões do Conselho de Administração da Sociedade.

4.4. Funcionamento do órgão de administração

As regras de funcionamento do Conselho de Administração, decorrem dos Estatutos da SCOA e passam por:

A Administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração, composto por um número ímpar de membros, num mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará de entre os seus membros o respectivo Presidente, cabendo ao Conselho de Administração a designação do respectivo Vice-Presidente.

Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% ou menos de 10% do capital social.

Ao Conselho de Administração competem os mais amplos poderes de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados como de exercício de poderes de gestão.

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois vogais, verbalmente ou por escrito, com uma antecedência mínima de três dias úteis relativamente à data das reuniões, que terão lugar quando e onde o interesse social o exigir, e no mínimo uma vez por trimestre.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador. Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.

O C.A. reúne normalmente, em reunião de trabalho, uma vez por semana.

As deliberações são tomadas por maioria e, em caso de empate, o Presidente tem voto de qualidade.

4.5. Política de remuneração do órgão de administração

A remuneração do CA tem uma componente fixa e uma componente variável, esta última deliberada em Assembleia Geral, e que é atribuída em função dos resultados da sociedade.

As remunerações, quer fixas quer variáveis, dos membros do Conselho de Administração e dos restantes órgãos sociais, bem como os eventuais complementos, são fixados pela Comissão de Remunerações, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% do lucro do exercício distribuível.

O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou membro do Conselho Fiscal.

A Assembleia Geral poderá deliberar a constituição de um regime de reforma ou de complementos de reforma em benefício dos Administradores cujos anos de mandato, seguidos ou interpolados, sejam superiores a seis anos.

4.6. Remuneração auferida pelos membros do órgão de administração

Componente fixa e variável

No exercício de 2007 e 2006, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos administradores foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Sociais	31-Dez-07	31-Dez-06
Remunerações fixas	400.800	629.679
Participações nos lucros	136.288	129.008
Total	537.088	758.687

(Unidade Monetária - Euro)

Durante o exercício de 2006 foram pagos 180.248 eur a administradores que cessaram funções.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração da SCOA e a sua divulgação pública respeitam os princípios e objectivos das recomendações da CMVM.

No entanto e ponderados os interesses do Grupo e dos seus accionistas actuais e potenciais, as necessidades de mercado e os objectivos invocados nas recomendações da Comissão, o C.A. da SCOA considerou que a explicitação das remunerações individuais dos seus membros não iria acrescentar informação relevante para aqueles interesses, necessidades e objectivos.

Regimes complementares de pensões

A Sociedade garante ao ex-administrador Senhor Dr. João Manuel d'Orey, reformado em Novembro de 2006, um regime complementar de pensões, beneficiando, na reforma, da diferença entre 80% do último salário como trabalhador no activo e o valor da reforma que receberá da Segurança Social.

Os membros do CA não beneficiam de qualquer regime complementar de pensões. No entanto, nos termos estatutários, poderão vir a beneficiar, no futuro, caso se mantenham em funções durante um período de 6 anos seguidos ou interpolados.

4.7. Política de comunicações de irregularidades

Atendendo à dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração não sentiu, até à data, a necessidade de dispor de uma política de comunicação de irregularidades. A Administração da Sociedade encontra-se em permanente contacto com os seus auditores e com os Gerentes e Directores das principais áreas de negócio, potenciando, desta forma, que qualquer irregularidade detectada seja devidamente comunicada.